

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO

FERNANDA FERREIRA CANFIELD DA LUZ

DIVERSIDADE AFETIVA  
Uma Leitura sobre os Movimentos Sociais LGBT de Porto Alegre

São Leopoldo  
2011

FERNANDA FERREIRA CANFIELD DA LUZ

DIVERSIDADE AFETIVA  
Uma Leitura sobre os Movimentos Sociais LGBT de Porto Alegre

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,  
Centro de Ciências Humanas da Universidade do  
Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola

São Leopoldo  
2011

FERNANDA FERREIRA CANFIELD DA LUZ

DIVERSIDADE AFETIVA  
Uma Leitura sobre os Movimentos Sociais LGBT de Porto Alegre

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Ciências Humanas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola — orientador — UNISINOS

---

Prof. Dr. José Rogério Lopes — UNISINOS

---

Prof. Dr. Fernando Seffner — U FRGS

São Leopoldo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011

## AGRADECIMENTOS

*Este estudo foi uma superação de muitas barreiras e, nesta jornada investigativa, muitas pessoas estiveram presentes, apoiando mais esta iniciativa.*

### *Agradeço simplesmente*

*a Deus por me fazer descobrir forças que não pensava possíveis em mim;*

*à minha mãe não presente fisicamente, mas em essência de espírito, que me conduziu e conduz-me pelos caminhos escolhidos, iluminando-me e mostrando que é sempre possível realizar nossos objetivos com paciência e persistência;*

*ao meu pai, que tem sido mãe e continua a ensinar-me que nem é complicado, mas que a vida é simples e recheada de boas conquistas;*

*ao amor da minha vida, coração e alma e sua família que, nesta caminhada, foram o porto seguro e a certeza de que tudo daria certo;*

*e ao meu querido Otto, que nas suas arteirices, fez-me rir e descontraír dos momentos difíceis da dissertação.*

### *Agradeço*

*aos movimentos NUANCES, SOMOS e LBL/RS, que oportunizaram a realização deste estudo investigativo e que, mesmo com as suas dificuldades, acolheram-me.*

### *Agradeço também*

*à persistência, paciência e a troca de ensinamentos que o meu orientador proporcionou-me neste processo.*

## RESUMO

Os movimentos sociais geralmente caracterizam-se como movimentos de contracultura, que busca, na sua luta cotidiana, provocar alguma mudança de paradigma, da cultura que os oprime no meio social em que atuam. O movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis — LGBT não é diferente. No município de Porto Alegre onde a investigação deste estudo ocorreu, os movimentos envolvidos, quais sejam: NUANCES — Movimento pela Livre Expressão Sexual, SOMOS — Comunicação Saúde e Sexualidade e Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul — LBL/RS, lutam por direitos e por reconhecimento social contra uma heteronormatividade imposta culturalmente. Essa heteronormatividade construída socialmente delimita e caracteriza a norma social pelo padrão heterossexual, excluindo quaisquer outras formas de manifestação da diversidade sexual expressa. No entanto, a discussão dessas diversidades conhecida como as homossexualidades não tem permitido um debate em relação aos direitos humanos de cunho afetivo e não apenas sexual, no que aparentemente concentram-se as lutas do movimento LGBT de Porto Alegre. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar se os movimentos sociais LGBT contribuem para uma mudança de cultura relacionada ao universo homossexual, principalmente no que tange a homoafetividade. À proposição dos aportes teóricos que norteiam a temática, por intermédio do método comparativo foi realizada uma pesquisa qualitativa com entrevistas em profundidade, por meio de questionário estruturado com questões abertas, além da análise de documentos, discursos e matérias jornalísticas, os quais permitiram obter um panorama da realidade dos movimentos quanto às suas ações, objetivos e abrangência frente à luta que travam no município, refletindo as ações dos movimentos como instrumentos de uma possível transformação cultural. A partir deste estudo, conclui-se que os movimentos sociais LGBT também se configuram como agentes de transformação cultural, contribuindo com suas ações para uma reflexão acerca da diversidade afetivo-sexual.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Diversidade afetivo-sexual. Homossexualidade. Movimento LGBT. Mudança de cultura.

## ABSTRACT

Social movements are usually characterized as a counterculture movement that seeks, in its daily struggle, causing a paradigm shift of the culture that oppresses them in the social environment in which they operate. The movement of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transexuais - LGBT is no different. In the city of Porto Alegre where the investigation of this study occurred, the involved movements are: NUANCES — Movement for Free Sexual Expression, SOMOS — Health, Communication and Sexuality and Lesbian Brazilian League of Rio Grande do Sul — LBL / RS. They fight for rights and social recognition against a culturally enforced heteronormativity. This socially constructed heteronormativity defines and characterizes the social norm by the heterosexual pattern, excluding any other manifestations of expressed sexual diversity. However, the discussion of these differences known as homosexuality has not allowed a debate on the emotional nature of human rights and not just sex, in which apparently are focused the struggles of the LGBT movement in Porto Alegre. Thus, the aim of this study is to analyze whether the LGBT social movements contribute to a culture change related to the homosexual universe, especially when it comes to homoaffection. To the proposition of the theoretical framework, which guide the subject, through the comparative method it was conducted a qualitative research with in-depth interviews through structured questionnaire with open questions, besides the analysis of documents, speeches and newspaper articles, which have yielded a picture of the reality of those movements and their actions, objectives and scope of their fight in the city, reflecting the actions of movements as instruments of a possible cultural transformation. From this study, we conclude that the LGBT social movements also stand as cultural transformation agents, contributing their shares to a reflection on the affective and sexual diversity.

**Keywords:** Human Rights. Affective and sexual diversity. Homosexuality. LGBT movement. Culture change.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABLGBT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis.
- AEG – Associação de Empresários Gays de São Paulo .
- AI – Ato Institucional.
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
- ANTRA – Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros.
- APOGLBT – Associação da Parada do Orgulho GLBT.
- CANDACES – Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas.
- CBB – Coletivo Brasileiro de Bissexuais.
- CID – Classificação Internacional de Doenças.
- CNT – Coletivo Nacional Transexual.
- CORSA – Grupo Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor.
- DF – Distrito Federal.
- DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis.
- EBH – Encontro Brasileiro e Homossexuais.
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- EGHO – Encontro de Grupos Homossexuais Organizados.
- FPA – Fundação Perseu Abramo.
- GALF – Grupo de Ação Lésbica Feminista.
- Gapa – Grupo de Apoio e Prevenção a Aids.
- GATHO - Grupo de Atuação Sexual de Recife/Olinda.
- GGB – Grupo Gay da Bahia.
- GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis.
- GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.
- LBL – Liga Brasileira de Lésbicas.
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis.
- MG – Minas Gerais.
- MHG – Movimento Homossexual Gaúcho.
- NUPACS – Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde.
- OMS – Organização Mundial da Saúde.

ONG – Organização Não Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PC do B – Partido Comunista do Brasil.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PNDH-3 – Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (VER REFERÊNCIA).

PNPCDHLGBT – Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (VER REFERÊNCIA).

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Urbanos.

PT – Partido dos Trabalhadores.

SAJU – Serviço de Assistência Jurídica Gratuita da UFRGS.

SEDH/PR – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas.

STF – Superior Tribunal Federal.

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>21</b>
2.1	DIREITOS HUMANOS .....	21
2.1.1	Os direitos humanos: uma breve reflexão histórica e conceitual .....	22
2.1.2	Os direitos humanos no Brasil .....	27
2.1.3	O direito humano em relação à afetividade e à sexualidade no Brasil.....	35
2.1.4	O direito à livre orientação sexual no Brasil.....	37
<b>3</b>	<b>OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>45</b>
3.1	OS MOVIMENTOS SOCIAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS .....	45
3.2	OS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT E OS DIREITOS HUMANOS – UMA CULTURA EM MUTAÇÃO? .....	52
3.3	OS MOVIMENTOS LGBT NO BRASIL E EM PORTO ALEGRE.....	64
<b>4</b>	<b>A AÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL LGBT DE PORTO ALEGRE COMO INSTRUMENTO DA MUDANÇA DE CULTURA.....</b>	<b>80</b>
4.1	OS MOVIMENTOS... ..	82
4.1.1	NUANCES – Movimento pela Livre Expressão Sexual .....	82
4.1.2	SOMOS — Comunicação, Saúde e Sexualidade.....	84
4.1.3	Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul (LBL/RS).....	85
4.2	ALGUNS ENTENDIMENTOS.....	86
4.3	AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTs, QUE ESTÃO DIRETA OU INDIRETAMENTE RELACIONADAS À HOMOAFETIVIDADE.....	94
4.4	ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES DO MOVIMENTO SOCIAL LGBT DE PORTO ALEGRE .....	98
4.4.1	NUANCES – Movimento pela Livre Expressão Sexual .....	98
4.4.2	SOMOS – Comunicação Saúde e Sexualidade.....	101
4.4.3	Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul (LBL/RS).....	105
4.4.4	XIV Parada Livre .....	114
4.5	OS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT E UMA POSSÍVEL MUDANÇA DE CULTURA .....	117

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>131</b>
	<b>ANEXO A – Matéria jornalística da fala do Arcebispo Dom Dadeus Grings, na 48ª Assembleia Geral da CNBB.....</b>	<b>138</b>
	<b>ANEXO B – Materiais das ações dos movimentos LGBT de Porto Alegre .....</b>	<b>140</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo foi provocado a partir da nossa atuação profissional como assistente social, que é uma profissão que faz parte da divisão técnica do trabalho, e tem como função materializar direitos. No entanto, observa-se na categoria uma dificuldade de os profissionais reconhecerem os homossexuais como sujeitos de direitos e, acima de tudo, como seres humanos capazes de exercer sua plena cidadania. Ademais, tenho em consideração minha história no município de Porto Alegre, onde convivi e convivo com muitos amigos homossexuais que passam parte de sua vida buscando reconhecimento social, reconhecimento jurídico, reconhecimento afetivo e, principalmente, autorreconhecimento, tentando, por vezes, burlar a discriminação e a moralidade conservadora por parte das pessoas com quem convivem. Como integrante dessa sociedade, também nos sentimos, por vezes, responsável pela produção e pela reprodução de alguns estigmas.

Na minha trajetória, acompanhei o movimento LGBT de Porto Alegre e, por vezes, questionamo-nos se o movimento, que se tem proposto a travar uma luta pela busca de direitos, tem conseguido alguma efetividade em uma possível mudança de cultura frente à sociedade porto-alegrense. Temos claro que não depende apenas do movimento essa mudança cultural, mas o movimento é um dos instrumentos para que tal mudança aconteça, até mesmo porque o processo de mudança cultural é um processo vagaroso que depende de muitos fatores.

Observo que o movimento vem pautando uma luta pela diversidade sexual a todo o custo, e tem esquecido outras dimensões da vida dos sujeitos homossexuais, haja vista que todos os sujeitos que citei como amigos anteriormente e, atualmente, as pessoas com quem convivo e que são homossexuais não se sentem por vezes representadas por esses movimentos que os expõem em algum momento na manifestação de suas ações.

Propomos aqui uma investigação junto às ações dos movimentos LGBT de Porto Alegre para compreender se essas ações perpassam somente pela sexualidade ou abordam outra dimensão, como a afetividade. Ademais, investigamos se suas ações voltadas à diversidade afetiva, caso haja, contribuem para alguma mudança cultural em Porto Alegre. Penso que esse estudo é relevante para a sociedade como um todo, para uma sociedade que se quer plural, que se quer democrática, justa e inclusiva. Se este tema tem relação com a sociedade e seus comportamentos, logo ele torna-se importante para as Ciências Sociais. Pensamos que o tema

proposto seja relevante também para as Ciências Sociais desta Universidade na produção de conhecimento e na interlocução com a realidade da sociedade, haja vista que não há outros estudos relativos aos movimentos sociais e as homossexualidades.

O tema deste estudo é a diversidade afetiva, mas, para entender a relevância deste tema, é necessário considerar alguns aspectos da própria sexualidade, da diversidade sexual. Ao longo do desenvolvimento e construção histórica das sociedades, a sexualidade e as relações dos seres humanos com o sexo e a sexualidade foram modificando-se. A sexualidade transforma-se à medida que as sociedades a vão transformando, em vista disso é possível dizer que a sexualidade é socialmente construída. Suas diversas expressões apresentam-se na história, mas, a cada época é compreendida e modificada conforme a estrutura social estabelecida, os segmentos que nela detêm o poder e a produção de seus discursos.

Para o sociólogo Therborn (2006), além da biologia, como para outros animais, a sexualidade humana é socialmente construída e variável, mas também é inerente ao ser humano, ou seja, ele tem a sexualidade presente, latente, tem desejos de externalizar, realizar essa sexualidade. Para Therborn, na sexualidade há uma mistura de sexo e poder, e um pode impor-se sobre o outro conforme o interesse. Por exemplo, o sexo sobrepõe-se ao poder pela sedução, e o poder sobrepõe-se ao sexo pelo dinheiro, por aquilo que ele pode comprar ou pelo simples exercício do poder, isto é, a relação da sexualidade, como coisa, como mercadoria de troca ou com imposição do poder, do domínio, da subserviência, física, psicológica e social. Para esse autor o “sexo é a força básica de orientação da biologia humana e o poder é aspecto fundamental da sociologia humana” (p. 11). Essa combinação que ele faz do sexo com o poder aparece nas relações da família, nos papéis sociais estabelecidos, na sociedade como um todo e nas microrrelações.

A teoria de Therborn (2006) parece-nos mais adequada e mais completa para uma análise mais apurada da construção social da sexualidade, visto que esse sociólogo estuda o tema por meio dos diferentes sistemas societários, dos diversos segmentos sociais, da sua influência nas relações afetivas e sexuais e da relação destas com o poder. Mesmo com sua análise sociológica da sexualidade, não exclui dos seus estudos a sexualidade como algo intrínseco ao ser humano, particular, subjetivo. Para o autor, as diversas transformações das estruturas sociais modificaram a relação do homem com o sexo, com o poder, com a sexualidade e a afetividade.

Contudo, o estudo sobre o fenômeno da sexualidade e suas relações sociais também encontra alicerce em Foucault e sua construção histórica da sexualidade nos volumes I, II e III

de sua obra intitulada “História da Sexualidade”, em que o autor faz uma análise histórica da sexualidade a partir da produção dos discursos. Na produção de discursos, Foucault demonstra que, na medida em que a estrutura de poder e de conhecimento se altera, alteram-se também as visões sobre determinados fenômenos, como a loucura e a sexualidade. Contudo, para Foucault (1993), o poder é estabelecido nas microrrelações, como também mostra Therborn (2006), mas apresenta-se na prática da sociedade como determinante da sexualidade, da loucura, do discurso da verdade e não verdade, do certo e do errado, da predominância do padrão.

Vejo entre Foucault e Therborn, quando tratam da sexualidade e do poder, uma diferença quanto às causas de mudanças no fenômeno da sexualidade. Para Foucault a mudança do poder que incide sobre a sexualidade ocorre pelos discursos e conhecimentos produzidos; para Therborn, pelas estruturas sociais ou movimentos sociais presentes, porém ambos concordam que a sexualidade tem relação direta com o poder.

Foucault (2007), quando trata do seu conceito de sociedade disciplinar que se inicia ao final do século XVIII e início do século XIX, trata do controle dos indivíduos não somente pelo viés da justiça e da punição, mas também pelo viés de outras instituições. Essas fariam o controle das virtualidades que ele chamou de uma “rede de instituições de vigilância e correção”, quais sejam instituições psiquiátricas (clínicas), médicas (hospitais), pedagógicas (escolas) e, por que não, **afetivas (famílias)** (grifos meus), com a função de corrigir suas virtualidades. Para Foucault, a sociedade disciplinar é também a idade do controle social.

Para Giddens (1993), o tratamento social da sexualidade não parece tão externo, ou seja, é somente pré-estabelecido pelo meio, mas também não o exclui. Para esse autor, o sexo está continuamente em socialização, em transformação. A sexualidade é o reino potencial da liberdade, não pelos limites da civilização atual, pois, para a sociedade moderna, pela interpretação de Giddens (1993), a sexualidade é descentralizada, liberta das necessidades de reprodução, caracterizada como traço da personalidade, intrinsecamente vinculada ao eu, individual, subjetivo. “A sexualidade é algo que cada um de nós tem, ou cultiva, não mais uma condição natural que um indivíduo aceita com um estado de coisas preestabelecido” (p. 25). Nesse caso, a sexualidade é vista pelo autor como meio de libertação, e sua orientação é pessoal, não sendo condicionada pelo natural a todos. É quase como uma escolha, pois há uma forte vontade interna por algo que é oposto ao padrão fortemente estabelecido no meio externo. Pode até ser que o meio não determine, na intimidade do sujeito, a sua sexualidade,

mas, ao estabelecer os parâmetros de uma sexualidade aceitável, o meio social exclui suas variações, permitindo sofrimento, negação, discriminação e, por vezes, anulação.

É possível dizer que a construção social da sexualidade é um processo mútuo, endógeno e exógeno simultaneamente, que se complementam, visto que, se a sexualidade é construída socialmente, é construída também por cada um. Para Costa (1994, p. 2):

[...] sexualidade é o aspecto mais conflituoso, controverso e desconhecido do ser humano. A nossa cultura lida mal com esse importante aspecto da vida e, para agravar, cria modelos estanques nos quais pretende encaixar e classificar as pessoas. Esses moldes, muitos dos quais baseados apenas no preconceito e na falta de informação, não nos permitem que sejamos exatamente aquilo que somos ou que poderíamos ser.

Conforme Facchini e Simões (2009, p. 32) “as possíveis conexões entre o desejo que uma pessoa sente, o seu comportamento sexual e o modo como ela percebe a si mesma são, em grande parte, fruto das convenções, contingências e constrangimentos sociais que a cercam em sua trajetória”. A sexualidade é tão intensa e libertadora que, mesmo quando algumas sociedades, nos diferentes tempos e espaços, reconstroem um padrão, ou seja, reconstroem um olhar sobre determinado fenômeno — aqui o da sexualidade —, e este se torna predominante e, a partir disso, elaboram-se mecanismos de controle e manutenção, mesmo assim, não inviabiliza ou impede a manifestação das diversas outras expressões da sexualidade. Partindo dessas premissas, abordaremos a diversidade afetiva, tema deste estudo, pelo viés da sexualidade, da homossexualidade.

Na gama das diversas expressões da sexualidade presentes na construção histórica da sociedade, percebe-se que, em algumas sociedades, esse fenômeno e suas variações, como a homossexualidade, têm focos diferentes. Algumas focalizam a formação do indivíduo, outras o fortalecimento entre os indivíduos, outras ainda a visão reprodutora somente, outras veem como tabu. Suas variações são condenadas como pecaminosas, como libertinagem, como libertação e, em algumas sociedades, essas variações sexuais — como a homossexualidade, por exemplo — são vistas como crime.

Se a homossexualidade é uma das expressões da sexualidade, pode, dessa forma, ser compreendida diferentemente nos diversos tempos e espaços sociais, assim como pelos diversos segmentos, grupos e indivíduos que compõem esses espaços e tempos. Quando falamos de homossexualidade referimo-nos à relação sexual-afetiva, mas principalmente sexual entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, a diversidade afetiva, que problematizaremos

adiante, conforme Dias (2004), que trata dessa diversidade com o termo homoafetividade, não se restringe somente a sexo e afetividade entre iguais, mas é a relação entre duas pessoas do mesmo sexo e um projeto de vida conjunto, ou seja, “existindo vínculo amoroso, vida em comum e o estabelecimento de convivência em que está presente a mútua assistência e a conjugação de esforços para a sobrevivência do par” (DIAS, 2004, p. 2). Se observarmos atentamente, essa definição de Dias é uma definição de afetividade, de união afetiva, mas tanto a autora quanto nós, neste trabalho, utilizaremos homoafetividade sempre para marcar que estamos tratando de relações homossexuais. No entanto, utilizaremos o termo não somente na perspectiva de Dias, mas como componente de aproximação das pessoas de mesmo sexo, como uma orientação afetivo-sexual, como afinidade, afeto. A diversidade afetiva, além de envolver relações sexuais entre iguais, envolve afetividade, tendo relação direta com a homossexualidade.

Todos as conquistas referentes à homossexualidade no Brasil trazem consigo uma carga muito voltada ao recorte da sexualidade. Contudo, na caracterização do sexo de uma pessoa, quatro elementos devem ser levados em consideração: seu sexo biológico, sua identidade sexual, seu papel social e sua preferência afetiva, ou seja, não envolve somente a preferência sexual, mas a identidade, o gênero.

No Brasil, a marginalização da homossexualidade é presente, mesmo com os dados e conquistas, mesmo que atualmente os homossexuais somem, conforme *sites* das entidades partícipes do movimento LGBT<sup>1</sup>, mais de vinte milhões de seres humanos, perpassando todas as raças, grupos étnicos, classes sociais, profissões e idades<sup>2</sup>, constituindo o único grupo, no que tange aos direitos sociais, que se faz presente em todos os demais grupos sociais. Contudo, essa marginalização fomenta cada vez mais a busca dos movimentos de livre orientação sexual, que congregam o movimento LGBT, por direitos sociais e sexuais e, porque não? **afetivos** (grifo meu).

Desde a década de 1970, diversos movimentos sociais têm discutido a abertura da democracia, porém, Mello (2005) refere que, tratando-se da minoria sexual, suas principais reivindicações há trinta anos não diziam respeito à conquista de direitos civis para casais homossexuais, limitando-se à luta pela proibição de discriminação por orientação sexual, em qualquer de suas formas, diferentemente da atualidade em que se luta por reconhecimento legal e por reconhecimento social. Entretanto, não identifico nas ações e nas produções

---

1 Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.

2 SOUZA JR., José Geral de *et al.* **Educando para direitos humanos**: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004. 256 p.

escritas dos movimentos qualquer vinculação à afetividade, à homoafetividade, vinculando suas lutas ao reconhecimento social no tocante à sexualidade, à diversidade sexual e de gênero e no reconhecimento jurídico, à mudança de sexo, à mudança de nome, entre outras.

Partimos da premissa de que a sociedade, quando pensa e discute a homossexualidade, não percebe a afetividade, mas a sexualidade, e pensamos que os movimentos sociais LGBT, por vezes, reforçam tal ideia em suas manifestações, suas campanhas e seus projetos, inclusive os movimentos sociais de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Conforme Navarro (2010, p. 14),

[...] atualmente existe uma hipersexualização em torno do qual se desenvolvem as relações sociais. O movimento GLBT tem como definidor práticas sexuais e, neste sentido, sua eclosão e visibilidade deve-se a profusão de sexualidades, deste clima de sexualização da vida. Ou seja, a homossexualidade se afirma e se torna visível na proliferação dos discursos sobre o sexo.

E é nessa perspectiva, de um reconhecimento social da diversidade afetiva, de uma relação homoafetiva, de um lugar de afetividade entre pessoas do mesmo sexo, além da perspectiva sexual, que pretendemos pesquisar junto aos movimentos sociais LGBT no município de Porto Alegre, cidade que, no Estado, é onde apresentam maior expressão.

É na força desse ativismo LGBT, que temos relacionado ao reconhecimento social da diversidade sexual, que fundamentamos este trabalho, mas reforço que não visualizamos a dimensão da afetividade em suas manifestações. Problematizaremos o movimento social, mais adiante, um coletivo de representação de um determinado segmento social que visa a reivindicar melhorias, direitos, reconhecimento, visibilidade, entre outros. No caso das entidades que representam os homossexuais, por suas próprias definições, elas trazem a baila o desejo de quase todos esses pontos.

Dessa forma, neste estudo, expressamos o seguinte problema: Como se manifesta nas ações dos movimentos sociais LGBT a homoafetividade? Para essa questão-problema, apresentamos três hipóteses: a primeira é que os movimentos sociais LGBTs não reconhecem a dimensão homoafetiva, logo a homoafetividade não aparece em suas ações; a segunda é que os movimentos sociais LGBTs reconhecem a dimensão homoafetiva, mas não como relevante, logo pode aparecer em suas ações, mas de forma secundária; a terceira é que os movimentos sociais LGBTs reconhecem a dimensão homoafetiva como muito relevante, mas não inferir isto em suas ações.



Esta pesquisa justifica-se, visto que é pertinente e significativo dar visibilidade a essa temática tão atual e latente, além de contribuir para a redução das desigualdades sexuais na sociedade.

O presente estudo realizou-se por meio de uma pesquisa qualitativa e exploratória, porque busca levantar informações que permitam conhecer e compreender o fenômeno a ser analisado.

Neste estudo, utilizamos o método comparativo com base em Sartori e Morlino, os quais referem sobre a comparação em Ciências Sociais que, conforme Ragin (*apud* SARTORI; MOLINO, 1994, p. 30), o saber comparado dá-nos a chave para compreender explicar e interpretar.

A primeira parte deste estudo teve um caráter bibliográfico, que se traduziu no estudo na fundamentação teórica, complementando a segunda parte da pesquisa que objetivou investigar o “*locus*” da diversidade afetiva nos movimentos sociais LGBT do município de Porto Alegre.

Utilizamos como referenciais teóricos diversos autores, para os diversos assuntos apontados. Para discussão dos Direitos Humanos foi usado Comparato (2007) que auxilia na construção e reflexão sobre os mesmos. Na problematização dos direitos e direitos no Brasil, utilizamos Couto (2006) e Bobbio (1992). Para a homossexualidade, fizemos uma análise a partir de Dover (2007) que traz a homossexualidade no debate dos povos gregos, Fry (1985) e Macrae (1985) abordam a homossexualidade na perspectiva do conceito e do resgate histórico do fenômeno no Brasil, assim como Facchini (2005). Grossi (2007) que trata das Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, *gays* e travestis, assim como Mello (2005), que escreve sobre as novas famílias, mas em uma perspectiva da homossexualidade, e Mott (2004) aborda a homossexualidade pelo viés da homofobia.

No contexto da homoafetividade e afetividade utilizamos Dias na perspectiva jurídica e do conceito familiar, Nogueira com a discussão dos laços afetivos, assim como Scarf que trata dos papéis afetivos dos casais.

Na perspectiva dos movimentos problematizo com três autores, Mellucci (2001), Touraine (2007 e 1999), que trata dos movimentos sociais pelo viés da diferenciação, e Doimo (1995), com os movimentos sociais característicos do Brasil. Acerca dos movimentos LGBT no Brasil utilizamos Simões, Facchini (2009) e Fry e Macrae (1985).

Como anteriormente referido, neste estudo, as unidades-caso serão os três movimentos LGBT de Porto Alegre, por serem os principais atuantes no município.

A coleta de dados, em um primeiro momento, realizou-se por meio da pesquisa de documentos, que chamamos de FD1 (Fonte de Dados 1) quais sejam: projetos, material de divulgação, campanhas, jornais.

Essa etapa foi necessária, visto que se pretendeu, ao conhecer o fenômeno estudado, identificar os sentidos implícitos e explícitos que emergem dos movimentos LGBT por intermédio do seu material gráfico e atos constitutivos. Conforme Gil (1999), muitos dados importantes da pesquisa social provêm de fontes documentais e bibliográficas e que muitas vezes são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos.

O segundo momento de coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas em profundidade, que chamei de Fonte de Dados 2 (FD2). As entrevistas foram realizadas com os dirigentes dos movimentos LGBT de Porto Alegre. Segundo Roesch (1999), é a técnica que fundamenta as pesquisas qualitativas e que exige uma boa habilidade por parte do pesquisador. Utilizamos a entrevista, para compreender, por intermédio dos participantes dos movimentos, qual é o entendimento desses movimentos sobre cinco categorias sociológicas: (a) movimento social; (b) homossexualidade; (c) homoafetividade; (d) cultura em Porto Alegre e (e) Direitos Humanos.

O um terceiro momento de coleta de dados, ocorreu por meio das exposições orais nos diversos espaços de manifestações dos movimentos. O corpus de texto elaborado nesta etapa nós chamamos de Fonte de Dados 3 (FD3).

A análise dos dados deu-se por meio da análise de conteúdo que é um método que utiliza uma série de procedimentos para levantar inferências válidas a partir de um texto. Esse método tem como finalidade classificar palavras, frases ou, até mesmo, parágrafos em categorias de conteúdos (ROESCH, 1999). A análise de conteúdo faz uma ponte entre a quantificação do texto e a análise qualitativa dos materiais, conforme Bauer e Gaskell (2004).

Seguindo o método da Bardin, utilizaremos o *corpus* de texto das entrevistas em profundidade e dos documentos das três entidades que vamos estudar e que compõem o movimento LGBT em Porto Alegre, mas de forma separada, na análise de cada um seguindo o critério da autora de homogeneidade.

Utilizamos a análise de dados problematizada por Bardin, porque foi necessário, através dos documentos e entrevistas, efetuar uma interpretação dos sentidos das palavras, buscando compreender, no discurso das ações dos movimentos sociais LGBTs, os elementos que possam contribuir para uma mudança de cultura relacionada ao universo homossexual,

principalmente no que tange ao reconhecimento da homoafetividade, ou reforçar a cultura existente.

Propusemo-nos, nesta pesquisa, abordar dirigentes de três movimentos LGBT de Porto Alegre, para compreender, por seu intermédio, qual o lugar da homoafetividade para o movimento em suas manifestações. Seleccionamos três movimentos por entender que, na cena LGBT do município de Porto Alegre, eles têm se destacado como os mais atuantes, fazendo um recorte de atuação de cada um nas diversas expressões da sexualidade. Os movimentos são:

- a) *NUANCES – Movimento pela Livre Expressão Sexual*: O movimento tem abrangência em Porto Alegre e região, e atua em cinco frentes, são elas: (a) assessoria jurídica para os diversos casos; (b) promoção de arte e cultura que dissemine e promova a não discriminação com o público LGBT, seja por meio de teatro, seja de cinema, de livros etc.; (c) ações de promoção da construção das diversas identidades para a desconstrução do preconceito, com debates junto às diversas instituições educacionais e entes federativos, pautando a importância da abordagem das diferentes identidades nos diferentes mecanismos da educação, qual sejam livros didáticos e infantis, aulas, campanhas, junto aos professores, educadores, entre outros; (d) promoção e defesa dos direitos humanos para o público LGBT principalmente e outras minorias; e, finalmente, (e) debates constantes sobre as políticas públicas para esse público, bem como entrevistar diferentes agentes da cena política, candidatos, ou eleitos, sobre suas ações relacionados a essa temática.
- b) *SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade*: atua na questão homossexual mais voltada ao grupo homossexual. A instituição tem abrangência em Porto Alegre e região, e volta suas ações para a defesa dos direitos humanos e à promoção da saúde dos homossexuais. (a) Atua na modificação e proposição de leis — por entenderem que são importantes ferramentas na luta pela igualdade; (b) no encaminhamento e acompanhamento de denúncias — inclusive fazendo manifestações nas ruas; (c) fiscalizam o poder público no exercício de suas funções; e (d) fomentam uma política de educação e cultura comprometida com a diversidade das expressões sexuais — por meio de projetos que proporcionam fundamental espaço de discussão visando à efetiva inclusão social dos *gays*, lésbicas e travestis.
- c) Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul – LBL/RS: Atua na questão homossexual mais voltada as mulheres lésbicas. Esse movimento é uma expressão do

movimento social, de âmbito nacional, de articulação temática de mulheres lésbicas e bissexuais, pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual. É um movimento que se soma a todos os movimentos sociais. O movimento apresenta-se como uma articulação de grupos, entidades, outros movimentos, lésbicas e bissexuais autônomas/independentes que dela participem.

Essas foram as entidades escolhidas, dada a sua trajetória, sua representação e sua visibilidade na questão deste estudo, no Estado e em Porto Alegre.

Os três movimentos localizam-se no município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, que conta atualmente com cerca de 1,6 milhão de pessoas. A cidade tem origem açoriana, e completou 237 anos em 2010. É palco de diversas manifestações culturais, sociais, políticas. Possui forte visibilidade homossexual, também caracterizada pelas Paradas Livres realizadas sempre com uma grande participação de pessoas. Contudo, a cidade, assim como a região metropolitana, diferencia-se do interior do Estado, principalmente na região da campanha, da serra e da fronteira, quanto ao reconhecimento da homossexualidade.

Realizamos a pesquisa com recorte no período de 2008 à 2010, pois mesmo com o Programa Brasil sem Homofobia ter sido lançado em 2005, foi em 2008 que ocorreu a I Conferência Nacional LGBT, em que foi lançado o Plano Nacional LGBT que propiciou um aumento significativo de editais, de oportunidade de agenciamento de recursos e realização de ações. Como dois dos movimentos estudados são ONGs, isso poderia ser um facilitador de ações e mesmo a LBL/RS que se estrutura em rede teria a possibilidade de estabelecer parcerias principalmente com o poder público local.

Esse estudo foi dividido em três capítulos e nove subcapítulos. No primeiro capítulo, abordamos os direitos humanos, sua construção histórica, a partir da declaração desses direitos, seus fundamentos e conceitos. Primeiramente, apresentamos uma leitura de direitos humanos junto à comunidade internacional e, após, uma análise da trajetória desses direitos no Brasil. Ainda neste capítulo, abordamos sobre os direitos humanos relacionados à afetividade e sexualidade, transitando pela reflexão acerca do direito a livre orientação sexual no Brasil para melhor compreender o contexto da luta por este direito no País, por intermédio dos movimentos sociais.

No capítulo segundo, problematizamos os movimentos sociais com aspectos conceituais, discutindo o papel de um movimento social na transformação cultural, a partir das manifestações homossexuais na sociedade e na cultura, suas transformações. Ainda no

capítulo segundo apresentamos a trajetória dos movimentos sociais LGBT no Brasil e em Porto Alegre.

No terceiro e último capítulo, apresentamos, a partir dos dados coletados, os movimentos sociais LGBT de Porto Alegre envolvidos na pesquisa, sua trajetória e conquistas, mas analisando como esses movimentos contribuem para uma mudança de cultura relacionada ao universo homossexual, principalmente no que tange à homoafetividade. Partimos de uma primeira etapa em que revelamos sua compreensão em relação a cinco questões que os envolvem, quais sejam: (a) movimento social, (b) homoafetividade, (c) homossexualidade, (d) direitos humanos e (e) cultura de Porto Alegre.

Na continuidade do capítulo, analisamos o objetivo central deste estudo através de três eixos: (a) ações dos movimentos sociais LGBTs, que estão direta ou indiretamente relacionadas à homoafetividade; (b) objetivos e abrangência dessas ações; (c) de que maneira as mesmas podem possivelmente contribuir para uma mudança de cultura, no tocante a homoafetividade. Ao final, como estratégia do estudo comparativo, faremos uma análise dos três movimentos. A partir dos documentos, matérias, jornais, sites, entre outros materiais que demonstrem a comunicação do movimento com a comunidade em que atua e os discursos dos movimentos através da fala de seus dirigentes.

Para o objetivo central deste estudo, apresentamos três eixos: (a) ações dos movimentos sociais LGBTs, que estão direta ou indiretamente relacionadas à homoafetividade; (b) objetivos e abrangência dessas ações; (c) de que maneira elas podem possivelmente contribuir para uma mudança de cultura no tocante à homoafetividade. Utilizando a estratégia do estudo comparativo, faremos uma análise dos três movimentos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 DIREITOS HUMANOS

Pensar, discutir e escrever sobre direitos humanos não é tarefa fácil. Contudo, para que possamos entender o tema central deste estudo — o direito a afetividade entre pessoas do mesmo sexo e a relação dos movimentos sociais nessa luta, em uma perspectiva de mudança cultural — é imprescindível compreender a caminhada histórica da conquista dos direitos humanos, tanto em nível de Brasil, quanto em nível de mundo, a partir da Declaração dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas. Os direitos humanos constituem o que podemos chamar de carta à liberdade e à dignidade da pessoa e, quando tratamos do direito, quaisquer deles, são nesses preceitos que devemos nos fundamentar.

É fato que a Declaração dos Direitos Humanos norteou pelo mundo a construção de tantas outras promulgações de direitos humanos próprias de países e que todo esse movimento e essa construção foi fruto de um movimento coletivo, de lutas sociais anteriores à Declaração. O direito humano não se constrói pela norma, mas, quando nela, confere maior segurança nas relações da sociedade. Para Dallari (2007), a questão é: quanto mais se avança nas questões referentes aos direitos humanos, mais uma sociedade torna-se livre, harmônica e justa. Podemos dizer que, em parte, Dallari tem razão. O avanço dos direitos humanos garantidos em direitos fundamentais confere maior justiça e até mesmo liberdade, contudo, no tocante à sociedade harmônica, significaria consenso, e os direitos humanos não nascem ou mantêm-se no consenso. Ambos são resultados do conflito estabelecido sobre novos e antigos paradigmas, entre opressores e oprimidos, entre a sociedade e aqueles que não se enquadram em um tipo ideal da mesma, por seu próprio pensamento. Pretendemos, neste capítulo, refletir e compreender os direitos humanos, sua construção histórica a partir da declaração desses direitos, seus fundamentos e conceitos. Primeiramente, faremos uma leitura de direitos humanos junto à comunidade internacional e, após, uma análise da trajetória desses direitos no Brasil.

Este capítulo versará sobre os direitos humanos, contudo, não abordaremos toda a gama de direitos correspondentes, mas trataremos dos direitos relacionados à afetividade e sexualidade, haja vista que o debate aqui é a relativa mudança cultural provocada pelos

movimentos LGBT, os quais, ao primeiro olhar, buscam a efetivação de direitos humanos relacionados à sexualidade junto à comunidade brasileira e, talvez, de maneira secundária, a diversidade afetiva. Para tanto, será necessário, ainda neste capítulo, transitar pela reflexão acerca do direito à livre orientação sexual no Brasil para melhor compreender o contexto da luta por este direito no País por intermédio dos movimentos sociais.

### **2.1.1 Os direitos humanos: uma breve reflexão histórica e conceitual**

A trajetória de construção dos direitos humanos foi extensa, iniciada por séculos de busca e compreensão do conceito de homem, de ser humano. A ideia de que os indivíduos e grupos humanos podem ser transformados em um conceito, ou categoria geral, conforme COMPARATO (2007), é de elaboração recente na história. “Foi durante o período axial da história que despontou a idéia de uma igualdade essencial entre os homens, foram necessários vinte e cinco séculos para que a primeira organização internacional proclamasse isso” (COMPARATO, 2007, p. 12). Somente após a Segunda Guerra Mundial, ocorrida na década de 1940, foi proclamada a Declaração Universal de Direitos Humanos.

Assim como a Primeira, a Segunda Guerra Mundial foi devastadora no que tange à destruição das vidas humanas, tornando-se a força motriz para o entendimento e internalização do real valor da dignidade humana.

Relembrando esse contexto mundial, pode-se remeter a três eventos devastadores relacionados com as guerras acima mencionadas, primeiro o Holocausto. Segundo Adorno (1994), esse termo referia-se a grandes catástrofes e massacres, mas após a Segunda Guerra passou a referir o extermínio de milhões de pessoas que faziam parte de grupos politicamente indesejados pelo então regime nazista de Adolf Hitler, quais sejam militantes comunistas, homossexuais, judeus, ciganos, eslavos, deficientes motores, entre outros.

No período do regime nazista, foram criados, diversos campos de concentração, mas, conforme Adorno (1994), o primeiro e principal campo de concentração foi o de Auschwitz I. Era como um centro administrativo de todo o complexo, aberto em 1940, onde foram aprisionados e mortos, entre eles, prisioneiros comuns alemães, elementos antissociais e homossexuais, assim como os judeus. Esse campo de concentração abrigou aproximadamente entre treze e dezesseis mil prisioneiros, alcançando a quantidade de vinte mil em 1942. Para

Adorno (1994), nunca devemos esquecer Auschwitz, para estar comprometido em criar medidas de prevenção social que possam evitar um novo Auschwitz.

Cabe aqui, devido ao tema deste estudo, informar que foram aprisionados cerca de cinquenta mil homossexuais nos campos de concentração, destes, dez mil morreram até o seu fechamento. No Código Criminal germânico em vigor de 1871 a 1969, em seu parágrafo 175, criminalizavam-se as relações homossexuais,<sup>3</sup> sofrendo diversas emendas ao longo do tempo e atingindo seu auge quando os nazistas assumiram o poder:<sup>4</sup>

Parágrafo 175 - Atos indecentes entre homens:

1. Um homem que cometa atos indecentes com outro homem ou que se permita participar de tais atos será punido com aprisionamento.
2. Caso uma das partes for menor de 21 anos na data do ocorrido, e o crime não for grave, o tribunal pode, em casos especiais, isentá-lo de punição.

Parágrafo 175a - Severos atos indecentes:

Servidão penal de até 10 anos ou, quando houver circunstâncias atenuantes, prisão de não menos que três meses deve ser aplicada a:

1. Qualquer homem que, com uso de violência ou ameaça do uso de violência física e emocional ou à vida, leve outro homem a cometer atos indecentes, ou se permita participar de tais atos;
2. Qualquer homem que force outro homem a cometer atos indecentes com ele, aproveitando-se de uma relação de dependência seja no trabalho ou em outro lugar, ou se permita participar de tais atos;
3. Qualquer homem acima de 21 anos que seduza um homem menor de 21 a cometer atos indecentes, ou se permita participar de tais atos;
4. Qualquer homem que cometa atos indecentes, de maneira profissional e por dinheiro, com outros homens, ou se permita ser usado para tais atos ou se ofereça para o mesmo.

Parágrafo 175b - Sodomia:

Atos indecentes não-naturais de homens com animais são passíveis de pena de prisão; além disso, a perda dos direitos civis também pode ser imposta (ELÍDIO, 2010, p. 22).

Outros dois genocídios, conhecidos como Hiroshima e Nagasaki, foram cometidos ao final da Segunda Guerra Mundial, Foram ataques nucleares, bombardeios desferidos pelos Estados Unidos da América, contra o Império do Japão, do qual resultou em,

<sup>3</sup> Texto na íntegra do parágrafo 175: “Um homem que cometa atos contra natureza com outro homem ou com animais será punido com aprisionamento; a perda de direitos civis também pode ser imposta” (ELÍDIO, 2010, p. 21).

<sup>4</sup> Informações levantadas no documentário **Parágrafo 175**, Alemanha, EUA, GB, 2000, 74min, de Rob Epstein e Jeffrey Friedman. Ganhador do *Teddy Award* de melhor documentário em 2000, “Parágrafo 175” descreve a história de homens e mulheres aprisionados sob a acusação de homossexualidade na Alemanha de Hitler sob abrigo do Parágrafo 175.



aproximadamente, cento e quarenta mil mortos, em Hiroshima, e oitenta mil mortos, em Nagasaki; no entanto, há questionamentos acerca das mortes, pois, após a destruição das cidades pelas armas nucleares, outras muitas pessoas morreram devido à radiação local. O racismo esteve presente, e deixou uma ferida grave, principalmente na Alemanha, onde os nazistas mandaram para campos de concentração e mataram aproximadamente seis milhões de judeus.

Foi a partir desse contexto que a comunidade internacional aprofundou a discussão do que conhecemos por direitos humanos. Em 1948, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Internacional sobre a prevenção e punição do crime de genocídio, que representam, conforme Comparato (2007), uma nova fase histórica para os direitos humanos. A Declaração Universal prevê em seu artigo primeiro o mote de sua fundamentação e a vigente concepção de homem:

Artigo 1º - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito e fraternidade ([www.onu-brasil.org.br](http://www.onu-brasil.org.br)).

Foi nesse momento histórico, e baseados nesses preceitos que outros tantos países discutiram e formularam suas declarações. Contudo, os direitos humanos universais, constantes na Declaração Universal, têm cunho de recomendação, de proteção, de fomento, não de exigência. Mas, o que são esses direitos humanos? “São todos aqueles direitos inerentes à condição humana, sem ligação com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos” (COMPARATO, 2007, p. 227).

Conforme Comparato (2007), por ser uma recomendação, um marco regulatório, a Declaração Universal torna os Estados os criadores de seus direitos. Podem reconhecê-los, suprimi-los ou transformá-los, reforçando a descaracterização de exigência da Declaração Universal. Essa recomendação tem como premissa um Estado democrático como único regime político compatível com o pleno respeito aos direitos humanos, o que não ocorre em diversos países, pois cada país tem a liberdade de escolher seus regimes políticos.

Juntamente, ou mais precisamente no dia anterior ao da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ocorreu a Convenção Internacional sobre a prevenção e punição do crime de genocídio. Essa Convenção declarou o genocídio como crime, seja da “destruição física e biológica de grupos humanos, seja a destruição cultural, ou seja, a destruição de instituições e formas de vida pelas quais um grupo humano se exprime” (COMPARATO, 2007, p. 245).

Após essa Convenção, a comunidade internacional elaborou outras que nortearam os direitos humanos, como a de Genebra, em 1949. Essa se referiu à proteção dos enfermos e feridos, advindos das guerras terrestres. Essa convenção sofreu outras mudanças que incluiu, na mesma proteção, naufragos nas guerras navais, seguida de uma alteração no tratamento de prisioneiros de guerra e a proteção da população civil, vítimas de conflito bélico, referendados.

No ano de 1950, houve a celebração de outra convenção, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, mas limitou-se aos direitos individuais, ditos clássicos, representando, segundo Comparato (2007), um recuo em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas, em 1988 e 1996, a mesma convenção foi revista e alterada e incluíram diversos direitos sociais.

Em continuidade à pauta internacional de direitos humanos, em 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou dois pactos internacionais de direitos humanos: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Conforme Comparato (2007), esses pactos completaram a segunda etapa do processo de institucionalização dos direitos do homem em âmbito universal, e iniciaram a terceira etapa de criação de mecanismos de sanção às violações dos direitos humanos, no tocante aos direitos civis e políticos. Contudo, esses pactos transparecem superficialidade, pois repetem-se em partes, e têm um cunho voltado à fiscalização, haja vista que as decisões, as elaborações e as ações dependem principalmente dos chamados Estados-Partes, além de serem contraditórios, quando buscam regular determinados tratamentos igualitários entre os povos quanto à aceitação de direitos humanos relacionados com a cidadania e o asilo.

A Convenção Americana de Direitos Humanos<sup>5</sup>, no ano de 1969, teve a inserção do Brasil em 1992, quando trouxe para a América principalmente a discussão relativa à pena de morte, à legalização do aborto e ao uso de embriões para diversos fins, pois o seu artigo 4.º refere que o direito à vida deve ser protegido pelo Estado desde a sua concepção. Contudo, na questão da pena de morte, Comparato (2007, p. 51) afirma que “subsistiam como hipóteses legítimas, para as legislações nacionais, a introdução da pena de morte em um país que não a tivesse anteriormente abolido, bem como a execução capital em casos considerados não abrangidos pela qualificação de crime político”, conforme Convenção em seu artigo 4.º, parágrafo 3.º, quando refere que “Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a

---

<sup>5</sup> Ver mais em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf)>.

hajam abolido”. No caso da legalização do aborto e uso de embriões, o artigo 4.º abre uma possibilidade de exceção, quando subscreve que “ninguém é privado da vida arbitrariamente”.

Outras convenções que se seguiram foram: a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972, a primeira a tratar do direito da humanidade; a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos, em 1981; a Convenção sobre o Direito do Mar, em 1982, a mais longa de toda a história do direito internacional; e a Convenção sobre a Diversidade Biológica, em 1992, assinada no Brasil. São convenções que versam sobre, respectivamente: a existência de direito da humanidade quanto aos bens que pertençam a todo o gênero humano e não podem ser apropriados por ninguém em particular; a formação de que os povos são também titulares de direitos humanos, tanto no plano interno quanto na esfera internacional, ou seja, a afirmação dos direitos dos povos à existência como tal, à livre disposição de suas riquezas e recursos naturais, ao desenvolvimento, à paz e à segurança e também à preservação de um meio ambiente sadio; trata da comunhão de interesses de todos os seres humanos, na exploração e aproveitamento dos fundos marinhos e oceânicos e seu subsolo, além dos limites jurisdicionais de cada país e a conservação dos recursos vivos, na proteção e preservação do meio marinho; o direito da humanidade à preservação da biosfera, ou seja, da harmonia ambiental do planeta, buscando, no princípio da solidariedade, tornar dever fundamental da geração atual a garantia de uma qualidade de vida pelo menos igual, para as gerações futuras.

Os direitos humanos são universais, mas cada país formula o que entende por direitos humanos para si, por meio de uma normalização que incida em uma ordem, as quais esses países entendem como justas, dada as suas culturas. Obviamente, cada país vai formular sua normalização pelos direitos a partir do debate de diversos segmentos sociais que ali se apresentem, dentre eles, os movimentos sociais. Os enfrentamentos sociais estão em busca da plenitude dos direitos humanos de uma ordem justa.

No entanto, é de suma importância a discussão internacional, pois não é possível negar que, com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, eles têm ocupado um espaço privilegiado na agenda mundial, buscando continuamente fazer a reflexão com as nações. Cabe ressaltar que essa discussão internacional deve-se também ao fato de que muitos países abrigaram-se e abrigam-se nos discursos dos Direitos Humanos, por uma ordem justa, pela paz, para propagar invasões e ocupações militares de diversos países.

Mesmo não sendo normativa interna dos países, esses debates, essas declarações e essas convenções serviram como molas propulsoras dos direitos humanos e suas evoluções, ao

mesmo tempo em que eles foram impulsionados pelos diversos segmentos sociais do mundo. No caso do Brasil, essas convenções também fomentaram discussões e mudanças internas no tocante à garantia dos direitos humanos, o que veremos a seguir.

### **2.1.2 Os direitos humanos no Brasil**

Assim como no mundo, os direitos humanos no Brasil, também foram e ainda são uma construção histórica, política e social, tendo como molas propulsoras diversos fatores, entre eles, as diversas manifestações realizadas por movimentos sociais, dos mais diversos segmentos sociais.

Quando se trata de direitos, percebe-se que, enquanto em outros países o movimento de ampliação e efetivação de acesso aos mecanismos de composição de conflitos dirige-se à proteção de minorias, no Brasil, conforme Couto (2006), vivenciamos o processo inverso em que essa questão é um problema da maioria da população agravada em um quadro de profundas desigualdades socioeconômicas. Enquanto países do centro afirmavam os direitos civis, políticos e sociais, um seguido da consolidação do outro, no Brasil, a sistemática foi adversa. No mesmo período temporal (século XX), tentamos afirmar e consolidar tanto os direitos individuais, quanto os políticos, quanto os sociais e os coletivos, dificultando o processo de acesso à justiça para todos. Dallari (2007) afirma que grande parte da população brasileira era vítima tradicional de uma ordem injusta que a condenava à exclusão e à marginalidade.

A partir de 1930, com o Governo de Getúlio Vargas, foi criado um sistema de proteção social, conservador, clientelista de concessão de benefícios, sendo critérios para inclusão ou exclusão neles a posição ocupacional e o rendimento. Conforme Couto (2006), a política da Era Vargas estava centrada na tentativa de organizar as relações entre capital e trabalho e, procurando dar visibilidade a essa política, o governo atuou fortemente no campo previdenciário. Contudo, a ditadura Vargas, não gratuitamente, concedeu benefícios aos cidadãos. Nesse período, diversos sindicatos e movimentos dos trabalhadores encontravam-se articulados em constantes lutas por seus direitos. Para Getúlio, conceder tais benefícios configurava-se como uma forma de controle social.

Observa-se, na Constituição de 1934, nos que é referente aos direitos civis, políticos e sociais, que houve um avanço de fato na proclamação dos direitos sociais em relação aos outros, porém eram direitos sociais vinculados, em sua maioria, à questão do trabalho, tendo como ícone, em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Com a redemocratização do Estado de 1945 a 1950, uma nova Constituição foi promulgada, acrescentando-se, apenas nos direitos sociais, a liberdade de associação sindical e o direito à greve. Não houve mudanças na Constituição até 1967, mesmo tendo se criado organizações, fundado ministérios, implementado programas. No período de 1964 a 1985, o país viveu a ditadura militar.

Embora os governos militares tenham jurado cumprir a Constituição até então estabelecida, utilizaram-se de Atos Institucionais como forma de estabelecer as regras de convivência entre eles e a sociedade,<sup>6</sup> porém, em 1967, promulgaram nova Constituição que, além de definir que a eleição do presidente seria feita somente por intermédio de Colégios Eleitorais.

[...] essa Constituição recolocou, de certa maneira, os direitos já garantidos na Constituição de 1946 e, inaugurou uma peculiar forma de concepção e gestão dos mesmos, cuja enunciação dos direitos tem como fundamento a ótica de que os direitos só seriam exercidos por aqueles que se submetessem as regras instituídas pelo Governo Militar (COUTO 2006, p. 123).

Com o fim do AI-5 em 1977, e o enfraquecimento da ditadura através da legitimação dos movimentos, o País, até 1985, enfrentou diversas crises, oriundas do período de pleno desenvolvimento econômico da ditadura, quais sejam: o endividamento externo, a crise fiscal, o volume de arrecadação X o volume despendido para área social etc.

As novas relações estabelecidas entre Estado e sociedade e a abertura para um regime democrático estabeleceram, em 1988, uma nova Constituição, cuja característica principal foi a busca pela universalidade dos direitos. Ampliaram-se os direitos civis e políticos, reconhecendo todos como “iguais perante a lei”. Para Dallari, a constituição foi a expressão dos anseios de liberdade e democracia como palavras de ordem, bem como um instrumento legítimo de consagração, juridicamente falando, das aspirações por justiça social e proteção da dignidade humana. Nesse contexto forjavam-se diversos movimentos sociais, que surgiam:

---

<sup>6</sup> Concebidos como declaração solene, estatuto e regulamento baixado por um governo que se autoinveste do poder constituinte, dispondo sobre alguma matéria, de modo tal a sobrepor-se á Constituição vigente (QUIRINO, 1987, p. 83).

[...] de forma semiclandestina, grupos de base, pouco estruturados, quase sempre de caráter político/religioso, que surgem nas periferias das cidades e no campo como canais de demandas das classes populares, grupos que vão se constituir tendo como foco as reivindicações dos trabalhadores no pólo da produção (salários, participação na produtividade, previdência social, etc.) e no pólo do consumo de bens coletivos (saúde, transporte, saneamento básico, educação, etc.). Num segundo momento, no entanto, estes focos se diversificam, passando a abranger outras dimensões da vida social que não cabem dentro da polaridade capital-trabalho. Surgem assim, as novas questões sociais, definidas a partir do gênero, numa sociedade onde a ‘mentalidade machista’ atravessa as instituições de direita e de esquerda indistintamente; do étnico, num contexto velado de discriminação contra o negro e de invisibilidade do indígena; da livre opção sexual, num momento em que a associação do homossexualismo a AIDS repõe a sexualidade no campo da natureza; da ecologia, numa situação de ameaça global a própria espécie e ao planeta, apontando para os limites dos modelos econômicos e políticos vigentes, entre outros (STEIL, 2007, p. 8-9).

No que tange aos direitos sociais, a Constituição de 1988 objetiva claramente o reconhecimento das desigualdades sociais. Foram determinadas, acerca do tripé da seguridade social, a saúde como direito de todos e dever do Estado, a previdência mediante contribuição e assistência para todos que dela necessitarem, dando sentido amplo “à área social, trabalhando na lógica da ampliação dos direitos sociais e da inserção da noção de responsabilidade do Estado brasileiro frente a essas políticas” (COUTO, 2006, p. 159).

Segundo Dallari (2007), quando trata da ampliação dos direitos também culturais, a Constituição garante emergência dos segmentos socialmente inferiorizados, identificados por suas características étnicas e culturais. Existem desníveis regionais e sociais muito acentuados no Brasil, o que caracteriza ampliar direitos e classificá-los.

É nesta década, que explodem os movimentos sociais, os quais vão emergir no cenário político como a principal força de contestação e renovação políticas, face ao regime militar que perdia legitimidade e poder para impor suas medidas de força. O contexto era outro, diverso daquele vivido antes do exílio, assim como os atores sociais que vão desempenhar os papéis protagonistas na cena política. O surgimento dos chamados *novos movimentos sociais*, formados por diferentes minorias, afirmando suas identidades a partir de questões que transcendem os interesses de classe transformaram os anos 1980 na década dos Movimentos Sociais no Brasil (STEIL, 2007, p. 12).

Com a Carta Magna do Brasil — a Constituição de 1988 — houve um significativo aprofundamento no regime democrático do País. Essa constituição foi marcada pela preocupação com o social. Com ela, consolida-se, como dever do Estado, a assistência jurídica integral e gratuita por intermédio das Defensorias Públicas, que são responsáveis pela orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos menos favorecidos. A partir desse

momento, torna-se possível no Brasil a garantia dos direitos sociais aos cidadãos, possibilitando o acesso à justiça de forma ampla e irrestrita. É sempre importante ressaltar que os direitos estão para serem garantidos, mas o acesso à justiça no Brasil ainda está longe de garantir o direito efetivo desse acesso e da justiça social ao cidadão. Para Dallari (2007, p. 27) a constituição não somente refere, como também prevê “os meios de garantias desses direitos, fixando responsabilidades por seu respeito e sua promoção”.

A Carta Magna amplia o leque de direitos e garantias, individuais e coletivas, conforme Bobbio (1992, p. 32): “os direitos do homem são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que estas lutas produzem”. Partimos do pressuposto de que os direitos, seja na formulação legal (direito substantivo), seja na sua materialidade, são, conforme Couto (2006, p. 20) “essencialmente históricos e reveladores das relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade nos distintos países, sujeitos e particulares condições políticas, econômicas e culturais”.

Além do contexto brasileiro, os direitos de primeira, segunda e terceira geração é o ponto de partida para aprofundarmos a nossa compreensão acerca dos direitos. Para tanto, torna-se importante seu estudo cronológico. Diferenças e contradições estiveram presentes na história das relações entre os homens desde a sua origem, em que sempre existiu relação de poder em que um ordena e o outro obedece.<sup>7</sup>

Com o nascimento do Estado Liberal, a relação de poder e o controle tornaram-se mais sutis, por não haver mais a figura do Rei que reina conforme suas ordens e vontades, um poder hierárquico e punitivo. O Estado trouxe uma inovadora forma de governar em que as classes dominadas sentiram-lhe a proteção de suas vidas e propriedades.

O ideário liberal baseava-se na liberdade e na autonomia dos sujeitos, ou seja, autonomia como ato de estar livre de coerção, podendo fazer escolhas sem que a sua realização seja impedida por outros — sejam sujeitos, sejam instituições —, as quais se realizem por meio do exercício da liberdade. Todavia, só são portadores de direitos, os homens que, por sua inserção na sociedade, possuem os requisitos básicos de liberdade e autonomia. Esses direitos são: segurança, propriedade e resistência à opressão. Tais direitos não poderiam ser repassados, vendidos, ou doados. No Estado Liberal, havia pouca ou nenhuma intervenção do Estado na economia.

---

<sup>7</sup> Relações de micropoder, ver mais em FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. XXIII. 295 p.



Nascem, no Estado Liberal, os “direitos” de primeira geração. São assim considerados os direitos políticos e civis, reconhecidos como “direitos naturais”, que foram conquistados nos séculos XVIII e XIX. Eles são exercidos pelo homem individualmente, não necessitando da intervenção do Estado para seu exercício, pois é o homem, com base na ideia de liberdade, que é titular dos direitos civis, exercendo-o contra o poder do Estado, e, na esfera de intervenção do Estado, no caso dos direitos políticos. São considerados direitos civis: o direito de ir e vir; o direito à vida; à liberdade de pensamento e fé; à propriedade privada; à liberdade de imprensa, traduzida pelo direito a um processo legal; ao *habeas corpus* e de petição e políticos como o direito de votar e ser votado; à associação e organização presentes na sociedade a partir do século XIX, conforme Couto (2006).

Conforme esse mesmo autor (2006), esses direitos eram exercidos de maneira individual e somente para indivíduos que fossem livres e proprietários. No Estado Liberal, identificou-se que, com a expansão e consolidação do capitalismo, os sujeitos das classes menos abastadas, se não auxiliados, tornar-se-iam um problema para o bom desenvolvimento dessa lógica mercantilista, e é sob esta óptica que os “direitos” são entendidos como auxílio, ajuda, favor, não como direito reconhecido como direito.

Foi com a consolidação do capitalismo, por meio do ideário liberal, em sua relação contraditória entre as demandas do capital e as dos trabalhadores “que se criaram as condições objetivas para a identificação das lutas das classes trabalhadoras para ver incluído nas suas pautas de reivindicações o acesso e expansão dos seus direitos” (COUTO, 2006, p. 37). Veremos que, ao longo do século XX, esses direitos vão se expandindo, na medida em que as lutas sociais vão assumindo força e legitimidade. Para Bobbio (1992, p. 5) “são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizada por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”.

Conforme Dallari (2007, p. 31) “os próprios negros foram tomando consciência das injustiças de que eram vítimas e começaram a se organizar para conquistar mais possibilidades de progresso social [...]. Se organizar (*sic*) para a reivindicação do direito à igualdade”.

Com a crise do capitalismo em 1929, percebeu-se que o mercado não era capaz de regular-se sozinho. Muitas empresas quebraram e o Estado como seu salvador passou a intervir na economia, estimulando a produção. Esse período, nos países ricos, foi chamado de



ESTADO DE BEM-ESTAR. O Brasil, assim como os países de terceiro mundo, não viveu tal situação.

Após a Segunda Guerra Mundial, as ideias trazidas por Keynes<sup>8</sup> pregavam a salvação do capitalismo, por intermédio do papel ativo do Estado, intervindo na economia e também nos programas sociais. Esse economista inglês não questionava o capitalismo, mas, como dito, pregava a sua salvação, porém a intervenção do Estado nos programas sociais consolidava a lógica dos direitos perante a comunidade e o próprio Estado. Além dos programas sociais, e além da questão de direito, Couto afirma que estes “cooptariam a prontidão para o trabalho por parte dos trabalhadores, como forma de reativar o funcionamento da economia, bem como a organização das classes trabalhadoras em torno das suas condições objetivas de vida” (2006, p. 47).

Com a introdução dos direitos sociais no século XX começaram a serem identificadas as alterações no campo econômico e social. Tais alterações foram conformando mudanças no campo dos direitos e enfraquecendo as ideias liberais. Por muito tempo, negaram-se os direitos sociais de segunda geração, “em nome do fundamento absoluto dos direitos de liberdade” (BOBBIO 1992, p. 22). São direitos de segunda geração os ditos sociais. Eles necessitam de intervenção do Estado, que é quem deve provê-los, para que sejam exercidos pelo homem, que busca o cumprimento destes direitos no âmbito estatal, mesmo que de maneira ainda individual. Os direitos sociais vêm constituindo-se desde o século XIX, evidenciando-se no século XX. Para Couto (2006, p. 35) eles “ancoram-se na idéia de igualdade, que se constitui em uma meta a ser alcançada, buscando enfrentar as desigualdades sociais”.

Os direitos sociais são fundamentados pela ideia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais gestadas na sociedade capitalista. Expressam-se pelo direito à educação, à saúde, ao trabalho, à assistência e à previdência. Conforme Bobbio (1992, p. 22) “os direitos sociais possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social”.

Com o Estado de Bem-Estar em ascensão, as classes trabalhadoras passaram a demandar cada vez mais a ampliação de seus direitos, juntamente com as pressões inflacionárias e a crise do consumo.

---

<sup>8</sup> John Maynard Keynes, economista inglês.

Na década de 1970, o capitalismo sofreu abalos após duas crises sistemáticas do petróleo. Surge o neoliberalismo e sua crítica ao Estado social que, com o recurso de intervir na economia, gera uma crise financeira, resultante do limite da capacidade de financiamento pelo Estado das políticas sociais. O Estado mostra sua ineficiência, assume saturação, impossibilitado financeiramente para cobrir as demandas cada vez mais crescentes. Conforme Couto (2006, p. 70), nesse período, as políticas sociais retomam seu caráter liberal residual, a questão da garantia dos direitos volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para ação focalizada da sociedade.

Sob a óptica liberal, deu-se a quebra do poder dos sindicatos, a desregulamentação do trabalho, a retirada parcial do Estado da intervenção na área social, o retorno da cultura privatista no campo das políticas sociais. Os capitais mundialmente articulados e globalizados passaram a dominar as relações entre os países com a globalização da economia. A forma globalizada de acumulação capitalista agora predominante faz desaparecer cada vez mais as fronteiras nacionais quanto à questão econômica, promovendo um abismo entre os países com o aprofundamento das desigualdades entre os países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

A exploração do capitalismo globalizado por parte dos países desenvolvidos em relação aos outros blocos nas mais diversas dimensões sociais e ambientais causa um colapso significativo nas relações entre os próprios seres humanos e destes com o meio ambiente. Essa exploração tem como fim o lucro e o desenvolvimento econômico desenfreado, racional, um desenvolvimento não sustentável que tem gerado movimentos ambientalistas, movimentos de luta pela paz, de luta contra fome, de luta pelas vítimas de guerra, entre outras. Além de promover debates acerca do desenvolvimento sustentável do planeta e da preservação dos seres neste espaço, repudiando e movendo ações coletivas e difusas contra estes agentes exploradores. Isso tudo culminou no movimento conhecido no País como ECO 92 com a Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada no Brasil.

Nessa perspectiva surge um “conjunto de direitos referentes à dignidade humana” chamados de direitos de terceira geração (fraternidade e solidariedade), que são entendidos como fruto da evolução das relações entre os povos e das diversas convenções elaboradas para os direitos humanos. Esse conjunto evidencia-se no fim século XX e refere-se ao direito ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à paz, ao combate às formas de violência, aos direitos

das mulheres, dos negros, dos homossexuais, entre outros. São de natureza coletiva e difusa,<sup>9</sup> não sendo mais o indivíduo que o requer, mas um coletivo sejam famílias ou grupos, sejam povos ou nações.

Esses direitos buscam garantir condições para que esses grupos sociais possam existir e desenvolver-se integralmente, sem serem subjugados ou discriminados. Buscam também garantir a qualidade da vida humana, regularizando a intervenção na natureza e a utilização de patrimônios universais, como o fundo dos mares, o espaço cósmico e a Antártida. Eles definem, também, bens culturais e naturais como patrimônios da humanidade, incluindo obras de arte, construções e recursos naturais, que tenham valor estético, histórico ou científico.<sup>10</sup>

A formulação dos direitos difusos e solidários reforça a ideia de universalidade e interdependência dos direitos. Em seu conjunto, eles buscam melhorar a vida humana nos seus aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos, e esse é também o objetivo de todos os que lutam pela sua efetivação global.

O Brasil tem cada vez mais avançado em suas discussões sobre a garantia de direitos fundamentais, assim como, assiduamente participa das pautas internacionais, no tocante aos direitos humanos, como defensor contundente dessa agenda. Contudo, deve-se reforçar que nenhuma dessas conquistas e movimentações do Estado foi gratuita; ao contrário, foi fruto de muitas lutas travadas pelos movimentos sociais.

Apesar de muitos avanços na garantia de direitos, o Brasil participa do desenvolvimento de algumas pautas de direitos, como a da sexualidade e do reconhecimento legal de famílias com orientação sexual e afetiva diferentes do padrão e todos os direitos advindos dessa união que pode estar relacionadas com a cultura estabelecida no País. Mais e mais, o ser humano é visto como sujeito de direitos que vão muito além do mero pertencer a uma nacionalidade. Dentre os aspectos implicados nesta dimensão, a sexualidade aparece como uma das mais polêmicas e de difícil progresso.

Abordaremos na continuidade deste estudo, além desse direito polêmico, o direito à afetividade.

---

<sup>9</sup> Coletivos relacionados a grupos determinados e difusos são aqueles direitos indivisíveis cujos titulares são pessoas indeterminadas. Como exemplo, o direito à paz, à segurança pública, ao meio ambiente.

<sup>10</sup> Disponível em: <[www.educarede.org.br/educa](http://www.educarede.org.br/educa)>.

### 2.1.3 O direito humano em relação à afetividade e à sexualidade no Brasil

Se discutir direitos humanos é uma tarefa difícil, discutir direitos individuais no tocante à afetividade e à sexualidade é ainda mais difícil. Mas antes desse debate, faz-se necessário compreender um princípio base dos direitos humanos — o direito a liberdade —, porque ele rege o ir e o vir do cidadão. “Ter liberdade como um direito, significa poder dispor de si sem dar satisfações a ninguém” (LOPES, 2007, p. 43). Contudo, essa definição, essa espécie de liberdade não parece estar completa, haja vista que o sujeito humano existe em situação de sociabilidade, ou seja, em uma sociedade esse direito à liberdade enfrentaria diversos obstáculos. De acordo com Lopes (2007), o direito à liberdade deve ser interpretado além do indivíduo, ou seja, apesar de haver uma esfera de vida completamente própria, sem qualquer avaliação ou interferência social ou estatal, há um critério para exercê-la que se pauta no dano de outros. Dessa forma, sempre que um sujeito comete uma ação que cause dano a si não há problema, mas, se causa dano a outros, estará infringindo o direito à liberdade.

Quanto ao direito à afetividade e à sexualidade não é diferente. Conforme Lopes (2007), cada indivíduo é dono de si, e os direitos sexuais são perfeitamente reconhecíveis como liberdades fundamentais na esfera da vida sexual, visto que a liberdade moral (cada um se desenvolve para tornar-se dono de sua vida e de suas escolhas) e a liberdade civil (todos têm igual liberdade até o limite do dano causado a outrem), tornam o direito sexual igual a qualquer outro, em princípio, se pensarmos na dimensão afetiva da mesma forma.

Mesmo assim, por que é tão difícil reconhecer legal e socialmente essa questão, quando o público é homossexual? Pensamos que isso se deve, no caso do Brasil, muito mais a uma questão cultural e religiosa do que política. Mais a frente, discutiremos a questão no contexto brasileiro; neste momento, cabe-nos observar os avanços legislativos quanto a esses direitos, além de entendê-los mais profundamente.

Além da sexualidade, queremos debater, neste estudo, outro direito: o direito à afetividade, à diversidade afetiva, ou seja, o direito a uma relação a dois, independentemente do sexo biológico. Para Dias (2006):

[...] se o fim do Estado é promover o bem de todos, conforme seu artigo 3.º da Constituição, e, se todos perseguem a felicidade, só acessível por meio de uma relação a dois, nítido o interesse da Constituição Federal ao pontificar: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (p. 61).

O direito à família é o que regula o direito à afetividade, pois o conceito de família pressupõe laços afetuosos consanguíneos, ou não, ou somente afetivos, isto é, independentemente da forma de afetividade estabelecida como família, o Estado deve proteger e ser guardião de seu desenvolvimento, e não discriminá-lo, seguindo um preceito moral e religioso do relacionamento homem/mulher.

Atualmente, o Código Civil Brasileiro tem, no Livro IV Do Direito de Família, duzentos e setenta e dois artigos sobre os direitos familiares. A grande maioria deles está relacionada à afetividade e não à consanguinidade, contudo essa afetividade continua limitada ao formato heteronormativo vigente no País.

Conforme Dias (2004), é inegável a presença de um elo de afetividade que gera uma entidade familiar merecedora de abrigo no Direito de Família, e, desse conceito de família, não podem ser excluídos os relacionamentos de pessoas do mesmo sexo. É possível que esse entendimento esteja influenciando o Judiciário a promulgar a favor de uniões homossexuais.

O mesmo autor (2004) afirma que existe uma nova figura jurídica, a filiação socioafetiva, que acabou se sobrepondo à condição biológica, diferentemente do início do século passado, em que os vínculos jurídicos e os laços de sangue, segundo Nogueira (2001), eram mais importantes e prevaleciam sobre os vínculos de amor e da atração pessoal. Nessa época, o casamento era ausente de afeto e sua coesão era vinculada à propriedade e à estirpe, e os laços conjugais eram preponderantemente econômicos e não afetivos.

Nogueira (2001) observa que a afetividade tem um papel importantíssimo no processo de transformação pelo qual a família passou, “as pessoas se unem em função da presença do afeto e se desunem quando este se esvazia” (p. 53). Para a autora, portanto, não se pode ignorar a realidade socioafetiva, mesmo quando o tema são uniões homossexuais, ou seja, é importante discutir, reconhecer e não discriminar.

Dessa forma, observamos que o direito fundamental à afetividade, é vigente na legislação brasileira, o que não ocorre é uma modificação no Código quanto à composição dessa afetividade para outras formas de afetividade, como a homoafetividade.

Quanto aos direitos sexuais, em 1997, no XIII Congresso Mundial de Sexologia, foi elaborada a declaração dos direitos sexuais, aprovada dois anos depois. A declaração é constituída de onze itens.<sup>11</sup> Desses, quatro evocam maior atenção pelo seu conteúdo:

---

<sup>11</sup> Ver mais em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/direitossexuais.html>>.

**Direito a liberdade sexual** – A liberdade sexual diz respeito à possibilidade dos indivíduos em expressar seu potencial sexual. No entanto, aqui se excluem todas as formas de coerção, exploração e abuso em qualquer época ou situações de vida.

**Direito à privacidade sexual** – O direito às decisões individuais e aos comportamentos sobre intimidade desde que não interfiram nos direitos sexuais dos outros.

**Direito a Igualdade Sexual** – Liberdade de todas as formas de discriminação, independentemente do sexo, gênero, orientação sexual, idade, raça, classe social, religião, deficiências mentais ou físicas.

**Direito a expressão sexual** – A expressão é mais que um prazer erótico ou atos sexuais. Cada indivíduo tem o direito de expressar a sexualidade através da comunicação, toques, expressão emocional e amor.

Por direito a sexualidade entendemos que seja o direito que qualquer indivíduo tem de exercer sua sexualidade livre e de forma responsável (LOPES, 2007).

No Brasil, os direitos à sexualidade não estão pautados nem na constituição Federal de 1988 nem no Código Civil de 2002. A Constituição Federal cita a não discriminação de raça, sexo etc., em seu artigo 3.º, inciso IV, mas não menciona a orientação sexual. Assim como o Código Civil, que foi reformulado e entrou em vigor em 2003, não se refere às uniões e direitos homoafetivos, reafirmando o reconhecimento de que a entidade familiar dá-se entre um homem uma mulher.

#### **2.1.4 O direito à livre orientação sexual no Brasil**

Mesmo em meio a “liberação” sexual, vivida principalmente após a década de 1960, a homossexualidade ainda era vista social e cientificamente como uma patologia. Nesse período, alguns movimentos sociais de livre orientação sexual já manifestavam-se em favor da não discriminação e contra a patologização dela em alguns países.<sup>12</sup> A consequência disso foi a retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças, em 1975, como subcategoria de doença.

---

<sup>12</sup> Atualmente, os movimentos LGBT designam-se como movimentos pela livre orientação sexual e não mais pela opção sexual. As discussões acerca da origem da homossexualidade não são claras, mas os segmentos que discutem a diversidade sexual descartam a sexualidade como uma opção, uma escolha. Fachini e Simões (2009) afirmam que a orientação sexual é o entrelaçamento do “desejo, comportamento e identidade” e que cada um desses componentes “não caminham da mesma maneira e nem na mesma direção”, por isso podem ou não levar à homossexualidade.

Conforme Laurenti,<sup>13</sup> o homossexualismo (como doença), surge na sexta revisão da CID, em 1948, na categoria 320 — Personalidade Patológica, incluído no termo 320.6, desvio sexual.

A homossexualidade como conceito de doença deixa de fazer parte da CID em 1975, mas permanece como sua subcategoria. Ela:

Manteve-se como Personalidade Patológica até a 7.<sup>a</sup> Revisão (1955), e na 8.<sup>a</sup> Revisão (1965) o homossexualismo saiu da categoria "Personalidade Patológica" ficou na categoria "Desvio e Transtornos Sexuais" (código 302), sendo que a subcategoria específica passou a 302.0 - Homossexualismo. A 9.<sup>a</sup> Revisão (1975), atualmente em vigor, manteve o homossexualismo na mesma categoria e subcategoria, porém, já levando em conta opiniões divergentes de escolas psiquiátricas, colocou sob o código a seguinte orientação "Codifique a homossexualidade aqui seja ou não a mesma considerada transtorno mental"

É preciso lembrar, por outro lado, que a CID não é somente uma classificação de doenças, lesões e causas de morte, visto que nas últimas revisões, além de seu uso clássico em mortalidade e morbidade em internações hospitalares, passou também a ser utilizada como instrumento para codificar motivos de consultas em serviços de atendimento médico, passando a incluir várias entidades que não são doenças, nem lesões e muito menos causas de morte. Pode-se citar, entre outros exemplos, a calvície e os cabelos grisalhos (LAURENTI 1984, p. 344-345).

O mesmo autor faz referência à 9.<sup>a</sup> revisão, vigente na época da sua escrita. Atualmente, há como referência no País a 10.<sup>a</sup> CID que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), teve sua revisão no ano de 1989. No Brasil, conforme o Centro Brasileiro de Classificação de Doenças, a CID passou a vigorar no ano de 1996. Nessa revisão, a homossexualidade continua inalterada, permanecendo nos termos expostos anteriormente.

Laurenti problematiza, no mesmo artigo (1984), que, embora não classificada como doença, a CID representa esse rótulo, ou seja, enquanto houver pessoas consultando médicos, a homossexualidade continuará a constar na CID.

Porém, é preciso ficar bem claro que continuará existindo um código para homossexualismo na CID — instrumento estatístico para classificar causas de morte, diagnósticos de internação hospitalar e motivos de consulta — mesmo que contra isso continuem os movimentos, pressões e apoios. Somente deixará de existir quando não houver mais — em nenhum lugar do mundo — consultas motivadas pelo fato de ser homossexual (LAURENTI, 1984, p. 345).

---

<sup>13</sup> Professor Titular do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) e Diretor do Centro da OMS para a Classificação Internacional de Doenças (Centro Brasileiro de Classificação de Doenças) — FSP/USP.



Então, se um número considerável de pessoas passarem a consultar médicos sobre a sua homossexualidade, ela pode vir a ser considerada como uma subcategoria da CID.

Em maio de 1990, a Assembleia-Geral da Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais, declarando que "a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão".<sup>14</sup>

Essa barreira da 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> revisão da CID, culminando com a 9.<sup>a</sup> revisão, foi o resultado de um movimento protagonizado por movimentos homossexuais em diversos encontros da psiquiatria. Nos EUA, em 1973, conforme Fry e MacRae (1985, p. 76), a homossexualidade deixou de ser classificada como doença pela Associação Americana de Psiquiatria. Com isso "ao longo dos anos, um número crescente de psicoterapeutas deixaram de tentar "curar" seus pacientes homossexuais. Aceitando em grande medida a idéia de que a homossexualidade é uma orientação sexual tão aceitável como a heterossexualidade" (p. 76).

No Brasil, alguns movimentos sociais também encontravam-se nesta luta, buscando também retirar a Homossexualidade da classificação de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS<sup>15</sup>), fato que ocorreu na década de 1980. Nesse período, o Grupo Gay da Bahia (GGB) fez a proposta, o encaminhamento e a campanha para que fosse criada uma lei que punisse a discriminação por "opção sexual"<sup>16</sup> e pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do INAMPS, conforme Facchini (2005).

Mesmo em meados da década de 1980, com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) que, nessa época foi considerada a doença da promiscuidade, e, portanto, dos homossexuais, pois eram considerados promíscuos, o Conselho Federal de Psicologia do Brasil, em 1985, deixou de considerar a homossexualidade um desvio sexual e, em 1999, estabeleceu regras para a atuação dos psicólogos em relação à questões de orientação sexual.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> Ver: MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. xxv, 830 p.

<sup>15</sup> Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (1974), posterior ao INPS. Sistema de saúde pública, do tripé da seguridade social, do Brasil, alcançadas apenas por pessoas empregadas que contribuíam com a Previdência Social e seus dependentes ou aqueles que podiam pagar. Pós-Constituição de 1988, torna-se SUS – Sistema Único de Saúde.

<sup>16</sup> Termo utilizado na época pelos movimentos e outros segmentos, pois não se tinha uma reflexão apurada sobre a origem da homossexualidade. Hoje ainda não se tem, mas há um entendimento de que a homossexualidade não é apenas uma opção.

<sup>17</sup> RESOLUÇÃO CFP N.º 001/99 de 22 de março de 1999, Art. 3.º – Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. Disponível em: <[http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/le\\_gislacao/legislacaoDocumentos/resolucao1999\\_1.pdf](http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/le_gislacao/legislacaoDocumentos/resolucao1999_1.pdf)>.



Erroneamente, as pessoas ainda referem-se à homossexualidade como homossexualismo, visto que o sufixo “-ismo”, primeiramente utilizado pela medicina, conforme Houaiss (2007), nesse caso, significa doença. Daí, a troca de nomenclatura para homossexualidade, pois o sufixo “-dade” refere-se ao “modo de ser”.

Outro fato relevante, também conquista dos movimentos sociais e ativistas, foi em 1991, quando a Anistia Internacional passou a considerar a discriminação contra homossexuais uma violação aos direitos humanos<sup>18</sup>. É impossível não considerar tais conquistas e não pensar que, mesmo com pouca visibilidade, o fenômeno existia e estava latente.

Desde a década de 1970, no Brasil, diversos movimentos sociais, mesmo que na clandestinidade, passaram a discutir a abertura da democracia e a possibilidade da realização dos sonhos das minorias, possível a partir da redemocratização do País com a nova Constituição Federal de 1988, que permite essa maior abertura aos movimentos sociais de base para reivindicação de suas particularidades.

O Código Civil de 2002, por exemplo, mesmo não representando mudanças efetivas para os homossexuais, permite uma abertura e ampliação da discussão sobre os direitos fundamentais que garantam qualidade de vida a pessoas homossexuais,<sup>19</sup> certo reconhecimento político e aprofundamento das discussões dos direitos humanos para todos os segmentos sociais, bem como a conquista de direitos por parte das mulheres, dos negros e dos índios, mostrando que é possível ir à busca de mudança e transformação social.

Tanto é possível que, em 2004, foi lançado no Brasil o Programa “Brasil sem Homofobia”, criminalizando comportamentos homofóbicos, buscando proteção aos homossexuais e a promoção de atividades de não discriminação. Em 2008, foi realizada no Brasil, pelo Ministério da Saúde<sup>20</sup> uma pesquisa com cerca de oito mil pessoas entre os 15 e 64 anos. Ela indicou que 10% dos homens e 5,2% das mulheres com idade entre 15 e 64 anos já tiveram uma relação homossexual na vida, totalizando uma média geral de 7,6%. No mesmo estudo, entre a população mais jovem, com idade entre 15 e 24 anos, a média encontrada foi de 8,7%, enquanto entre a população mais idosa, com idade de cinquenta a 64

---

<sup>18</sup> Ver mais em: Anistia Internacional, disponível em: <[www.amnesty.org](http://www.amnesty.org)>.

<sup>19</sup> Ver CÓDIGO CIVIL 2002. Livro IV, Do Direito de Família. Título I, Do Direito Pessoal. Subtítulo I, Do Casamento. Capítulo I, Disposições Gerais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>>.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/main.asp?View={E62A8511-7150-4615-9BFA-10FDC4F4E642}>>>. Acesso em: 2 abr. 2010.

anos, a média obtida foi de 5,6%. No mesmo ano, o IBGE incluiu na sua pesquisa do censo a composição familiar homossexual.

No mesmo ano de 2008, ocorreu a primeira Conferência Nacional, ainda com a nomenclatura GLBT, para reivindicação e debate de diversas frentes dos movimentos GLBT, além da elaboração de um plano nacional de cidadania para esse público. Em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (PNPCDHLGBT), utilizando, por reivindicação das lésbicas, a nova nomenclatura junto aos movimentos para sua maior visibilidade. A II Conferência LGBT que se realizaria em 2010, está marcada para 2011, ano de finalização para a implantação das ações descritas no PNPCDHLGBT. Ela foi transferida por 2010 ser ano eleitoral, e para haver tempo para a devida avaliação do PNPCDHLGBT.

Esse plano atua na busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, às potencialidades e aos direitos da população envolvida, tendo como base as diretrizes e preceitos éticos e políticos que visam à garantia dos direitos e do exercício da cidadania, aprofundando os recortes de gênero, orientação sexual, raça/etnia, entre outras.

Tem por objetivos:

#### Geral

Orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas.

#### Específicos

Promover os direitos fundamentais da população LGBT brasileira, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, dispostos no art. 5º da Constituição Federal;

Promover os direitos sociais da população LGBT brasileira, especialmente das pessoas em situação de risco social e exposição à violência;

Combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Diante deste plano o Governo Federal comprometeu-se, a partir de dois eixos:

- Eixo I: Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização, com as seguintes estratégias:

implementação, avaliação e monitoramento do programa; promoção e socialização do conhecimento sobre o tema LGBT; formação de atores no tema LGBT; defesa e proteção dos direitos da população LGBT (integração de políticas LGBT e políticas setoriais); sensibilização e mobilização de atores estratégicos e da sociedade para a promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGBT;

- Eixo II: promoção da cooperação federativa; articulação e fortalecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistêmica da política para LGBT, com as seguintes estratégias: integração da política de promoção da cidadania e defesa dos direitos humanos de LGBT com as demais políticas públicas nacionais; promoção da cooperação federativa para a promoção da cidadania e defesa dos direitos humanos de LGBT; articulação e fortalecimento de redes sociais de promoção da cidadania e defesa dos direitos humanos de LGBT; articulação com outros poderes para a promoção da cidadania e defesa dos direitos humanos de LGBT; cooperação internacional para a promoção da cidadania e defesa dos direitos humanos de LGBT; gestão da implantação sistêmica da política LGBT.

Outro instrumento que também agregou valor à luta homossexual foi o lançamento do III Programa Nacional de Direitos Humanos em 2009, que tem como seu Eixo Orientador III o propósito de universalizar direitos em um contexto de desigualdades, que, em sua 10.<sup>a</sup> diretriz, prevê a garantia da igualdade na diversidade, tendo como um de seus objetivos estratégicos, mais precisamente o 5.º, a garantia do respeito à livre orientação sexual e à identidade de gênero.

Nesse sentido o PNDH-3 representa um verdadeiro roteiro para a consolidação dos alicerces dessa construção democrática, conforme Silva:

[...] diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza (*apud* III PNDH, 2009, p. 12).

Conforme Vannuchi (*apud* III PNDH, 2009), os princípios históricos dos Direitos Humanos são orientados pela afirmação do respeito ao outro e pela busca permanente da paz. Paz que, em qualquer contexto, sempre tem seus fundamentos na justiça, na igualdade e na liberdade.

Os brasileiros – especialmente os setores populares organizados – encontraram na agenda dos Direitos Humanos um conteúdo fundamental de suas lutas em diferentes cenários. Antes, na resistência à ditadura. Hoje, para exigir a efetivação de relações sociais igualitárias e justas. É sob o impulso dinâmico desses movimentos que os Direitos Humanos se fortalecem, erguendo como bandeira a democratização permanente do Estado e da própria sociedade. É deles, também, que o Estado vem colhendo crescentemente demandas e exigências para incorporá-las a sua ação programática nas diferentes políticas públicas (p. 15).

Ainda com base no texto do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH III) (2009), podemos dizer que as diretrizes nacionais que orientam a atuação do poder público no âmbito dos Direitos Humanos foram desenvolvidas a partir de 1996, ano de lançamento do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos 1 (PNDH I). Passados mais de dez anos do fim da ditadura, as demandas sociais da época cristalizaram-se com maior ênfase na garantia dos direitos civis e políticos. O Programa foi revisado e atualizado em 2002, sendo ampliado com a incorporação dos direitos econômicos, sociais e culturais, o que resultou na publicação do segundo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II).

Para Vannuchi (*apud* III PNDH, 2009), essa terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos representa mais um passo largo nesse processo histórico de consolidação das orientações para concretizar a promoção dos Direitos Humanos no Brasil. Entre seus avanços mais robustos, destacam-se a transversalidade e a interministerialidade de suas diretrizes, de seus objetivos estratégicos e de suas ações programáticas, na perspectiva da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos.

O PNDH III (2009) está estruturado em seis eixos orientadores, subdivididos em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas, que incorporam ou refletem os sete eixos, 36 diretrizes e setecentas resoluções aprovadas na 11.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em Brasília, entre 15 e 18 de dezembro de 2008, como ápice do processo desenvolvido no âmbito local, regional e estadual.

O PNDH III (2009) tem como eixos orientadores a Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil; o Desenvolvimento e Direitos Humanos; a Universalização dos Direitos

em um Contexto de Desigualdades; a Segurança Pública, o Acesso à Justiça e o Combate à Violência; a Educação e a Cultura em Direitos Humanos; o Direito à Memória e à Verdade.

Na retomada histórica que Dallari faz sobre a elaboração da Constituição Federal no texto “Contextualização Histórica em Direitos Humanos”, ele trata vários elementos que auxiliam a pensar as linhas da elaboração da Constituição Federal e seus fundamentos. Podemos dizer que, no aprofundamento democrático do regime, com o Estado Democrático de Direito, os diversos movimentos atuantes e instituições foram propulsores da discussão acerca dos direitos humanos e, mais precisamente, no Brasil, dos Planos Nacionais de Direitos Humanos.

Fato é que, a cada período de tempo, o Brasil tem pautado novas reformulações nos planos, pressionando o governo a tais modificações. O Brasil vem sendo referência principal em elaborações de estatutos e cartilhas, a exemplo do ECA, contudo, personalidades jurídicas, normas e leis não garantem efetivação de direitos, cidadania, dignidade da pessoa humana.

O exemplo de toda essa discussão até aqui problematizada é o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, de maio de 2009. Esse plano tem por objetivo “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (p. 10). Assim como a elaboração e afirmação da Constituição Federal de 1988 e dos PNDH I, II e III. Este último tem como seu Eixo Orientador III o propósito de universalizar direitos em um contexto de desigualdades. Sua 10.<sup>a</sup> diretriz prevê a garantia da igualdade na diversidade, tendo como um de seus objetivos estratégicos, mais precisamente o 5.<sup>o</sup>, a garantia do respeito à livre orientação sexual e à identidade de gênero — decorrentes de diversas lutas travadas por este público, pelas diferentes redes de apoio e de diversos segmentos relacionados à causa, desde a década de 1970 no Brasil.

Dois planos que contemplam a questão da livre orientação sexual, tão discriminada décadas atrás — não que atualmente não haja discriminação, mas percebe-se, por parte desse público, por meio de seus movimentos, suas manifestações, um maior reconhecimento de si e, simultaneamente, um maior reconhecimento social.

Contudo tão necessário quanto formular é implementar, é materializar esses direitos no cotidiano da vida das pessoas. Claro que não é possível permanecer no discurso da disfuncionalidade, é preciso avançar. Reconhecer esses direitos, juridicamente também é um avanço para a democracia no País.

### 3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DIREITOS HUMANOS

Quando se trata de direitos humanos, ou quaisquer outros direitos, é inegável a presença dos movimentos sociais na construção e na luta por eles. Desde a constituição do mundo, há movimentos sociais, ou movimentações sociais que atuam na mudança de cultura, na mudança de paradigmas. Cada qual busca conquistar direitos para si e para o coletivo que representa. Quando da conquista de direitos, por vezes, não aparecem os precursores das diversas lutas, mas os sujeitos que os promulgam. Além disso, os sujeitos que são tocados diretamente por esses direitos conquistados, em sua maioria, não são os sujeitos que cotidianamente realizam o enfrentamento cultural de forma politicamente organizada.

No entanto, não podemos excluir que os sujeitos, individualmente, no seu cotidiano, não busquem transformar aquilo que os oprime na sua realidade, porém admite-se que o coletivo organizado possui mais força para realizar determinados embates culturais e sociais.

Nesta parte do estudo, problematizaremos com aspectos conceituais os movimentos sociais, mas nos deteremos na discussão do papel de um movimento social na transformação cultural, apresentando a caminhada dos movimentos sociais de livre orientação sexual no Brasil e em Porto Alegre, município onde foi realizada a pesquisa.

#### 3.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS

É possível referenciar que os movimentos coletivos fragmentados e espalhados nas diversas localidades estavam relacionados a lutas maiores, por exemplo, a luta do proletariado que Marx chamou de luta de classes, ainda no século XIX. Contudo, é inegável a existência de outras manifestações coletivas anteriores ao século XX e XXI, mas não são reconhecidas como movimentos sociais, talvez como movimentações sociais.

Para este estudo, deter-nos-emos nos chamados movimentos sociais que, conforme autores como Melucci, Touraine e Doimo, têm sua existência reconhecida em meados da década de 1960, mesmo na Itália de Melucci e na França de Touraine, ganhando maior expressão em meados da década de 1970, assim como no Brasil de Doimo. Utilizaremos esses autores neste trabalho, no entanto, reconhecemos a existência de outras teorias.

Para Melucci (2001), tratar sobre os movimentos sociais é referir-se geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com certa unidade externa, mas, que, internamente, contém significados, formas de ação e de organização bastante diferentes. Segundo o autor, esses movimentos, por vezes, investem grande parte de suas energias para manterem a coesão, manterem unidas as diferenças. Mesmo desejando apresentar unidade, estrutura definida e homogênea, em sua maioria são fenômenos heterogêneos e fragmentados.

O movimento social contém sempre uma pluralidade de significados. Um movimento é sempre uma realidade histórica complexa e heterogênea. Opera no interior de diversos sistemas organizativos, situando-se em um ou mais sistemas políticos, envolvendo uma gama de problemas, atores e objetivos.

Melucci (2001) trata nessa mesma linha a dificuldade encontrada de entender que os processos sociais são produtos “de ações, de escolhas, de decisões”, porém reforça que o agir coletivo não é o “resultado de forças naturais, ou de leis necessárias da história, nem simplesmente o produto de crenças e de representações dos autores [...] Um movimento é a mobilização de um ator coletivo” (2001, p. 31), com os objetivos comuns e os valores partilhados, ou seja, “produção de uma representação coletiva na qual se reconhecem” (2001, p. 31) e reforça “as crenças dos atores não basta para dar razão a ação porque não são independentes das relações nas quais os atores estão implicados, ou seja a análise não pode identificar a ação com aquilo que os atores dizem de si” (2001, p. 31-32).

O autor reforça que o movimento social é a pura expressão do conflito, interno pela sua heterogeneidade, configurando os seres como diferentes e não livres de conflitos internos e entre si, e externo, pois, se não há demanda para uma ruptura, não há movimento social e não há conflito, seja essa demanda de cada um, seja a de muitos. Nesse caso, poderíamos dizer que Melucci é contraditório, quando afirma que os movimentos sociais não são frutos de processos sociais? Não, pois, para Melucci (2001), o movimento nasce não das crises estruturais e sociais, mas da crise cultural, da lógica de funcionamento social.

O movimento não nasce de uma crise, ele próprio manifesta um conflito, provoca uma ruptura que parte de uma disfuncionalidade social de uma incompatibilidade. O próprio movimento é a expressão de um conflito, mas não só, ele “rompe com as regras do jogo, propõe objetivos, coloca em questão a legitimidade do poder” (MELUCCI, 2001, p. 34). No entanto, somente isto não basta para caracterizar um movimento social segundo o autor, mas identifica um desvio, pois, para analisar um movimento é necessário ir além, identificando o sistema de relações no qual tal ação coletiva se situa e à qual se refere.



Melucci (2001) reconhece os movimentos sociais por intermédio de uma expressão que emprega como “ações coletivas” e “ator coletivo”. Quando se trata do ator, Melucci entende-o como o integrante do movimento social, ou seja, uma ação coletiva realizada por atores sociais, com um agir social, e outros envolvidos no sistema.

Em Melucci (2001), é interessante a crítica relacionada à generalização de movimentos sociais como tudo aquilo que envolve um coletivo de pessoas para uma causa-fim, o que não pode ser considerado, pois o que é chamado movimento social por Melucci tem características e uma forma diferenciada de manifestar-se, além de ser qualquer movimento coletivo, ou seja, um movimento social “é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (p. 35).

Gohn reforça tal dificuldade quando alerta que devemos ter o cuidado de não classificar todos os movimentos como movimentos sociais. Ela alerta para o que denomina de confusão conceitual: “há uma confusão do conceito de movimento social, utilizado para expressar qualquer tipo de lutas, das diversas naturezas e problemáticas”. (2000, p. 275). Em Viola (*apud* PASQUINO, 2008, p. 27), “comportamento coletivo e movimentos sociais se distinguem pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema, e pelos valores e nível de integração que lhe são intrínsecos”.

Ainda, em Melucci, é interessante ressaltar que ele, quando aborda movimentos sociais, também não os generaliza em suas categorias, referindo-se a eles como estando todos no mesmo segmento de atuação. Para o autor, existem três tipos de condutas que os movimentos podem apresentar e pelas quais podem ser também caracterizados.

A primeira é o que o autor chama de movimento reivindicativo. Ocorre, se o conflito e a ruptura das regras acontecem no interior de um sistema organizativo, caracterizado por papéis e funções. Nesse caso o ator coletivo “reivindica uma diversa distribuição de recursos no interior da organização, luta por um funcionamento mais eficiente do aparato, mas se confronta também com o poder que impõe as regras e as formas de divisão do trabalho” (MELUCCI, 2001, p. 41).

A segunda conduta, o autor nomeia-a de movimento político, a qual exprime um conflito político por meio da ruptura dos limites do sistema político, que:

[...] luta pela ampliação dos sistemas de participação das decisões e se bate contra o desequilíbrio do jogo político que privilegia sempre certos interesses sobre outros.



Tende a melhorar a posição do ator nos processos decisórios, ou garantir-lhe acesso e quer abrir novos canais para a expressão de questões exclusas. Impulsionado a participação, além dos limites previstos pelo sistema político (p. 41).

Por fim, a terceira conduta, o autor refere-a como movimento antagonista como uma ação coletiva que porta um conflito que atinge a produção de recursos de uma sociedade, lutando não somente pela maneira como os recursos são produzidos, mas questiona os objetivos da produção social e o desenvolvimento. Contudo, Melucci aponta que nenhum movimento poderá ser somente antagonista, pois em uma sociedade concreta há de haver mediação ou no sistema político, ou na organização, mas poderão outros movimentos, como o reivindicativo, ter, em algum momento, características antagonistas.

Penso que aqui contenham algumas informações importantes em relação à contribuição de Melucci no que tange os movimentos sociais, sendo possível perceber características que se relacionam, ou não com as ideias levantada por Doimo (1995) acerca desses movimentos. Mesmo tendo Melucci realizado sua escrita em outro momento e em outra localidade, as análises em si podem ser confluentes e complementares.

Já para Doimo (1995), os movimentos sociais brasileiros, nos seus exemplos e nas suas análises ampliam-se no campo da sociologia. A autora, quando trata dos movimentos sociais, refere-se a eles como “comunidades reivindicantes”, e trata do sujeito coletivo como sendo o “povo”. O ator fica na figura das instituições ou, como ela chama, “atores socialmente relevantes” que são as instituições que se destacam na construção e no estímulo dos movimentos sociais. Essas instituições exercem profunda influência sobre a dinâmica cultural e a mudança social na recuperação da “capacidade ativa do povo”, povo organizado como “novo sujeito histórico” e movimentos sociais como “sujeito coletivo e político.

Para Doimo (1995), os movimentos sociais são produtos de construção histórica institucional, pois eles foram estimulados pelos discursos, pela linguagem discursiva dos “atores socialmente relevantes”: as igrejas, a esquerda e os intelectuais, na emergência do “povo como sujeito de sua própria história” e da participação popular. Os movimentos emergiram da complexa interação seletiva que se estabeleceu entre esses atores. Doimo reforça que eles recuperaram a capacidade ativa do povo, colocaram-no no centro da discussão teórica, além de promovê-lo à figura central da vida política.

Na perspectiva de Doimo, não é possível perceber movimentos nomeados por Melucci como antagonistas, pois, segundo o autor, eles seriam abstratos e não se manifestariam pela mediação. Isso, na perspectiva de Doimo, é impossível, porque os movimentos brasileiros

somente manifestam-se a partir da institucionalidade, da mediação dos atores socialmente relevantes, os movimentos são dependentes desta institucionalidade alheia. A autora, apesar de tratar os movimentos sociais como movimentos reivindicativos, também concorda que eles são profundamente ambíguos, fragmentários e dependentes.

Contudo, Doimo, assim como Melucci ao longo de sua obra, reconhece as mudanças ocorridas nesses movimentos nos seus contextos históricos, no cerne de suas lutas, assim como em suas estruturas. Para a autora, essas mudanças são perceptíveis, no Brasil, a partir de 1975, seguindo até 1990, assim como para Gohn (2000), que reconhece-lhes essa evolução a partir dos anos 1980.

Mesmo com o caráter diverso apresentado pelos movimentos sociais, quanto a suas características — tempo e espaço —, Doimo (1995) afirma que houve evolução nesse período, apresentando certos níveis de regularidade, homogeneidade e continuidade, convergindo para um grande ciclo reivindicativo, mas ainda mantendo certo nível de dependência.

Muitos autores, incluindo Melucci e Touraine, têm escrito sobre as mudanças relacionadas aos movimentos sociais. Nesta parte do estudo, buscamos trazer algumas reflexões sobre o que Touraine, principalmente, tem escrito a partir de seu livro, “Como Poderemos Viver Juntos?”, em que ele trata inclusive do multiculturalismo, e vem discursando sobre as peculiaridades dos movimentos que lutam por direitos específicos relacionados ao sexo, à etnia, ao gênero etc.

Tourainen, em sua obra “Um Novo Paradigma”, destina meio livro para tratar sobre o novo discurso de nós mesmos, em termos culturais, referindo-se, na primeira parte do livro, às mudanças substanciais que nos impulsionam a refletir se, de fato, ainda podemos falar em termos sociais, se ainda podemos tratar os movimentos sociais como movimentos sociais.

Touraine (2007) resgata temas sobre o “mundo social” para essa reflexão, trata da ruptura, da mundialização, da “queda”, de certa forma, do Estado-Nação na Europa, o qual teve forte influência no mundo ocidental, perpassando pelo forte apelo às especificidades, ao individualismo, ao sujeito e, como ele reforça, ao “retorno a si mesmo”, desconstruindo o mundo social.

Para Touraine (1999), assim como para Doimo, os movimentos sociais são uma construção histórica, mas, no caso de Touraine, eles nascem em uma crise, pois “o campo de conflito é a própria organização: a reivindicação é neste sentido, sempre orientada, ao mesmo

tempo, para a desorganização e para a reorganização [...] E só tem força verdadeira quando protesta contra uma desorganização e uma crise.” (TOURRAINE, 1999, p. 336).

Para o autor (1999), três são os elementos que constituem um movimento social, um *princípio de identidade* (que é a definição do ator por ele mesmo); um *princípio de oposição* (o ator identifica um adversário); e um *princípio de totalidade* (que é a participação no sistema de ação histórica). Dessa forma, o que caracteriza a existência de um movimento social são os três elementos derivados desses princípios: o *ator*, seu *adversário* e o *que está em jogo no conflito*. Sob esta óptica, Touraine trata os movimentos sociais, mas ainda não os culturais, como o faz atualmente.

Para Touraine (2007), a produção de novas subjetividades a partir do que ele chama de “retorno a si mesmo” foi propulsora de novas formas de manifestações sociais e, como ele refere atualmente, culturais, partindo do sujeito no seu tempo e no seu espaço. Para o autor o “despertar do sujeito” também se torna importante, quando o paradigma social, de certa forma, torna-se cultural. Outras formas de expressão são mais aceitas, destacam-se e são produzidas também pelos sujeitos.

O sujeito é mais forte e mais consciente de si mesmo quando se defende contra ataques que ameaçam sua autonomia e sua capacidade de perceber-se como um sujeito integrado, ou pelo menos lutando para sê-lo, para reconhecer-se e ser reconhecido como tal (TOURRAINE, 2007, p. 112).

O sujeito se forma na vontade de escapar às forças, às regras, aos poderes, que nos impedem de sermos nós mesmos, que procura reduzir-nos ao estado de componente de seu sistema e de seu controle sobre a atividade, as intenções e as interações de todos. Estas lutas contra o que nos rouba o sentido de nossa existência são sempre lutas desiguais contra um poder, contra uma ordem. Não há sujeito se não rebelde, dividido entre raiva e esperança (TOURRAINE, 2007, p. 119).

Esse despertar demonstra como muitos grupos acabam por destacar-se na sociedade, lutando por direitos, mas não de igualdade, e, sim, por direitos específicos de suas particularidades e, principalmente, por seu reconhecimento. Esse processo acontece com os indivíduos que se modificam e modificam o seu ambiente.

Discordamos de Touraine, pois pensamos que lutar pelas diferenças é lutar pela igualdade de reconhecimento, de acesso, de oportunidade, e não igualdade como nivelamento do que é para um é para todos, ou seja, uma igualdade na diferença.

Touraine (2007) reforça que estamos vivendo o enfraquecimento das comunidades nacionais e o reforço das comunidades étnicas, assim como o crescimento dos ditos direitos culturais que protegem populações determinadas. O autor afirma que se os direitos culturais estão apresentando mais força do que outros direitos, porque “são mais concretos e dizem respeito sempre a uma população determinada, quase sempre minoritária” (p. 171), como é o caso das minorias, em direitos, étnicas, religiosas e sexuais.

Para Touraine (2007), o que originou os movimentos culturais é a evidência e a contradição entre as forças técnicas e econômicas desenfreadas e a diversidade das espécies e das culturas, das atividades locais e das línguas que contribuem para formar a nossa subjetividade, negando a subjetividade e o respeito do ator por si mesmo.

Contudo, Touraine, assim com outros autores, aponta os perigos que os particularismos expõem para as pessoas, no sentido da ameaça ao princípio do “viver juntos”. Viola (2008) afirma que a perda do sentido da busca da igualdade pela diferença, no exato momento em que a diferença é reforçada, é exposta, é tida como princípio. Nesse caso, deixamos de ver o ser humano como ser humano, e passamos a classificá-lo em tantas ou quantas características o definam como diferente.

Para Pierucci (1999, p. 34) “Somos diferentes [...] e desiguais, diferentes e, por isso, desiguais”, ou seja, não seria necessário reforçar, as diferenças são presentes, e, ao mesmo tempo, desiguais. Segundo o autor, expressar o direito à diferença não é nada sem a prática, pois lutar pela diferença implica:

[...] lutar por uma escola única, lutar contra um universalismo político e filosófico, contra a perda das identidades coletivas e pela mistura dos povos e das culturas [...]. Há dificuldade de seguir até o fim, **da prática** (grifo nosso), a lógica do postulado da diferença, sem reforçar práticas discriminatórias (PIERUCCI, 1999, p. 34)

Os “novos movimentos sociais”, conforme Touraine (2007), parecem ir contra essa lógica de Pierucci, pois não pretendem transformar as situações e as relações econômicas. Na verdade, defendem a liberdade e a responsabilidade de cada indivíduo, sozinho ou em coletividade, contra essa lógica impessoal do lucro e da concorrência e, principalmente, contra uma ordem estabelecida que decide o que é normal ou anormal, permitido ou proibido. Na verdade, esses movimentos defendem o direito à diferença.

Em suma, o autor propõe a redução de parte das normas e das instituições na construção do “viver juntos”, em proveito de regras e instituições que permitam ser diferentes. “Na

maioria dos casos é o estado autoritário que rejeita as minorias culturais ou reduz ao máximo o lugar concedido às mulheres. A rejeição da diversidade cultural é igualmente praticada nos países democráticos, como a França, por exemplo” (TOURAINÉ, 2007, p. 185).

No caso dos movimentos LGBTs no mundo, Touraine aponta que o não reconhecimento **afetivo, jurídico e social** (grifos nossos), bandeira desses movimentos, afeta homens e mulheres, pois separa a vida sexual da vida afetiva, da reprodução e da constituição de uma família. Touraine lança a pergunta: Por que somente aos homossexuais proibir a adoção de filhos? Por que lhes proibir o casamento?

Contudo, mesmo com as novas análises culturais de Touraine (2007) sobre os movimentos sociais, mantemos nosso entendimento para este estudo, como sendo eles os mesmos movimentos sociais. Mesmo buscando uma mudança na lógica cultural, societária hoje, e mesmo lutando pelo direito à diferença, os movimentos buscam a garantia de direitos e a de ruptura de alguns processos sociais, mesmo que fortemente influenciados pela cultura.

Para perceber as mudanças sociais e culturais de uma sociedade sobre um determinado fenômeno, é importante problematizá-lo na história e no seu contexto atual, buscando as devidas mudanças, os processos de movimentos e as movimentações sociais.

### 3.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT E OS DIREITOS HUMANOS – UMA CULTURA EM MUTAÇÃO?

As mudanças culturais ao longo da história da sociedade, conforme citado, foram processos motivados por movimentos e movimentações sociais. Neste estudo, as devidas mudanças serão relacionadas ao seu tema central — a diversidade afetiva — no viés da homossexualidade e suas implicações.

Refletindo a homossexualidade, buscamos referência inicial, não onde iniciaram essas manifestações, pois não se tem confirmação deste início, mas na Grécia Antiga, onde as relações homoafetivas eram presentes, permitidas e incentivadas. Observamos que o foco não estava voltado à perversão, mas ao ensinamento, à afetividade, tanto que o sexo, quando, com finalidade em si mesmo, para apenas para sanar um desejo, era condenável, ainda mais se envolvesse a venda do corpo, do sexo, conforme Dover (2007). Esse mesmo autor, que

realizou vasta pesquisa sobre as relações de pessoas do mesmo sexo na Grécia Antiga, na literatura, na sociedade e na arte, traz diversas contribuições referentes ao tema.

Tanto os homens quanto as mulheres podiam relacionar-se com pessoas do mesmo sexo, mas, para os homens, havia certo incentivo, desde que tais relações estivessem calcadas no encantamento, na admiração, na afetividade, no amor, e não no ato sexual em si, só no desejo por ele mesmo. A isso o autor refere-se como sendo o “eros legítimo” e à prostituição, ou qualquer ato sexual em si mesmo, como “eros não legítimo” (DOVER, 2007, p. 71).

Para Costa (1992, p.78), na Grécia Antiga:

as éticas sexuais eram sobretudo referidas aos chamados amores masculinos e tinham como modelo não a conjugalidade, mas as relações pederásticas. A relação entre homens e adolescentes livres era objeto de verdadeiro bombardeio de discursos éticos. A ética sexual grega era uma ética masculina que discriminava as mulheres.

A pederastia, por exemplo, como era chamada essa relação entre homens, era compreendida na Grécia Antiga como um período de ensinamento de um homem adulto para com um adolescente, ou seja, para com um jovem ainda não considerado homem, por não apresentar traços de virilidade. Ele poderia ser ensinado inclusive sexualmente por um homem adulto, mesmo casado.

Essa ligação conferia uma relação de ensinamento, pois o adulto deveria ser superior ao adolescente em idade, cultura e *status* social. Nessas relações, o adulto era sempre a figura ativa da relação e o adolescente, a passiva. Contudo, se o adolescente, após apresentar traços de virilidade, continuasse a manter essa relação com o adulto, ambos eram condenados socialmente por tal ato que, nesse caso, seria considerado contrário às normas. Essa relação fundamentada em uma conexão de ensinamento e, até mesmo, de afetividade, tinha presente também a relação de poder, pois existia a figura do ativo e do passivo entre o adulto e o adolescente, e a inversão de papéis para o adulto significava um ato vergonhoso perante a sociedade, pois ele seria desmoralizado, perderia *status*.

Ainda em Dover (2007), temos o exemplo das cidades de Esparta e Creta onde, além da pederastia, os membros do exército eram incentivados a relacionarem-se sexual e afetivamente entre si para tornar o exército mais forte. Acreditava-se que um amante, além de lutar, jamais abandonaria seu amante em um campo de batalha. O Batalhão Sagrado de Tebas, famoso por suas vitórias, “consistia inteiramente de casais amantes homossexuais” (DOVER, 2007, p. 263).

Na mesma Grécia, as mulheres, mesmo tendo menor destaque na sociedade, também se relacionavam entre si, porém diversos autores fazem referência sobre os poucos registros que indicam tal relação. Contudo, acredita-se ser da Grécia Antiga a origem do termo lésbica, pois Safo, a grande poetiza, manifestava constantemente a sua preferência pelo mesmo sexo, e ela residia na ilha de Lesbos, no litoral grego, de onde provém o termo lésbica.

Contudo, o advento do cristianismo contribuiu para o que Mott (2005) chamará de marginalização sexual, ou seja, toda e qualquer expressão sexual que não a moralmente aceita é pecado e deve ser repudiada, haja vista que a homossexualidade, na era colonial, por exemplo, fora considerada “hediondo pecado, péssimo e horrendo, provocador da ira de Deus e execrável até pelo próprio diabo” (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPO DA BAHIA *apud* FRY; MACRAE, 1985, p. 60), podendo ser punida com morte na fogueira. Essa herança de marginalização da homossexualidade observa-se ainda na contemporaneidade.

Conforme Navarro (2010) os homossexuais são figuras históricas, datadas, que não se definem em si, mas se determinam em relação à historicidade em que aparecem. Nessas aparições, apresentam-se como bode expiatório, como uma alteridade absoluta ligada ao mal, à perversão, à desordem social.

Conforme Facchini e Simões (2009) e Fry e MacRae (1985), a homossexualidade teve nova reapropriação e reelaboração no século XIX, no campo das teorias biomédicas que abriram caminho à moderna disciplina da sexologia em que havia a preocupação com a classificação das “anomalias, perversões, ou ameaças na esfera da sexualidade” (FACCHINI; SIMÕES, 2009, p. 37), com o objetivo de controlá-las, para que não causassem dano à saúde da família e, por extensão, à saúde da sociedade. Disseminavam, assim, a ideia de que é necessário conhecer, para combater e tratar, reforçando a marginalização.

Algumas mudanças no século XX vêm alterando as premissas da sexualidade, da relação do ser humano com o sexo. Uma delas, apontada por Therborn (2006), diz respeito ao advento do divórcio, separando o sexo do casamento. O sexo estava vinculado ao casamento, mas o divórcio rompe a união do casamento, logo o separa do sexo, então, para obter o sexo, a mulher ou o homem não mais necessitam casar-se, muda-se a estrutura do casamento. Conforme Therborn (2006), a primeira lei de igualdade no casamento surgiu em 1909, na Noruega, incluindo igualdade no divórcio. Ambas as partes poderiam decidir por separar-se, não somente o homem, nem somente pelo agravante do adultério, ou seja, “o divórcio pelo consentimento mútuo e pela ausência de culpa por dano irreparável” (p. 123) foi inserido como princípio na lei norueguesa.



Outra mudança, apontada por Therborn (2006) como uma segunda causa, foi o surgimento dos métodos contraceptivos, separando o sexo da reprodução. Não há mais relação da reprodução com o sexo, não há mais a limitação do sexo por essa relação, em consequência:

[...] a idade do casamento aumentou, a idade da primeira relação sexual diminuiu e a prática do sexo pré-marital ampliou-se de forma significativa [...]. Mais do que qualquer coisa essa revolução sexual, tornou o longo período de sexo pré-marital e a pluralidade de parceiros sexuais durante a vida, um fenômeno “normal”, tanto estatístico, quanto moral (THERBORN, 2006, p. 307, 310).

Therborn aponta para a devida relativização, pois essa revolução não é dominante entre os países, mas é predominante no mundo.

No Brasil, os métodos contraceptivos foram anteriores à condição de igualdade entre os sexos no divórcio na década de 1970, permitindo as partes separarem-se pela sua simples vontade, sem condicionantes,<sup>21</sup> o que é mantido ainda hoje.

Uma terceira mudança relevante foi a descoberta da inseminação artificial, de fertilização *in vitro* na década de 1980, que propagou a separação do sexo para reprodução pela relação heterossexual. Para Grossi (2003, p. 269), a inseminação artificial propiciou a “procriação com um terceiro indivíduo fora da relação de conjugalidade, através destas novas tecnologias reprodutivas (inseminação artificial por doador desconhecido para lésbicas ou barriga de aluguel para *gays*)”.

A associação que se faz, quando o assunto é a homossexualidade, não se aproxima do natural, da afetividade, pois a nossa construção sócio-histórico-cultural impele-nos a agir e pensar de outra maneira, a repudiar e discriminar essas práticas. Conforme Mott (2004), temos um ódio mórbido contra a homossexualidade chamado pela psicologia de “internalização da homofobia”, pois, durante centenas de gerações, nossos antepassados ouviram nos púlpitos e nos confessionários que a homossexualidade é o pecado que mais provoca a ira divina. Isso foi repetido por padres, pastores e rabinos ao longo dos últimos quatro mil anos.

Essa constatação reforça-se com a pesquisa de Kinsey<sup>22</sup>, trazida por Mott (2004), realizada no ano de 1948, em que constatou que cerca de 37% dos homens ocidentais tinham

---

<sup>21</sup> Ver CÓDIGO CIVIL 2002. Capítulo X, Da Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>>.

<sup>22</sup> Alfred Charles Kinsey, entomologista e zoólogo norte-americano.



experimentado, na idade adulta, ao menos dois orgasmos com o mesmo sexo. A pesquisa revela tal comportamento em uma sociedade marcada pela homofobia contra aqueles que ousam transgredir “a ditadura heterossexista”, ou seja, esse é um componente que não se revela na vida cotidiana pela forte influência sócio-histórico-cultural que vivemos.

A homossexualidade não é uma “coisa” que devemos gostar ou não, mas algo a ser aceito e respeitado. É um comportamento, uma variação sexual expressa por algumas pessoas, assim como o gosto por um sabor que não sabemos muito como explicar, mas não gostamos de alguns, experimentando ou não.

Alguns médicos neurologistas abordam a composição do cérebro para tal orientação sexual, na influência da constituição de um cérebro masculino em um corpo feminino. No livro de Fry e MacRae (1985) sobre a homossexualidade, é discutido o entendimento de alguns espíritas como a explicação da reencarnação, ou seja, uma alma feminina que reencarna em um corpo masculino. Para Foucault, em a História da Sexualidade I – A Vontade do Saber (1993), há uma leitura da homossexualidade como um período de latência sexual que pode ser desenvolvida ou não, conforme as experiências sexuais vividas em determinados períodos da vida.

Não pretendo simplificar a discussão da homossexualidade ou reduzi-la a uma “coisa”. Conforme Fry e MacRae (1985), esse é um fenômeno que não pode ser reificado, “é uma infinita variação sobre o mesmo tema: o das relações sexuais-afetivas entre pessoas do mesmo sexo” (p. 7) e que é também expressão de uma sexualidade, podendo, dessa forma, ser compreendida diferentemente nos diversos tempos e espaços sociais, assim como pelos diversos segmentos, grupos e indivíduos que compõem esses espaços e tempos, sendo construída e reconstruída socialmente.

Os desejos são íntimos e intrínsecos a cada ser humano, e eles não são muito questionados, quando relacionados ao ímpeto de consumir numa sociedade como a nossa, em que o mercado estuda nossos desejos, para induzir-nos a obter coisas de que, muitas vezes, não necessitamos. Contudo, esses desejos, no caso da sexualidade, não devem gerar sofrimento, socialmente construído pela opressão, o qual marginaliza o indivíduo que se diferencia da orientação sexual predominante, inferioriza-o, coloca-o em uma condição discriminatória.

O sofrimento que expresso aqui não tem relação com a dor, o prazer através da dor, do assujeitamento, da subserviência como no sadismo e no masoquismo. Esse sofrimento físico é

oportunamente relacionado ao ato sexual e no gosto de servir, por meio de uma série de relações de dominação, do prazer de servir sexualmente a alguém.

Relacionar-se sexual ou afetivamente com o mesmo sexo ou ter uma sexualidade diferente do binômio masculino e feminino, do padrão heterossexual não pode ser considerado uma opção sexual pura e simplesmente em que as pessoas escolhem um comportamento sexual a seguir. Ser homossexual gera sofrimento, e ninguém opta por sofrer discriminação, sofrer violência que é o primeiro revés sentido por quem assume sua homossexualidade, além da afetividade clandestina e de muitos direitos negados. Essa homossexualidade pode, muitas vezes, traduzir-se em espetáculo, mas pensamos que a vida cotidiana está longe de ser em sua maioria um “dia do orgulho *gay*”.

Como há entre os estudiosos de diversas áreas técnicas divergências sobre o que gera a homossexualidade, entre as entidades LGBT, assim como o movimento, ela é tratada como uma orientação ou uma expressão da sexualidade humana. Compreendemos que não é a sexualidade que diz do ser humano, nem a sociedade que o constrói como padrão de tipo ideal, mas ele mesmo, no seu ser e fazer, constitui-se por intermédio das relações sociais que estabelece.

Tratamos o objeto desta pesquisa numa dimensão social; entretanto, no caso do Brasil, a homoafetividade está sendo juridicamente legalizada, por meio de processos de jurisprudências que têm tornado real e legal essa união.

Muitos autores, além da questão social, têm tratado da homoafetividade na via jurídica, em que essas constituições homoafetivas, ao serem legalizadas mediante um processo, assumem uma série de denominações, como, por exemplo, homoparentalidade, homoconjugalidade, parceria civil, entre outras, mas compreende-se que essas definições fazem parte de um campo jurídico e não de um campo social.

Para alguns autores, entre eles, Grossi (2005), Parceria Civil é uma expressão utilizada na terminologia mais jurídica para identificar casais homossexuais junto ao poder judiciário. É utilizada principalmente em países europeus, como a França, por exemplo.

No Brasil, essa expressão também é utilizada em processos de jurisprudências que envolvem julgamentos acerca da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Para Mello (2005), a Parceria Civil é vista da mesma maneira. O autor acrescenta que essa expressão veio dos países europeus, que, geralmente, têm sido os que se tornaram pioneiros no reconhecimento de direitos dessa minoria sexual. Esse autor trata também da homoconjugalidade e homoparentalidade, que são relacionamentos homossexuais com

características conjugais e parentais respectivamente, ou seja, segue a linha da homoafetividade, mas já em uma esfera jurídica.

Compreendo que essa diversidade ocorra pela busca incessante de uma nomenclatura jurídica que torne o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo o menos discriminatório possível, uma nomenclatura que diferencie, ao mesmo tempo querendo tornar-se igual, o reconhecimento jurídico. Na verdade, legalmente, não se tem usado no Brasil o termo casamento para uniões homossexuais. Podemos observar a origem da própria palavra que “vem do latim medieval *casamentu* e é definido como ato solene de união entre duas pessoas de sexos diferentes, capazes e habilitadas, com legitimação religiosa e/ou civil” (FERREIRA, 1995 *apud* WAGNER, p. 47, 2005).

Para a maioria dos autores que tratam desse tema, a nomenclatura, neste momento, tem pouca importância perto do mundo de direitos a serem conquistados no Brasil. Para Mello (2005), o legislativo brasileiro está distante do reconhecimento da cidadania de *gays*, lésbicas e travestis. Mello (2005, p. 17) afirma que:

As lutas pelo reconhecimento social e jurídico da dimensão familiar das uniões homossexuais estão constitutivamente associadas à afirmação/ negação do mito da complementaridade dos sexos e dos gêneros, uma vez que a competência moral e social para desempenhar as funções atribuídas à instituição familiar, especialmente no que diz respeito à parentalidade, tem sido restrita ao casal homem-mulher.

O não reconhecimento jurídico das relações homoafetivas, como família, é uma das principais negações que atingem os homossexuais no contexto da realidade brasileira, em que pese aqui o direito legal, especialmente no tocante à socialização de crianças. Esse entendimento também se tem mostrado cada vez mais frequente entre outros segmentos sociais e, mesmo, na esfera do Estado, especialmente por meio das discussões no Congresso Nacional e nas decisões do Poder Judiciário, que apontam para o reconhecimento jurisprudencial da dimensão familiar da conjugalidade homossexual e da garantia do direito à parentalidade a *gays*, lésbicas. Para Mello (2005, p. 22):

[...] não é exagerado dizer que, em face das resistências dos parlamentares para apreciar projeto de Lei,<sup>23</sup> o qual está na Câmara dos Deputados há dez anos, o Poder

---

<sup>23</sup> Desde 1995, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Federal para União Civil entre Pessoas do Mesmo Sexo, de autoria da então Deputada Federal Marta Suplicy (PT-SP). Esse projeto garante juridicamente o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo, conseqüentemente, garante também outros direitos, advindos desses, relacionados à propriedade, à sucessão, à adoção, entre outros. Projeto de Lei n.º 1.151. Projeto

Judiciário é a instância que, na ausência de lei, normatizará o amparo legal as relações entre pessoas do mesmo sexo, da mesma forma como procedeu em relação às uniões concubinárias.

Para Pereira (2001), durante séculos, por intermédio da chamada moral sexual civilizada, o Estado proibiu e permitiu determinadas práticas de relações sexuais. Aquilo que se permitiu é o que sempre foi considerado como normal dentro de determinadas normas morais que acabaram transformando-se em jurídicas. A sexualidade normal sempre foi aquela que se enquadrou dentro das normas jurídicas e morais do Estado. Portanto:

O Estado como legitimador ou ilegítimador das relações sociais, determina o normal e o anormal, inclusive as questões de natureza sexual, como a homossexualidade, mesmo com a alteração dos princípios e paradigmas do Direito de Família, continuamos identificando socialmente as pessoas por suas preferências ou inclinações sexuais (PEREIRA, 2001, p. 106).

Mesmo não sendo a essência deste trabalho a questão legal e jurídica, tratar da homoafetividade, do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo e do seu reconhecimento impele-nos a essa reflexão e à necessidade de contextualizar também juridicamente essa questão. Por isso, trazemos esses argumentos da legislação, do contexto sociojurídico para elucidar o debate.

Seguindo a linha de Pereira quanto à identificação social das pessoas por suas orientações sexuais, Mott (2004) reforça que os homossexuais são os mais odiados dentre todos os grupos minoritários, porque o amor, o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo foi secularmente considerado crime hediondo, condenado como pecado abominável, escondido por meio de um verdadeiro complô de silêncio, o que redundou na “internalização da homofobia” por parte dos membros da sociedade global.

Conforme Scarf (1990, p. 53), muitos casais parecem ter polaridades opostas, tipos diferentes de pessoas e, por que não, de sexos iguais que, objetivamente, não pertenceriam à mesma polaridade de relacionamento, pois cada um desempenha um papel imensamente diverso, “numa parte do palco que está aberta à visão objetiva do observador, mas por debaixo do palco seus cordões estão embaraçados”. Estes estão articulados e fundidos emocionalmente, abaixo do nível da percepção consciente de cada um dos parceiros.

---

de Lei Federal n.º 1.151. Ver: <[http://www2.camara.gov.br/proposicoes/loadFrame.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/sileg/prop\\_lista.asp?fMode=1&btnPesquisar=OK&Ano=1995&NumNum =1151&sigla=PL](http://www2.camara.gov.br/proposicoes/loadFrame.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/sileg/prop_lista.asp?fMode=1&btnPesquisar=OK&Ano=1995&NumNum =1151&sigla=PL)>.

Essa mesma autora traz, mais além, uma reflexão acerca da afetividade, quando afirma que o que pode ser dito sobre a afetividade:

[...] é que cada um de nós carrega dentro de si um grupo de crenças profundamente enraizadas – um modelo de conduta como parceiro afetivo em um relacionamento de convivência total, que é um molde de estilos, um conjunto de concepções sobre o que é amar e ser amado (SCARF, 1990, p. 68),

e isso não tem conexão com o sexo ou a sexualidade; tem conexão com o sentimento, com encontrar-se no outro, ou seja, a “olho nu” talvez vejamos somente a sexualidade, enquanto, por detrás, pode estar presente, uma gama de sentimentos.

É possível perceber que a relação que fazemos, quando o assunto é a homossexualidade, não se aproxima do que a autora supracitada aborda, pois a nossa construção sócio-histórico-cultural tem-nos remetido a agir e pensar de outra maneira, a repudiar e a discriminar essas práticas.

A relação entre pessoas do mesmo sexo causa polêmica entre os diversos segmentos da sociedade, sejam religiosos, sejam políticos, entre outros segmentos. Conforme Facchini e Simões (2008), o ativismo LGBT reside, sobretudo, em “desafiar os saberes convencionais e as estruturas de poder inscritos na sexualidade que alicerçam a vida institucional e cultural de nosso tempo” (p. 35).

Mesmo com todas as mobilizações e mudanças de alguns paradigmas quanto a homossexualidade e homoafetividade, parte da sociedade brasileira ainda está distante de aceitar este fenômeno como normal. Enquanto outros países promulgam cada vez mais esses direitos, reconhecendo-os como fundamentais e buscando através deles uma mudança cultural e, por que não, moral, o Brasil ainda tem muito a avançar. Principalmente quando o assunto é homofobia, haja vista que, quanto mais visibilidade a questão LGBT conquista, maior é a violência a estas pessoas. Enquanto em 2004 a mortalidade de configurava em 0,4 pessoa, em 2010, houve um salto significativo para 0,7, ou seja, em 2004 foram 156 mortos, em 2010, 260. Contudo, em 2005, houve uma queda de mortos para 81, podendo ser relacionada ao lançamento do projeto, em 31 de maio de 2005, “Brasil sem Homofobia”, mas essa queda não

se configurou nos anos seguintes: 2008 somou 187 mortos; 2009, 190 mortos; e, 2010, como citado, 260.<sup>24</sup>

Quanto à região Sul, sempre foi considerada a menos violenta, mas, em 2009, já ocupava o segundo lugar devido ao número de mortes ocorridas no Paraná, que passou de quatro para 25 mortes ao ano. Em 2010, a região Sul ocupava o terceiro lugar de mais violento, ainda devido ao Paraná, com 15 mortes ao ano. O Rio Grande do Sul sempre esteve em média, abaixo de Santa Catarina e Paraná, num crescente de uma morte ao ano, em 2004 para quatro em 2010. Em 2009, o Estado do Paraná era o segundo mais violento e, em 2010, caiu para 7.º.

Fortalecendo a visibilidade, no início de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF) reconheceu, por unanimidade, a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. Na prática, as regras que valem para relações estáveis entre homens e mulheres serão aplicadas aos casais homossexuais. Com a mudança, cria-se um precedente que pode ser seguido pelas outras instâncias da Justiça e pela administração pública. Ademais será, ainda nesse ano, distribuído às escolas brasileiras a cartilha LGBT que trata de assuntos relacionados ao *bullying* contra crianças e adolescentes com orientação sexual diferente ao padrão.

Em dados preliminares divulgados pelo IBGE, há cerca de sessenta mil famílias homafetivas, que se identificaram como tal, no Brasil.<sup>25</sup> Se pensarmos em termos de contingência de população, de contingência do público homossexual e de quantas famílias de fato existem, podemos deduzir que os dados do IBGE são incipientes ou não conferem por vezes com a realidade.

Uma em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), em 2008, e publicada em 2009,<sup>26</sup> intitulada Diversidade Sexual e Homofobiano Brasil, demonstrou que o público mais discriminado, ou pior discriminado é o público LGBT e que, entre esses, o público mais discriminado são os travestis, após os *gays* e, após, as lésbicas. Isso revela que, culturalmente, o relacionamento entre mulheres, por sua postura mais afetiva, é mais aceito do que aquele em relação aos homens e aos homens que se vestem como mulheres. Ademais, a pesquisa

---

<sup>24</sup> Dados extraídos do relatório anual da homofobia, publicado pelo Grupo Gay da Bahia, ver mais em: <<http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20comp%20leto.html>>.

<sup>25</sup> Ver mais em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

<sup>26</sup> Ver mais em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/apresentacao-4>>.

esclarece que os preconceitos raciais e étnicos são menos aceitos que o preconceito contra o público LGBT, ao que parece, mais cultural pela população ter preconceitos dessa natureza.

Outros pontos da pesquisa são interessantes de se destacar para compreender culturalmente essa admissão acerca do preconceito com a relação entre pessoas do mesmo sexo. Estão sendo percebidas em quatro hipóteses pela equipe da FPA:

[...] seria expressão de um preconceito efetivamente mais arraigado, mais assimilado e ainda pouco criticado socialmente. A alta disseminação de piadas sobre ‘bichas’, ‘veados’ ou ‘sapatonas’, por exemplo, e a presença cotidiana de personagens caricaturais em novelas e programas na TV, considerados humorísticos, seriam a um só tempo evidências dessa tolerância social e dispositivos de seu reforço e reprodução.

[...] tem a ver com a explicação da ‘natureza’ da orientação sexual, para muitos vista como uma opção ou preferência – em contraste com as identidades ‘raciais’ ou etárias que, de modo mais evidente, independem das escolhas individuais, sendo assim não sujeitas à crítica (como opções) e, conseqüentemente, mais condenável discriminá-las.

[...] um terceiro fator, em parte derivado do primeiro, decorrente do ainda baixo nível de autocritica social da cultura sexual machista e heteronormativa no país, é a ausência de uma legislação a punir criminalmente atos homofóbicos e transfóbicos.

Há o peso legitimador dos discursos religiosos (especialmente cristãos, tratando-se de Brasil, e ainda particularmente católico, em que pese o crescimento recente acentuado das igrejas evangélicas) no reforço de concepções preconceituosas da homossexualidade: a concordância de 92% da opinião pública (sendo 84% totalmente) com a frase epígrafe, “Deus fez o homem e a mulher com sexos diferentes para que cumpram seu papel e tenham filhos”, contra apenas 5% que discordam; e de 66% (58% totalmente) com a frase “homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus”, contra 22% que discordam (só 17% totalmente) – revelam o tamanho da colaboração religiosa para a intolerância com a diversidade sexual. A pesquisa dá números ao que já se suspeitava: por trás da imagem de liberalidade que o senso comum atribui ao povo brasileiro, particularmente em questões comportamentais e de sexualidade, há graus de intolerância com a diversidade sexual bastante elevados – coerentes, na verdade, com a provável liderança internacional do Brasil em crimes homofóbicos.

Outra pesquisa encomendada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) buscou avaliar, após sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que são direitos humanos para o brasileiro. A pesquisa intitulada “Percepção sobre os Direitos Humanos no Brasil”, aborda os direitos humanos, a cidadania e a homossexualidade e a sua exclusão que, segundo Fernandes (2009), tem contribuído para uma posição de desigualdade que impede a universalização dos direitos humanos e requer a proteção e a promoção dos direitos e da dignidade deste público no País. Ela apresenta alguns dados interessantes acerca do tema, que se coadunam com a pesquisa anterior apresentada quanto às contradições e às percepções da população.



Para Fernandes (2009), o Brasil é um país profundamente desigual e com uma cultura altamente hierárquica, e a ausência dos homossexuais como sujeitos de direitos, somado às discriminações e às violências sofridas sugerem um quadro desigualdade estrutural.

Na pesquisa sobre direitos humanos, trazida por Fernandes (2009), aparece como contradição o reconhecimento para com os homossexuais, pois 92% dos respondentes concordam que respeito é para todos, todos merecem, mas, ao mesmo tempo, 25% concordam que os direitos humanos deveriam ser somente para pessoas direitas. Não há uma relação entre direitos humanos e respeito aos seres humanos.

Quando a pesquisa relaciona índole pessoal (decência) com homossexualidade, 57% não vê relação direta de dependência, no entanto quase metade dos entrevistados acredita que a homossexualidade é uma doença e deve ser tratada. Isso demonstra o pouco conhecimento da população sobre o tema.

Quanto à igualdade de direitos entre heterossexuais e homossexuais, quando comparado a outras igualdades, como negros e brancos, ricos e pobres, por exemplo, essa igualdade foi considerada a menos importante e, no entanto, a terceira mais desrespeitada, ressaltando a naturalidade da desigualdade e da discriminação e o intenso grau de desrespeito aos homossexuais.

Não podemos negar que, ao responder a essas questões, a população brasileira conhece algo do fenômeno sobre o qual está sendo perguntada. As pessoas não estão alheias ao assunto, mesmo que o estejam em relação ao preconceito. Este “conhecer o tema”, de alguma forma, também ocorre pelas diversas ações e campanhas realizada pelos movimentos sociais LGBTs em prol de um reconhecimento social. E é na força do deste ativismo LGBT, que temos relacionado ao reconhecimento social, ou não, da diversidade afetiva que fundamenta este trabalho. Por isso, a importância de conhecer a caminhada do movimento pode estar relacionada com as mudanças do processo cultural e social da sociedade e de sua devida atuação para isso.

Apresentamos a seguir um pouco da trajetória histórica, no Brasil e em Porto Alegre.



### 3.3 OS MOVIMENTOS LGBT NO BRASIL E EM PORTO ALEGRE

Assim como no mundo, os movimentos LGBT ganharam força e reconhecimento no País e em alguns estados brasileiros. No caso do Brasil, o fim da ditadura militar, a redemocratização e a formulação da constituição de 1988 foram determinantes para a luta dos diversos movimentos sociais, incluindo o movimento LGBT, anteriormente chamado de GLBT e GLS.

Não pretendemos problematizar onde nasceu e desde quando existe o movimento, pois há algumas interpretações divergentes a esse respeito,<sup>27</sup> até mesmo porque as movimentações sociais ocorrem em diversos lugares em tempos diferentes, tornando-se difícil de precisar um início. Pretendemos reconstruir a trajetória a partir da década de 1960, época da “liberação sexual” na França e início da ditadura militar no Brasil.

Conforme Simões e Fachini (2009) três “ondas” impulsionaram os movimentos LGBT: a primeira, ao final do regime militar, pós 1978, com a “abertura política”; a segunda, a partir da redemocratização, nos anos oitenta e a mobilização em torno da Assembleia Constituinte; e a terceira, pós década de noventa, em que a parceria com o Estado consolida-se e dá impulso à multiplicação de grupos ativistas. No entanto, pensamos ser importante contextualizar um período anterior a essas datas.

Desde a década de 1900, havia discussões na Alemanha sobre a homossexualidade e suas implicações no tocante às questões biológicas e congênitas. Nos anos 1940, realizavam-se estudos sobre as heterossexualidades e homossexualidades, ilustradas nas pesquisas de Kinsey, mencionadas anteriormente. No Brasil, foi na década de 1960 que impera um questionamento entre as identidades femininas e masculinas, com artistas, como Caetano e o tropicalismo,<sup>28</sup> que abriu o cenário com sua música “É proibido proibir”, abrindo as portas para tantos outros grupos, como Secos e Molhados, de Ney Matogrosso, e Mutantes. Estes artistas desmoralizavam essa diferença e questionavam a apatia política das pessoas.

---

<sup>27</sup> Conforme Fry e MacRae (1985), o movimento teve início na década de 1960 com alguns artistas problematizando o feminino e o masculino, contudo Simões e Fachini (2009) dão como começo do movimento o final dos anos 1970 com o jornal “O Lâmpião”.

<sup>28</sup> O Tropicalismo foi um movimento de ruptura que sacudiu o ambiente da música popular e da cultura brasileira entre 1967 e 1968. Seus participantes formaram um grande coletivo, cujos destaques foram os cantores-compositores Caetano Veloso e Gilberto Gil, além das participações da cantora Gal Costa e do cantor-compositor Tom Zé, da banda Mutantes, e do maestro Rogério Duprat. A cantora Nara Leão e os letristas José Carlos Capinam e Torquato Neto completaram o grupo, que teve também o artista gráfico, compositor e poeta Rogério Duarte como um de seus principais mentores intelectuais. Ver mais em: <<http://tropicalia.com.br/identifisignificados/movimento>>.

Anterior à década de sessenta, o Brasil conheceu sanções contra relações sexuais entre adultos e menores de idade, que vigora até hoje, e agora mais ainda com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Há também sanções contra o uso de “trajes impróprios para disfarçar o sexo com intenção de enganar” (SIMÕES; FACHINI, 2009), que vigorou até a década de quarenta. É importante lembrar que a sodomia não constava no Código Penal brasileiro desde 1830.

Fry e MacRae (1985) trazem à tona o espetáculo teatral “Dzi Croquetes”, artistas vestidos de forma divertida, meio masculino, meio feminino, que não tecia críticas ao sistema econômico militar do A-I 5, mas questionava as bases sagradas da vida cotidiana. Suas apresentações eram desmoralizantes, misturando elementos socialmente femininos e masculinos, como sutiãs e peitos peludos, meias de futebol e salto alto, entre outros. Nesse período experimentavam-se novas formas de consciência, talvez propiciadas pelo uso de entorpecentes, e colocava-se em questão a moral sexual. Essa onda crescente de questionamentos de diversos segmentos sociais culminou em 1978 quando do abrandamento da censura, surgindo “Colunas do Meio”, de Celso Curi, no Jornal “Última Hora”, em São Paulo, e, no Rio de Janeiro, o jornal O Lampião, editado por jornalistas, artistas e intelectuais homossexuais.

No início, o movimento homossexual forjava-se em outros movimentos sociais, como movimento dos negros, das feministas, movimentos ecológicos e indígenas, o que não surtiu efeito, mas fortaleceu as publicações d’O Lampião, resultando em um inquérito policial contra esse jornal, em 1979 (FRY; MACRAE, 1985). Após muitos encontros da equipe do jornal O Lampião, foi fundado em 79 o Grupo SOMOS, de afirmação sexual, cujo início foi marcado por uma apresentação pública em um evento da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Esse marco foi essencial para os debates subsequentes sobre a homossexualidade no País e para a formação de outros grupos na mesma luta. De imediato, surgiram o grupo Eros e o grupo Libertos, em Garulhos, e o Grupo do Chá. Além desses, podemos citar Beijo Livre, de Brasília – DF, o Grupo 3.º Ato, de Belo Horizonte – MG, o Grupo de Afirmação Gay e AUÊ, do Rio de Janeiro – RJ.

Na trajetória histórica dos movimentos sociais LGBT no Brasil, muitas foram as formas pelas quais os homossexuais identificavam-se entre si, e, por vezes, a sociedade os identifica até hoje. Em um primeiro momento, incorporaram-se, em certa medida, os princípios hierarquizantes do gênero, dividindo os homossexuais em passivos e ativos. Como essa nomeação trazia um quê de estigma, a partir dos defensores aos direitos homossexuais, formaram-se novas categorias de identidade sexual, saindo dos modelos “bicha, bofe,

sapatão” para “entendido, entendida, *gay* e lésbica”, clarificando de que é a orientação do desejo que importa para nomear os parceiros de uma relação homossexual, e não mais os papéis sociais relativos a masculino/feminino, nem atividade/passividade sexual, ou seja, designavam essas pessoas que se relacionam sexualmente com outras do mesmo sexo, independentemente de serem mais afeminadas ou masculinizadas, passivas ou ativas.

Na década de 1970, o grupo SOMOS, no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, era integrado somente por homens. Mais tarde, houve a inclusão de mulheres que, mesmo inclusas no SOMOS, organizaram um grupo distinto chamado Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), a partir de 1981 (SIMÕES; FACCHINI 2009). O SOMOS organizou dois encontros com esses grupos com a intencionalidade de reivindicar a inclusão pela proteção de direitos relacionados à “opção sexual” na Constituição Federal. Entre suas exigências estava a retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças, em que constava como “transtorno sexual” no item doenças mentais, promoção da legalização jurídica dos grupos e denúncia da discriminação contra homossexuais por parte de empregadores e agentes policiais. Esses encontros ocorreram em 1980, sendo o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBH). Eles contaram com a presença de simpatizantes de partidos como PC do B, PT e PCB.

Para Fry e MacRae (1985), o SOMOS representava um importante papel da contracultura e do espírito contestatório dos movimentos da época, produzindo um discurso de transformação ampla, compreendendo a homossexualidade como estratégia de mudança cultural. Contudo, a luta pela diferença marca as cisões nos grupos e o aparecimento de novos grupos. No exemplo do SOMOS, houve a separação do grupo já existente GALF em busca de direitos mais específicos as lésbicas feministas como elas mesmas denominam-se, visto que elas não mais se representavam e, tampouco, se localizavam no grupo.

Problematizamos aqui o ser lésbica e ser lésbica feminista como sinônimos, o que não o é. Não podemos dizer que todos os grupos lésbicos são feministas, ou o contrário, cada grupo identifica-se como queira. Para MacRae (1990, p. 267) “lesbianismo deveria ser encarado como uma questão de identidade social e política e não como simples prática sexual”, assim também o é para Oschy,<sup>29</sup> para quem o lesbianismo não é uma identidade, uma orientação ou uma opção sexual, mas uma posição política.

---

<sup>29</sup> **Rosa Inés Curiel Pichardo (Oschy)** nasceu na República Dominicana. É cantora e uma importante ativista do movimento lésbico feminista. Desde a década de 1980, Oschy trabalha pelos movimentos populares através do Centro Dominicano de Estudos da Educação, em Santo Domingo. Ajudou a fundar do *Ce-mujer*, uma organização não governamental de mulheres, trabalhando no departamento de assessoria comunitária. Mais

Conforme Oschy (2005, p. 2):

[...] o lesbianismo feminista parte de um conceito-chave: a heterossexualidade como norma obrigatória e como uma instituição política que diminui a autonomia das mulheres. Isso supõe entender a heterossexualidade não como prática sexual, mas como um sistema político que implica na exploração das mulheres nos planos sexual, emocional, material e simbólico. Essa exploração tem sido respaldada pelas leis, pela religião, pelas imagens midiáticas, enfim, por tudo.

As lésbicas, as mulheres e a humanidade devem ter uma visão integral da realidade, pois o movimento deve afetar as políticas neoliberais, a guerra, o militarismo, o racismo, os fundamentalismos na vida das mulheres, isto é, como se manifesta realmente o patriarcado em todas as suas formas atuais. Nossas propostas políticas não se diluem em temas como a identidade, pois consideram tanto nossas vidas privadas como públicas, além de nossas subjetividades macroestruturais. É uma proposta que precisa transformar-se em um projeto que transpasse fronteiras, descolonizador de nossas vidas. Essa, para mim, é a proposta do lesbianismo feminista.

Por isso Oschy (2005) defende que toda lésbica deva ser feminista, mas muitas vezes não o é, devido à dificuldade de defender tal posição política.

Foi a entrada do gênero como perspectiva política, pois isso fez perder a radicalidade feminista e, unida a este tema, a inviabilização das lésbicas que se reconhecem como parte do movimento GLBT, um movimento de discurso tolerante, mas sem projetos políticos, que, para mim, é um movimento misógino e antifeminista (OSCHY, 2005, p. 2).

Ademais Oschy (2005), afirma ainda que a força política das lésbicas feministas é evidenciar a heterossexualidade como sistema político, opressor em relação às mulheres e à potencialidade do lesbianismo para nossa liberdade e autonomia.

Mesmo com o crescente aumento das entidades voltadas ao público homossexual nos anos 1970, Simões e Facchini (2009) pontuam a diminuição destas na década de oitenta devido à epidemia que perseguia os homossexuais — o HIV e a AIDS — e ao encerramento do jornal O Lampião que mantinha acesa a discussão de grupos ativistas distantes do eixo Rio-São Paulo. Além disso, grande parte dessas entidades voltou-se para a discussão da

---

tarde, na década de 1990, Ochy passa a fazer parte da diretoria da Casa pela Identidade das Mulheres Afro, uma organização feminista na luta contra o racismo e o sexismo. Ochy também fez parte da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas. Tem sido organizadora de dois importantes encontros continentais: o Encontro de Mulheres Negras e o Encontro Feminista da América Latina e Caribe. Ver mais em: <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=8717](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=8717)>.

epidemia em detrimento de outros direitos. No início dos anos 1980, surgiram o Grupo Gay da Bahia (GGB), o Grupo de Atuação Sexual (GATHO), de Recife e Olinda, e, na segunda metade dessa década, formaram-se o grupo Triângulo Rosa e o Atobá, ambos no Rio de Janeiro.

No II EGHO, realizado em Salvador, na segunda metade de oitenta, prevaleceu a participação de grupos do nordeste, devido à diminuição dos grupos do eixo Rio-São Paulo.

Os movimentos sociais nesta década dissolveram-se também por outros dois agravantes: a falta completa de recursos e os conflitos internos, tanto políticos quanto amorosos. Muitos dos grupos mantinham-se economicamente com a contribuição de seus membros, que financiavam os materiais de divulgação, os de uso contínuo e pedagógico, o pagamento de aluguéis, entre outros. Por falta desses recursos e com a dificuldade de agregar outros integrantes, houve diversas dissoluções. Ademais, eram constituídos, principalmente de grupos lésbicos, de casais, estes, com o fim dos relacionamentos, causavam crises nos grupos.

A pesquisadora Gláucia Almeida observou uma característica marcante de muitos grupos, principalmente lésbicos, em sua pesquisa para a tese de doutorado intitulada “Da Invisibilidade à Vulnerabilidade: Percursos do “Corpo Lésbico” na Cena Brasileira Face à Possibilidade de Infecção por DST e AIDS”. Segundo a autora, os grupos lésbicos tinham sua origem através de um “casal fundador”:

Uma vez que a relação afetiva/sexual se esgota (o que ocorre algumas vezes com rupturas violentas), o grupo se dissolve ou é fragilizado pela permanência de apenas uma das integrantes do casal, que nem sempre está preparada ou encontra condições para manter o grupo ativo (ALMEIDA, 2005, p. 103).

Mesmo com tal diminuição, ao final dos anos oitenta e início dos anos noventa, as lutas culturais pelos direitos às diferenças impulsionam uma militância mais preocupada com aspectos formais de organização institucional, voltando-se para a garantia de direitos civis e contra a discriminação e a violência aos homossexuais. Nesse contexto, o Brasil encontrava-se em ampla retomada das suas questões políticas e, principalmente, com uma gama de entidades relacionadas ao terceiro setor, formalizando-se e atuando nas questões sociais.

Apesar do Grupo Gay da Bahia, desde 1983, ser considerado uma instituição sem fins lucrativos formalizada, seguida pelo Triângulo Rosa que se tornou formalizada em 1985, foi

somente no início dos anos 1990 que os movimentos sociais perceberam as mudanças do contexto quanto à obtenção e manutenção de recursos via agenciamento, via projetos sociais.

Mesmo na lógica da institucionalidade, os movimentos não perdiam sua essência, na luta por diversas demandas relacionadas ao seu cotidiano. Grande parte dos ativistas apresentava identidade definida e aceitação da sua sexualidade, e dava-se mais ênfase aos aspectos mais positivos e legítimos da homossexualidade. Devido a essa discussão de autoafirmação, alguns conceitos foram questionados, ou repensados, como o entendimento pela “orientação sexual” e não mais pela “opção sexual”.

Conforme Simões e Facchini (2009):

[...] se usava opção para ressaltar que a homossexualidade era uma prática que todo mundo faz, uma experiência que poderia ser assumida de forma mais ou menos aberta como uma “transa sexual”, legítima por qualquer pessoa. Opção se opunha a anormalidade e se ligava a atitude de rejeição as categorias classificatórias tidas como estigmatizantes, no sentido de enfatizar que “a vida social, não sexual” de quem tinha práticas homossexuais, era “igual à de todo o mundo (p. 126).

A “orientação sexual” parecia conferir concretude e legitimidade à experiência da homossexualidade, sem discussão profunda para explicar sua origem ou a motivação.

Como mencionado, em meio a todas as discussões da nova efervescência dos movimentos LGBT, estava a epidemia da AIDS, atingindo na década de 1980, prioritariamente os homossexuais, vítimas de discriminações, tendo sua imagem carregada pela marca da promiscuidade e da marginalidade, ainda na visão da doença. Como forma de resistência a tudo isso, os grupos remanescentes da primeira onda, organizaram o III e o IV Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais, que ocorreram em 1989, com cinco grupos em Aracaju, e em 1990, com seis grupos no Rio de Janeiro, respectivamente.

Nesses encontros, os temas pertinentes estavam relacionados com a legalização do casamento *gay*, com a luta por um tratamento positivo da homossexualidade, com a denúncia da violência contra homossexuais, com a discriminação religiosa e, obviamente, com a AIDS.

No decorrer das diversas discussões acerca da AIDS, ainda na década de 1980, houve uma inusitada aproximação do público LGBT com as autoridades médicas e, nessa movimentação acerca da doença, surgiu, em 1985, o Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS

(GAPA) em São Paulo.<sup>30</sup> Esse programa tornou-se um referencial importante de orientação não discriminatória dos direitos dos homossexuais, estimulando o aparecimento de outros grupos, mas somente em 1988, consolidou-se um Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS), dentro do Ministério da Saúde.

O envolvimento do País na luta contra a AIDS, pensando estratégias de atuação para redução de danos dos grupos de risco, que incluíam os homossexuais, promoveu reversão no contexto social, haja vista que, nessa época, formavam-se muitas organizações não governamentais de combate e orientação acerca da doença. Houve a injeção de recursos internacionais nessas entidades, que se utilizaram desses recursos para promover campanhas, pesquisas, interlocuções com a sociedade civil, que acabou por engajar-se nessa luta. Essa conjuntura favoreceu o reflorescimento do movimento LGBT, pois, além de aglomerar homossexuais em busca de informação e prevenção acerca da AIDS, possibilitou infraestrutura para novas mobilizações sociais, por intermédio de projetos de captação de recursos relacionados ao HIV-AIDS.

Parece difícil admitir, mas a epidemia foi também propulsora, em alguns momentos, do movimento LGBT. A AIDS atingiu milhares de pessoas, não somente do grupo de risco (homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis), mas outras pessoas em diversos estados. A AIDS não escolhia cara, nem classe social, e, nessa onda de epidemia, o Brasil conheceu também pessoas famosas atingidas pela doença, como os cantores Cazusa e Renato Russo, ambos mortos pela AIDS na década de 1990. Ambos declaravam-se vítimas da doença e homossexuais, valorizando em seus gestos, conforme Simões e Facchini (2009, p. 137), “que uma atitude de orgulho e de assumir-se publicamente estava de volta.”. Orgulho esse estampado nas páginas da revista *Sui Generis*, em 1995, com textos voltados a elevar a estima de *gays* e lésbicas. Esse era o formato dos anos noventa: a identificação GLS (*Gays*, Lésbicas e Simpatizantes), o orgulho homossexual, o aprofundamento e frequência dos encontros brasileiros, que ocorreram anualmente até 1993, e depois com intervalos de dois anos. O encontro de 1993, sob o título Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, contabilizou a participação de 21 grupos; em 1995, intitulado Encontro Brasileiro de *Gays* e Lésbicas, 84 grupos; e o último encontro dessa década em 1997, 52 grupos, mas agora com o título de Encontro Brasileiro de *Gays*, Lésbicas e Travestis.

---

<sup>30</sup> O GAPA/RS é uma organização não governamental, fundada em 1989, que atua na promoção da redução do número de pessoas infectadas pelo HIV por meio de programas de prevenção, lutando pela garantia dos direitos das pessoas atingidas pela epidemia da AIDS.



EVENTO	ANO	PARTICIPANTES
1.º Encontro Brasileiro de Homossexuais	1980	-----
1.º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados	1980	-----
2.º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados	1984	5 grupos
3.º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados	1989	6 grupos
4.º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados	1990	6 grupos
5.º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados	1991	6 grupos
6.º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados	1992	11 grupos
7.º Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais	1993	21 grupos
8.º Encontro Brasileiro de <i>Gays</i> e Lésbicas	1995	84 grupos
9.º Encontro Brasileiro de <i>Gays</i> , Lésbicas e Travestis	1997	52 grupos
10.º Encontro Brasileiro de <i>Gays</i> , Lésbicas e Travestis	2001	40 grupos
11.º Encontro Brasileiro de <i>Gays</i> , Lésbicas e Transgêneros	2004	-----
12.º Encontro Brasileiro de <i>Gays</i> , Lésbicas e Transgêneros	2005	-----
13.º Encontro Brasileiro de Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais e Travestis e Transexuais	2008	
1.ª Conferência Nacional GLBT	2008	1.300 participantes
14.º Encontro Brasileiro de Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais e Travestis e Transexuais	2010	
2.ª Conferência Nacional LGBT	2011	Por ocorrer

**Quadro 1 – Quadro demonstrativo dos eventos ocorridos.**

Fonte: Elaborado pela autora.

A década de 1990 foi marcada pela proliferação de encontros e de grupos articulados com o movimento nacional, entre eles podemos citar a Rede de Informação Um Outro Olhar, formalizada, o NUANCES, em Porto Alegre, Dignidade, em Curitiba, Arco-íris, no Rio de Janeiro, Estruturação, em Brasília, a Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas e Travestis (ABGLT), o Grupo Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor (CORSA), em São Paulo, a Associação da Parada do Orgulho GLBT (APOLBT), a implantação do Projeto SOMOS nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Grande parte desses é formalizada como entidades sem fins lucrativos, as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs). Esse era o formato possível para o agenciamento de recursos público-privado, reforçando e ampliando as relações dessas entidades com o Estado e redirecionando o mercado para o público homossexual, quanto à diversão, ao



turismo, ao vestuário, entre outros, haja vista que, nessa década, ocorreu três Paradas do Orgulho *Gay* somente em São Paulo, as quais movimentaram mais de cem mil pessoas. Na metade da década de 1990, os homossexuais compunham os quadros de militância do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Socialista dos Trabalhadores Urbanos (PSTU), parceria que resultou em projeto de lei sobre a união civil apresentado em 1995.

É possível perceber que toda a movimentação LGBT desde a década de setenta colheu frutos principalmente nos anos 2000. Com a criação e implementação de planos, programas e projetos voltados ao público LGBT, foram feitas diversas iniciativas de produzir legislações estaduais e municipais de criminalização e penalidades contra a discriminação em relação a homossexuais, e houve um aumento significativo de pesquisas, publicações e eventos discutindo, disseminando, desmistificando e norteando sobre a orientação sexual e os direitos relacionados à diversidade.

Em continuidade à década de 1990, nos anos 2000, ocorreram mais três Encontros Brasileiros de *Gays* e *Lésbicas*. No último, em 2005, houve a inclusão da letra “B” de Bissexual, e o “T” de Transgêneros desdobrou-se para Travestis e Transexuais. Além disso, ocorreram diversas Paradas do Orgulho *Gay*, anuais, espalhadas pelo Brasil em várias cidades do País, que reúnem atualmente, somente na cidade de São Paulo, mais de 3 milhões de pessoas.

Após 2005, não mais ocorreram encontros brasileiros, mas, em 2008, ocorreu a I Conferência Nacional, ainda com a nomenclatura GLBT e, em 2011, deve ocorrer a II Conferência Nacional, já utilizando a nova nomenclatura — LGBT, reforçando a visibilidade para *Lésbica*. Essa mudança deve gerar:

[...] enfrentamento crítico da ação do próprio movimento de mulheres *lésbicas* e bissexuais para contribuir para o crescimento quantitativo e qualitativo deste braço do movimento LGBT, para que nele ocorra de fato maior diversidade interna e maior eficácia política, se traduzindo cada vez mais, em algo menos simbólico e mais efetivo do que apenas a inversão das letras da sigla (ALMEIDA *apud* POCAHY, 2010, p. 99).

Nesta década, novos grupos surgiram no Brasil, entre eles, Associação de Empresários Gays de São Paulo (AEG), a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), a Liga Brasileira de *Lésbicas* (LBL), em diversas regiões, incluindo a região Sul, a Associação Brasileira de *Lésbicas* (ABL), formaram-se o Coletivo Nacional Transexual (CNT), o Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) e a Rede Afro-LGBT.

Como no restante do País, a cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, assistiu ao surgimento e algumas conquistas dos movimentos sociais LGBT na busca incessante por direitos e reconhecimento social. Contudo, a movimentação social assistida em Porto Alegre não ocorreu concomitante com o centro do País. Enquanto o eixo Rio-São Paulo organizava grandes eventos e discussões e originava-se o movimento no nordeste, Porto Alegre ainda ensaiava a sua luta.

Foi somente ao final da década de oitenta que, em Porto Alegre, surgem os primeiros frutos de uma movimentação social. Em 1987, houve a expansão do Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS (GAPA), e um dos locais escolhidos foi o município devido a sua demanda na discussão, no combate e na orientação acerca da doença, ainda pouco conhecida na década de oitenta. No mesmo ano, realiza-se em Porto Alegre, o segundo encontro Nacional de ONGs/AIDS, tendo sido o primeiro em Belo Horizonte, no mês de junho.

Por outro lado, apesar de tardia, foi contundente a luta dos movimentos sociais LGBT, tornando o Rio Grande do Sul e Porto Alegre pioneiros em diversas decisões judiciais. A epidemia da AIDS foi propulsora da busca por direitos LGBT, não somente para afirmar direitos ou colocar os homossexuais na pauta da epidemia, mas para problematizar a questão com a sociedade, esclarecendo e informando sobre a doença, desmistificando e retirando o estigma de promiscuidade dos homossexuais, ademais deu visibilidade ao público LGBT, oportunizando o seu próprio esclarecimento e aceitação.

Como resultado desta visibilidade e busca por transformação e resistência ao sistema cultural imposto, em 1991 funda-se o primeiro grupo LGBT de Porto Alegre, o NUANCES, formalizado e formado principalmente por homens.

Em toda a década de 1990, esse primeiro grupo, além do GAPA/RS, foi o único grupo que levantava a bandeira LGBT, promovendo diversas ações e manifestações na rua, em lugares estratégicos de Porto Alegre, como o bairro Cidade Baixa, na altura do centro comercial Olaria, onde se concentram diversos bares, espaço em que se configuraram diversos conflitos do público dito heterossexual com os homossexuais, palco de efervescência noturna da cidade; na José Bonifácio, em frente ao Parque da Redenção, onde muitos garotos de programa efetuavam programas; e em bares GLS, como o Ocidente.

Além desses espaços, o primeiro grupo LGBT atuava na agregação do público homossexual, para que se encontrassem, reconhecessem-se e discutissem sobre suas condições, sua sexualidade, sua afetividade e seu cotidiano. O grupo sempre foi aberto para novos integrantes, e sua principal estratégia de agregação era sua possibilidade de

atendimento jurídico, pois com frequência ocorriam situações de agressão contra homossexuais. Além disso, o público utilizava-se desse espaço como fonte também de informação sobre seus direitos.

Assim como o SOMOS de São Paulo, esse primeiro grupo de Porto Alegre também não conseguiu abarcar e manter o grupo feminista que ali se formava. Por não conseguir comportar as necessidades e anseios destas mulheres, foi fundado então o SAFOS, grupo de mulheres feministas homossexuais.

Conforme informante do SAFOS, o grupo a que as mulheres estavam integradas discutia questões mais políticas, de estratégias, de diversidade sexual, enquanto o SAFOS, desejava discutir o cotidiano, as relações afetivas e os direitos relacionados à família.

No ano de 1994, o NUANCES conquistou, na regulamentação do artigo 150, da Lei Orgânica de Porto Alegre, a inclusão da não discriminação por orientação sexual, o que garante formalmente a livre expressão da diversidade afetiva em lugares públicos e privados.

Art. 150 – Sofrerão penalidades de multa até a cassação do alvará de instalação e funcionamento os estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas que, no território do Município, pratiquem ato de discriminação racial; de gênero; por orientação sexual, étnica ou religiosa; em razão de nascimento; de idade; de estado civil; de trabalho rural ou urbano; de filosofia ou convicção política; de deficiência física, imunológica, sensorial ou mental; de cumprimento de pena; cor ou em razão de qualquer particularidade ou condição.

· *Artigo com redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 08, de 26 de outubro de 1994, que revogou a Emenda à Lei Orgânica nº 05, de 08 de dezembro de 1993.*

· *Artigo regulamentado pela Lei Complementar nº 350/95, regulamentada pelos Decretos nºs 11411/96 e 11857/97.<sup>31</sup>*

A partir das manifestações e a discussão da homossexualidade e AIDS em pauta, no Município e no País, no ano de 1996, conforme Simões e Facchini (2009), foi proferida sentença favorável à inscrição de companheiro homossexual como dependente de plano de saúde, pelo Juiz Federal Roger Raupp Rios, de Porto Alegre. No ano seguinte, o NUANCES e outros parceiros realizaram a primeira Parada Livre do Município, a qual ocorreu subsequentemente nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001, somente organizadas por eles.

No ano de 2000, houve nova conquista da luta até então norteadada pelo NUANCES, o grupo conseguiu por intermédio da denúncia ao Ministério Público Federal, contra o INSS, a equiparação de direitos previdenciários para homossexuais e heterossexuais. Essa foi uma

---

<sup>31</sup> Disponível em: <[http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/lei\\_org/LEI%20ORG%C3%82NICA.html](http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/lei_org/LEI%20ORG%C3%82NICA.html)>.

decisão pioneira no Brasil, além da promulgação da Lei Estadual n.º 11.872, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e dá outras providências.

Art. 1.º – O Estado do Rio Grande do Sul, por sua administração direta e indireta, reconhece o respeito à igual dignidade da pessoa humana de todos os seus cidadãos, devendo, para tanto, promover sua integração e reprimir os atos atentatórios a esta dignidade, especialmente toda forma de discriminação fundada na orientação, práticas, manifestação, identidade, preferências sexuais, exercidas dentro dos limites da liberdade de cada um e sem prejuízos a terceiros.

§ 1.º – Estão abrangidos nos efeitos protetivos desta Lei todas as pessoas, naturais e jurídicas, que sofrerem qualquer medida discriminatória em virtude de sua ligação, pública ou privada, com integrantes de grupos discriminados, suas organizações ou órgãos encarregados do desenvolvimento das políticas promotoras dos direitos humanos.

§ 2.º – Equiparam-se aos órgãos e organizações acima referidos a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, e sem personalidade jurídica, que colabore, de qualquer forma, na promoção dos direitos humanos.

§ 3.º – Sujeitam-se a esta Lei todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que mantêm relação com a Administração Pública Estadual, direta ou indireta, abrangendo situações tais como relação jurídica funcional, convênios, acordos, parcerias, empresas e pessoas contratadas pela Administração e o exercício de atividade econômica ou profissional sujeita à fiscalização estadual.

§ 4.º – Possuindo as ofensas mais de um autor, todos responderão solidariamente, seja pela reparação dos danos, seja pelo dever de evitar sua propagação ou continuidade.

§ 5.º – A proteção prevista nesta Lei alcança não somente ofensas individuais, como também ofensas coletivas e difusas, ensejadoras de danos morais coletivos e difusos.

§ 6.º – A Administração Pública Estadual, direta e indireta, promoverá, dentre seus servidores e empregados, educação para os direitos humanos, enfatizando as situações abrangidas nesta Lei.

Art. 2.º – Consideram-se atos atentatórios à dignidade humana e discriminatórios, relativos às situações mencionadas no art. 1º, dentre outros:

I – a prática de qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II – proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;

III – praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV – preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;

V – preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

VI – praticar o empregador, ou seu preposto, atos de demissão direta ou indireta, em função da orientação sexual do empregado;

VII – a restrição à expressão e à manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público, em virtude das características previstas no art. 1º;

VIII – proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos; e

IX – preterir, prejudicar, retardar ou excluir, em qualquer sistema de seleção, recrutamento ou promoção funcional ou profissional, desenvolvido no interior da Administração Pública Estadual direta ou indireta.

Parágrafo único – A recusa de emprego, impedimento de acesso a cargo público, promoção, treinamento, crédito, recusa de fornecimento de bens e serviços ofertados publicamente, e de qualquer outro direito ou benefício legal ou contratual ou a demissão, exclusão, destituição ou exoneração fundados em motivação discriminatória.<sup>32</sup>

Em 2001 surge um novo movimento no cenário porto-alegrense, o grupo SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade, que apresenta como proposta trabalhar com o público LGBT no tocante à saúde, à comunicação e à sexualidade. Em 2002, a 3.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, na pessoa da Juíza Simone Barbisan Fortes, defere a Ação Civil Pública impetrada pela Procuradoria da República do Estado, que obriga o INSS a considerar o(a) companheiro(a) como dependente no caso de pagamento de auxílio-reclusão e pensão por morte. O interessante é que a decisão é válida para todo o País.

Ainda em 2002 e, após, em 2003, ocorrem a 6.<sup>a</sup> e a 7.<sup>a</sup> Paradas Livres de Porto Alegre, envolvendo os dois movimentos citados e outros parceiros. No ano de 2003, surge na capital gaúcha a Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul, com atuação junto ao público lésbico. A LBL, em 2004, também foi parceira na organização da 8.<sup>a</sup> Parada Livre da cidade. Cabe informar que outros municípios, a partir dos anos 2000, também organizaram-se com seus movimentos e promoveram dentre outras ações, suas paradas livres, quais sejam, Pelotas, Uruguaiana, Esteio, São Leopoldo, Alvorada, Viamão, Caxias, Santa Maria, Gravataí, Sapucaia, Novo Hamburgo e Canoas.

Em plena movimentação, mais uma vez o Rio Grande do Sul antecede uma decisão judicial. No ano de 2004, com o provimento da Corregedoria Geral de Justiça do Estado, é permitida a duas pessoas do mesmo sexo que tenham uma relação estável e duradoura e possam registrar em Cartórios de Notas documentos que confirmem sua “união e comunhão afetiva” (SIMÕES *apud* FACCHINI, 2009, p. 169).

Pensava-se que o movimento no Município ia prosperar, mas, em 2005, os conflitos entre os grupos culminaram em uma separação, inclusive afetando suas ações conjuntas, entre o primeiro movimento e o segundo movimento.

---

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/m010/M0100017.asp?txtNumDocs=10>>.

[...] os militantes do movimento A entendem que a razão dos rachas está relacionada às diferentes formas de se fazer política. É a estratégia de fazer política. Assim traçam uma linha muito clara que divide a ação do movimento “A” dos demais movimentos. Para o movimento “A” o movimento homossexual acaba por reproduzir a velha lógica dos partidos políticos, dos sindicatos, do movimento estudantil, isto é, institui relações de poder autoritárias, tráfico de influências (PASSAMANI, 2008, p. 102-103).

Esse conflito resultou na realização de duas Paradas Livres em Porto Alegre, no ano 2005. Ambas tiveram participação em massa, mas com muitas questões não respondidas para o público. Somente em 2008, os movimentos voltaram a realizar conjuntamente a Parada Livre do Município.

No ano de 2005, a Parada Livre de Porto Alegre foi realizada pela prefeitura municipal e o NUANCES, e, na semana seguinte, foi realizada a Parada do Orgulho GLBT, pelos demais grupos. Conforme Rodrigues (2006, p. 6), a coordenação do NUANCES entendia que as duas paradas eram resultado de “uma tentativa de monopolização da causa por interesses políticos de capitalização da imagem pública por parte de alguns políticos”, para Rodrigues esta cisão deu-se por diversos fatores:

A controvérsia da parada começou logo depois que o Ministério da Cultura, em âmbito federal na gestão do PT, ter selecionado o grupo SOMOS – COMUNICAÇÃO, SAÚDE E SEXUALIDADE para receber verbas da administração federal, do Ministério da Cultura, para projetos e para a Parada. O NUANCES contestou juridicamente, mas seu pedido foi indeferido. Essa situação caracterizaria o fim da organização a Parada Livre pelo NUANCES, contudo, uma decisão da Prefeitura de Porto Alegre não mais sob gestão do PT, definiu o espaço de verbas para o NUANCES, sem abertura de licitação para grupos de minorias sexuais (RODRIGUES, 2006, p. 6).

De um lado os outros movimentos contestam a hegemonia do NUNACES frente ao movimento homossexual de Porto Alegre. De outro, o NUANCES afirma que há interferência política na Parada, mas, ao mesmo tempo, utiliza-se da parceria e de verbas municipais para a realização da Parada Livre em 2005.

Dois dos movimentos principais de Porto Alegre estavam em conflito devido às bandeiras defendidas e os diferentes entendimentos em relação a elas, mas, ainda sim, o movimento no Estado e no Município estava vivo. Tanto o é, que, no ano de 2006, foi deferido por um juiz de direito, em Bagé, que um casal de mulheres registrasse seus nomes em uma criança adotada por elas.

No ano 2007, teve início I Marcha Lésbica de Porto Alegre, organizada pelo movimento de lésbicas e outros parceiros. Ao final do mesmo ano, Porto Alegre conheceu nova decisão judicial, dessa vez proferida pelo Ministério Público Federal, arquitetada pelo Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região, no Estado. Com ela, era concedida a garantia do direito de transexuais de todo o País à realização de cirurgia de transgenitalização pelo SUS. Atualmente em Porto Alegre, conforme Marcele Malta, presidente da Igualdade, associação de travestis e transexuais do Estado, em entrevista ao jornal Correio do Povo (a. 116, n. 54. Porto Alegre, terça-feira, 23 de novembro de 2010, p. 3):

Há 300 pessoas aguardando em lista de espera para transformação do masculino para o feminino e quatro do feminino para o masculino e mais de 150 operações já realizadas pelo SUS, nos procedimentos de transgenitalização do feminino para o masculino, está inclusive assegurada a remoção das mamas e do aparelho reprodutor. “Também estamos empenhados para ampliar as adoções legais no país”.

De 2007 até a atualidade, Porto Alegre participou de outras Paradas Livres, das marchas lésbicas, estaduais e municipais, das jornadas lésbicas, dos diversos seminários e eventos realizados sobre o tema da homossexualidade. O Rio Grande do Sul é pioneiro em diversas jurisprudências quanto aos direitos dos homossexuais. Entre as figuras que se destacam nessas decisões, além das pessoas já citadas, podemos mencionar o desembargador Rui Porta Nova, que dá apoio aberto aos homossexuais, e Maria Berenice Dias, desembargadora aposentada, que deferiu algumas jurisprudências do direito homoafetivo e transexualidade.<sup>33</sup>

Em 2008, a Parada Livre, em sua décima segunda edição, volta a ocorrer em uma única edição. Os movimentos unem-se e realizam a ação. Conforme Gustavo Bernardes, na época, coordenador geral do SOMOS:

a reunificação do movimento era importante para toda a comunidade LGBT que perderia força se a divisão continuasse e seria maior prejudicada. Era preciso voltar a unidade e Célio Coordenador do NUANCES "Com a volta de uma só data e uma só marca, dávamos um passo em direção ao amadurecimento do movimento.

Como percebemos, o movimento social LGBT em Porto Alegre veio fortalecendo-se nos anos 2000, buscando, em diversas frentes, conquistar direitos no Município e no Estado.

---

<sup>33</sup> Ver mais em: <<http://www.mariaberenice.com.br/pt/jurisprudencia.dept>>.

Essas movimentações já apresentam frutos, no entanto se faz necessário aprofundar o nosso conhecimento sobre esses movimentos aqui citados, — o NUANCES, o SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade e a LBL — para compreender, nas minúcias do seu cotidiano, como têm contribuído para uma mudança cultural no município citado.



#### 4 A AÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL LGBT DE PORTO ALEGRE COMO INSTRUMENTO DA MUDANÇA DE CULTURA

Ao longo deste estudo, percebemos que os movimentos sociais, independentemente do segmento que defendem, contribuem significativamente para uma mudança cultural,<sup>34</sup> seja por meio da normatização para o reconhecimento social, seja pelo reconhecimento para a normatização. Isso não exclui as contribuições para o processo de aceitação e busca por direito das situações de fato da vida cotidiana.

Este capítulo pretende, a partir dos dados coletados, apresentar o movimento LGBT de Porto Alegre, sua trajetória e suas conquistas, analisando se esses movimentos contribuem para uma mudança de cultura relacionada com o universo homossexual, principalmente no que tange à homoafetividade. Partimos de uma primeira etapa em que procuramos, junto aos movimentos, revelar sua compreensão em relação a cinco questões que os envolvem, quais sejam: (a) movimento social, (b) homoafetividade, (c) homossexualidade, (d) direitos humanos e (e) cultura de Porto Alegre. Depois disso, tentamos buscar, junto aos mesmos movimentos, documentos, matérias, jornais, *sites*, entre outros materiais que demonstrem a comunicação do movimento com a comunidade em que atua. Também analisamos alguns dos discursos dos movimentos através da fala de seus dirigentes.

Para o objetivo central deste estudo, apresentamos três eixos: (a) ações dos movimentos sociais LGBTs, que estão direta ou indiretamente relacionadas à homoafetividade; (b) objetivos e abrangência dessas ações; (c) de que maneira as mesmas podem possivelmente contribuir para uma mudança de cultura, no tocante a homoafetividade. No final, como estratégia do estudo comparativo, faremos uma análise dos três movimentos.

No município de Porto Alegre, existem diversas manifestações e ações que acontecem durante o ano envolvendo os LGBT com o intuito de provocar uma mudança na mentalidade dos cidadãos quanto à temática, que são realizadas por diversos atores, quais sejam: o poder público, os movimentos LGBT e as universidades. Escolhemos três grupos LGBT que se destacam em suas ações, o NUANCES, o SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade, e a

---

<sup>34</sup> Conforme Raymond Williams (1992), por cultura entendemos “A convergência entre os sentidos antropológico e sociológico da cultura como ‘modo de vida global distinto, dentro do qual, percebe-se, hoje, um sistema de significações envolvido em todas as formas de atividade social e o sentido mais especializado de cultura como “atividades artísticas e intelectuais”” (p.13).

Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul (LBL/RS), os fatores que induziram à escolha destes movimentos foram:

- a) Num estudo exploratório preliminar, esses os movimentos foram identificados como os movimentos sociais LGBT que atuam mais fortemente, na realidade de Porto Alegre, em relação aos LGBT, dado esse que pretendemos demonstrar nesta parte do estudo.
- b) Os três grupos localizam-se no município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, cidade habitada por uma população plural, com diversidade cultural, de variadas influências religiosas e descendências étnicas.<sup>35</sup> A cidade é também palco da efervescência LGBT.
- c) Os grupos atuam na mesma temática, mas voltados a públicos diferenciados, no caso de *gays*, lésbicas, bissexuais e transexuais, transgêneros e travestis, possibilitando analisar comparativamente como atuam na realidade, em seu segmento para uma mudança de cultura. A Liga Brasileira de Lésbicas atua com as lésbicas, o NUANCES atua prioritariamente com o *gays*, mas abrange outros, e o SOMOS atua com todos os homossexuais.
- d) Dois movimentos possuem pessoa jurídica, ou seja, são constituídos legalmente, enquanto um terceiro estrutura-se em forma de rede, sem personalidade jurídica. Ademais são os movimentos com mais tempo no Município. Essa diversidade oportuniza a análise comparativa de suas de suas ações.

A seguir esses movimentos serão apresentados a partir de uma ordem com base na data de fundação: NUANCES fundado em 1991, o SOMOS, em 2001 e a LBL, em 2003.

---

<sup>35</sup> A cidade foi fundada em 1772 por casais portugueses açorianos. Ao longo dos séculos seguintes, acolheu imigrantes de todo mundo, em particular alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses e libaneses, entre católicos, judeus, protestantes e muçulmanos.

## 4.1 OS MOVIMENTOS...

### 4.1.1 NUANCES – Movimento pela Livre Expressão Sexual

Em meio à pandemia do HIV-AIDS, um grupo de jovens homossexuais, em sua maioria homens que atuavam junto ao movimento estudantil e participavam politicamente do Partido dos Trabalhadores, fundaram, em 1991, na Casa dos Estudantes Universitários da UFRGS, em Porto Alegre, o Movimento Homossexual Gaúcho (MHG). Contudo, por ser considerado um nome bastante forte e carregado por marcas, aparentemente divergentes — homossexual e gaúcho — haja vista que o termo gaúcho é carregado de um misto de virilidade e bravura, desconectado da luta pela diversidade. Por isso, ainda no mesmo ano, por consenso, o nome foi trocado para NUANCES, e se manteve até a atualidade. Assim, após denominar-se MHG, seu nome passou a ser NUANCES — Movimento pela Livre Orientação Sexual, e, atualmente, mudou mais uma vez, para NUANCES — Movimento pela Livre Expressão Sexual. O NUANCES é o movimento LGBT mais antigo de Porto Alegre e protagonista das discussões que levaram às conquistas pioneiras na capital sul-rio-grandense. Constituiu-se como organização sem fins lucrativos, como são as organizações ditas não governamentais. Conforme Tenório (2004, p. 18):

[...] as organizações não-governamentais são associações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que acolhem no seu interior especificidade que as diferenciam do Estado e de outras organizações e/ou instituições privadas. O movimento das ONGs é bastante heterogêneo, estando a sua criação relacionada com diferentes circunstâncias, refletindo diversas tradições e culturas.

Na década de 1990, quando da sua criação, o NUANCES criou as suas bases por intermédio da militância do GAPA/RS, entidade que atuava no combate, na discussão e na orientação sobre as DSTs e a AIDS no Município. Nessa época, o NUANCES forjava a sua luta nas ruas, por meio de manifestações públicas. Esse movimento identifica-se como um movimento de embate, de enfrentamento, meio anárquico, mas dentro da institucionalidade, conforme seu coordenador Célio, sobre o início do movimento:

[...] sabíamos que o processo que excluía estes sujeitos do direito a cidadania tinha e tem razões históricas. A história é algo vivo e passível de mudança, e depende do contexto e de seus atores políticos envolvidos. O primeiro passo foi se articular politicamente e propor o debate público, rompendo com a clandestinidade que o tema sempre foi tratado.

Em 1997, o NUANCES organizou a 1.<sup>a</sup> Parada Gay de Porto Alegre, reunindo cerca de cento e cinquenta pessoas, conforme, informações do jornal do movimento (4.<sup>a</sup> ed., 1999). Depois disso, ano a ano, foi contribuindo e organizando as outras paradas.

Atualmente o movimento não está executando projeto algum, devido à sua mudança de sede. Assim o NUANCES deixou o seu antigo local de atuação até o momento alugado e mudou-se para um espaço cedido pelo governo. Nesse espaço, outro grupos serão incluídos, mas não o LGBT. Por falta de recursos, o movimento encerra o seu *site*, mas mantém-se parceiro e organizador de ações com a temática LGBT, conforme afirma o seu coordenador, Célio.

O NUANCES é formado por algumas pessoas que atuam de maneira mais efetiva e de forma voluntária. Conforme Passamani (2008), em todos estes anos, o NUANCES passou por muitas fases e muitos conflitos internos que resultaram do desmembramento do grupo e na criação de novos grupos. Para Passamani (2008), o NUANCES entende que a razão dos conflitos e desmembramentos está relacionada com as diferentes formas de se fazer política, traçando uma linha muito clara que divide a ação do NUANCES e dos demais grupos, por vezes, induzindo o movimento homossexual a reproduzir a velha lógica dos partidos políticos, dos sindicatos e do movimento estudantil.

O NUANCES sempre demonstrou um perfil político muito forte, diferenciando-se da estratégia terapêutica proposta por alguns militantes, conforme a informante Denise Vargas, integrante do extinto grupo SAFOS. Parte desse grupo desejava discutir suas inquietações internas, mas o NUANCES pensava sempre em estratégias de militância política.

Conforme seus fundadores e dirigentes, o NUANCES busca polemizar, ir contra uma proposta de discurso vitimizador dos homossexuais. Esse movimento critica a heteronormatividade, e defende que todos tenham liberdade para viver sua sexualidade

#### 4.1.2 SOMOS — Comunicação, Saúde e Sexualidade

Esse movimento atua com comunicação, saúde e sexualidade LGBT. É uma organização da sociedade civil, criada em dezembro de 2001 por um grupo de profissionais de Direito, Comunicação e Saúde, oriundos de organizações de luta pelos Direitos Humanos (DH) de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais e de pessoas que vivem com HIV/AIDS. A missão do SOMOS — Comunicação, Saúde e Sexualidade, conforme seu material virtual, é trabalhar por uma cultura de respeito às sexualidades por meio da educação da sociedade e da afirmação de direitos. Tem como premissa que a ética do cuidado de si, a inovação, a inquietude, a criatividade, a transparência, a vontade de aprender, fazer e compartilhar são valores fundamentais. Além de sua diretoria, o SOMOS é composto por mais cinco núcleos cada um com sua equipe, quais sejam, o núcleo de cultura, comunicação, saúde e educação, financeiro e jurídico.

Assim como o NUANCES, o SOMOS nasce da militância da esquerda, mais precisamente do Partido dos Trabalhadores. Seus organizadores participavam também do NUANCES. Conforme seu dirigente, Luiz Zago, o SOMOS tenta uma intervenção mais dialógica sem muitas polêmicas e contestações, e evita a estratégia de enfrentamento como regra.

O SOMOS é associado à Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT), a qual entende como importante no processo de articulação e atuação em rede, mesmo que ela tenha uma estrutura organizacional hierárquica e vertical, não somente no papel, mas permeadas em suas relações.

O grupo SOMOS tem sua importância na história de Porto Alegre, na mobilização LGBT e na organização das Paradas LGBT, retirando o NUANCES de uma certa estabilidade.

Atualmente o grupo SOMOS — Comunicação, Saúde e Sexualidade mantém alguns projetos importantes como o “Qual é a sua?” e o **Mapeamento Cultural LGBT**, que é uma ação de pesquisa com o objetivo de identificar e registrar um panorama atual das manifestações artísticas ligadas à população de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil. O resultado do mapeamento irá promover um levantamento inédito sobre a diversidade de expressões e linguagens artísticas produtoras de significados para o segmento cultural LGBT.

O SOMOS utiliza-se de diversas ferramentas para contato com as pessoas que desejam acessar o movimento, como *Twitter*, *Orkut*, *Facebook*, entre outras; no seu *site* contém o endereço, mas não declina os telefones. Mesmo demonstrando livre acesso, o contato por *e-mail* não é eficaz em retornar contatos, apesar de ser uma organização pública. No entanto, após marcar uma entrevista o movimento mostra-se bastante disposto e acessível a esses contatos, disponibilizando materiais e convidando para os eventos.

#### **4.1.3 Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul (LBL/RS)**

Esse grupo foi criado e inspirado por mulheres lésbicas que, de acordo com suas militantes e conforme o vídeo da sua história, ousaram e ousam falar do amor entre mulheres e da lesbianidade como uma das formas de orientação, expressão e identidade sexual e, desta, como um direito sexual e, portanto, um direito humano. O movimento foi fundado, em janeiro de 2003, no III Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre, durante a realização do Planeta Arco-Íris, na Usina do Gasômetro. Na oportunidade, ocorria uma Oficina de Visibilidade Lésbica, com dezenas de mulheres lésbicas e bissexuais vindas de vários estados do Brasil, com a presença de companheiras de outras partes do Mundo, conforme relato do movimento.

A Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul (LBL/RS), que a partir deste momento será referida como LBL/RS, faz parte de um movimento nacional intitulado Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), que se organiza em forma de rede não formalizada, e tampouco possui sede ou uma estrutura organizacional hierárquica, em que os devidos espaços estão constituídos, como presidente e outros, mas existe uma coordenação executiva nacional. No V Seminário Nacional de Lésbicas SENALE,<sup>36</sup> ocorrido em junho de 2003, o movimento organizado em rede nacional, construiu seus princípios e escolheu seus representantes regionais para compor a primeira coordenação executiva provisória. No XIV Encontro Nacional Feminista, realizado em novembro do mesmo ano, em Porto Alegre, o movimento realizou uma plenária em que ficou definida sua coordenação nacional de fato.

---

<sup>36</sup> Seminário Nacional de Lésbicas é um espaço de debates que pretende contribuir na construção de uma sociedade com igualdade de direitos e respeito às diferenças. Sua realização constitui um momento de fortalecer a organização política e de dar visibilidade a luta e a condição social/sexual das mulheres lésbicas. Ocorre anualmente desde 1996, mas, a partir de 1998, passou a ocorrer bianualmente.

Conforme seus documentos, a LBL/RS define-se como:

[...] uma expressão do movimento social, de âmbito nacional, que se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política, anti-capitalista, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica e de articulação temática de mulheres lésbicas e bissexuais, pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual. É um movimento que se soma a todos os movimentos sociais que lutam e acreditam que um outro mundo é possível, segundo seus. O movimento é uma articulação de grupos, entidades, movimentos, lésbicas e bissexuais autônomas/independentes que dela participem.

Tem como princípios, conforme seus documentos, o pluralismo, a autonomia, a autodeterminação e a liberdade, a democracia, a solidariedade, a transparência, a horizontalidade, a liberdade de orientação e expressão afetivo-sexual, a defesa do Estado Laico, a visibilidade lésbica, a posição antirracista, a posição anticapitalista (socialista, comunista, libertária, anarquista).

Atualmente a LBL/RS é composta por aproximadamente oito pessoas que efetivamente realizam o trabalho do movimento, bem como mantêm como suporte externo um *site* bastante elaborado e informativo, principalmente de suas ações.

A LBL nacional mantém relação direta com a LBL da região sul e de outras regiões, pois as propostas elaboradas devem ser discutidas e aprovadas por todos os componentes nas diversas regiões.

Anualmente, a LBL/RS situada em Porto Alegre, atualmente, desenvolve uma campanha intitulada “O Sistema de Saúde Não é Lugar para Discriminação, que tem como parceiros a Prefeitura municipal através da Secretaria de Saúde, e o Governo Federal.

#### 4.2 ALGUNS ENTENDIMENTOS...

Para entender as ações dos movimentos LGBT de Porto Alegre, seus objetivos e suas contribuições, é necessário compreender quais os conceitos que eles têm sobre: (a) movimento social, (b) homoafetividade, (c) homossexualidade, (d) direitos humanos e (e) cultura de Porto Alegre, considerando tais categorias sociológicas.

Para os movimentos LGBT de Porto Alegre, o papel do movimento social complementa-se com a luta por direitos e reconhecimento social. A LBL/RS acrescenta que o

movimento deve estar atento às violações de direitos, deve promover uma cultura das diversidades e, também, fiscalizar a implantação das políticas públicas, relacionadas ao tema, como concorda o SOMOS, e acrescenta o constante controle social a essas políticas.

Os movimentos LGBT, quando tratam do papel do seu movimento, são específicos nos públicos citados anteriormente para cada movimento. A LBL/RS reforça o seu posicionamento na questão das lesbianidades e a ação feminista, entendendo as lesbianidades como direitos humanos, reforçando a sua luta voltada às mulheres, à sua autonomia e à liberdade.

No caso do NUANCES, a luta por direitos está relacionada a todos os homossexuais como *gays*, lésbicas, transexuais e travestis, contudo seus materiais e *site* demonstram, em sua maioria, a ação voltada ao masculino.

O SOMOS atua com todos os homossexuais, independentemente da sigla em que se encaixam, e seus materiais estão voltados a todos.

Para realizarem ações no município de Porto Alegre e em outros lugares faz-se necessário que os movimentos se articulem com diversos outros atores sociais. As relações que os movimentos de Porto Alegre estabelecem com esses atores e o quanto essas relações ou a escolha dessas relações implicam as ações que promovem. Os três movimentos citados estabelecem relações de parceria e interdependência, sendo um deles, e talvez o principal, o setor público. Isso acontece não porque sejam ONGs, pois no caso da LBL/RS não se ajusta, mas porque os recursos são disponibilizados de maneira mais “fácil”, devido às relações políticas partidárias estabelecidas.

A LBL/RS realiza suas reuniões nos espaços institucionais de secretarias, conselhos, gabinetes. O coordenador, no NUANCES, exerce sua atividade laboral na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; o ex-coordenador do SOMOS foi convidado para atuar na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.<sup>37</sup> Todos de alguma maneira agenciam recursos do poder público para as suas manifestações. Tratando-se da LBL/RS que não se configura como uma personalidade jurídica, os recursos materializam-se em equipamentos, em materiais impressos e outros, que o governo contrata diretamente, sem que o valor em espécie passe pela LBL.

Ainda no tocante ao estabelecimento de relações e parcerias, evidencia-se o distanciamento entre NUANCES e SOMOS, devido às suas diferentes concepções e algumas

---

<sup>37</sup> Tal secretaria tem como atual ministra, a senhora Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores de Porto Alegre.



questões do passado histórico de ambos, já mencionado neste estudo. Quando observado e perguntado, na pesquisa, sobre a visão de cada movimento sobre os outros movimentos e quanto as ações em conjunto, o coordenador do NUANCES foi contundente: “não posso falar”. SOMOS e LBL/RS mostraram-se tranquilos em tratar do outro, tecendo inclusive suas opiniões, conforme relato de ambos:

[...] muito diferente da nossa, no que tange ao movimento LGBT, até por que somos uma rede, enquanto as representações LGB's locais são ONGs, o que muda a perspectiva de trabalho. mas respeito representações como SOMOS, NUANCES e Igualdade de Porto Alegre, além de algumas no interior. pois assim como nós, elas cumprem o papel ao qual se dispõe, mas tratamos de universos distintos...” (ROSELAINÉ, LBL).

Quanto ao NUANCES: “... a gente se ignora...” Quanto a todos os movimentos: “trabalham em uma linha política... não sei, diferente da nossa, mas em alguns pontos a gente tem concordância, na prática pelo menos, em algumas formas de atuar, agente talvez seja mais conciliador (GLAUBER, coordenador do SOMOS em 2008, *apud* PASSAMANI, 2008, p. 115).

Os movimentos de Porto Alegre são sim diferentes, quer dizer, tem, tem linhas diferentes. As meninas da Liga tem um posicionamento forte são articuladas e críticas assim, tem uma postura de reflexão de alianças... É conseguem fazer um trabalho interessante... Agora tem outros movimentos que são mais radicais, não querem formar alianças, se articular... Assim é o NUNACES que ta como ta hoje... Uma ONG para sobreviver tem que se articular, formar alianças, ter projetos... Eu acho interessante o posicionamento independente do NUANCES, mas assim não funciona... Pra fazer as ações tu tem que ter gente participando. Hoje o NUANCES é praticamente o Célio. Isso... E outras coisas prejudicam a ação. Nossa postura é de dialogar, mas se é necessário a gente faz o enfrentamento... Mas ah essa não é só a nossa forma de dialogar.

Interpretamos a negação do NUANCES, não como algo sigiloso ou comprometedor, mas como desinteresse de quem não quer dirigir-se ao outro. No entanto, o coordenador do NUANCES deixa clara a luta do seu movimento e opõe-se à luta dos outros movimentos, visto que LBL/RS e SOMOS atuam em outra linha referida pelo NUANCES:

É evidente que o movimento não é uníssono em suas estratégias e entendimento da questão. Temos duas vertentes bem claras. Uma que faz a luta colocando o debate no campo da sexualidade e direitos humanos como prioritário, a qual o nuances se filia, e outra, que pauta o debate pela saúde, AIDS e pela equiparação dos direitos, com um forte apelo na vitimização como estratégia, e a partir da heterossexualidade como referência” (CÉLIO, coordenador do NUANCES).

Ambos — NUANCES e SOMOS — declaram que, atualmente, relacionam-se melhor do que em anos passados, trilham caminhos diferentes, mas são referência para o movimento LGBT como um todo em Porto Alegre.

Todos estabelecem parceria com o poder público. O NUANCES vincula-se estreitamente com a UFRGS e o poder público municipal, enquanto a LBL/RS com os movimentos de mulheres e conselhos correlacionados e, ainda, com os sindicatos, além da UFRGS. O SOMOS parece estabelecer diálogo com as ONGAIDS, a própria UFRGS, o poder público federal e o municipal, além das diversas entidades ligadas à cultura e à saúde. Essas parcerias aparecem nas campanhas, nos projetos e nas marchas dos movimentos, além da própria organização da Parada Livre de Porto Alegre.

Nas parcerias nacionais, o grupo SOMOS vinculou-se à ABLGBT, pois acredita que as redes são importantes como troca de experiência, enquanto a LBL/RS vincula-se com a LBL nacional. Já o NUANCES não se vincula a nenhuma rede nacional. Desde o início, por suas concepções, o NUANCES foi contrário à ABLGBT, que, em um primeiro momento, apresentava-se mais autoritária e conservadora. Embora atualmente mostre-se bastante democrática, promovendo a participação e os debates em conjunto, mesmo assim, não tem aprovação do movimento.

As ações que veremos mais adiante neste capítulo refletem as suas concepções políticas e sociais. Parece claramente haver duas linhas a que o coordenador do NUANCES refere, de um lado: temos a LBL/RS e o SOMOS que atuam nas relações de gênero, saúde, AIDS, diversidade afetiva e sexual; de outro lado, o NUANCES, que não visualiza qualquer vantagem ou embasamento na questão da afetividade, não deseja vincular seu trabalho somente à AIDS, e atua contundentemente no embate social da mudança moral em relação a sexualidade. Para o NUANCES tudo acontece a partir da sexualidade:

[...] o debate em torno da sexualidade sempre foi e é nossa prioridade, pois entendemos que o poder de contestação a partir do que é considerado marginal nos possibilita a desconstrução da moral heterossexista e cria novos paradigmas sobre o uso do corpo e da sexualidade [...] (CÉLIO, coordenador do NUANCES).

[...] com certeza nossa luta é pelo direito a livre expressão e ao livre exercício às homoafetividades... porque sem dúvida, que a liberdade de expressar a afetividade configura uma das formas de expressão sexual do ser humano...mas queremos também visibilizar o direito a livre expressão das sexualidades [...] (ROSELAINÉ, LBL).

[...] a luta do SOMOS é pela cidadania, pelos direitos humanos, mas o SOMOS sabe que direitos humanos não são só os nossos direitos de LGBT, são tantos outros direitos... O SOMOS fiscaliza, reivindica e faz o controle sociais da políticas públicas... a gente não muda as coisas... A gente ajuda a construir uma mudança. Hoje o SOMOS está repensando sua representatividade o seu campo de atuação, trabalhamos com os LGBTs com as demandas de DST/AIDS, mas para os LGBTs.. Queremos ampliar a nossa atuação para as outras pessoas talvez... Pra isso, temos que tentar uma transição tranqüila.

O NUANCES vai além em sua caracterização em relação a diversidade afetiva como direito humano. Afirma que a diversidade afetiva, ou homoafetividade:

[...] é um termo muito pobre sem conotação política que nos resume a afetividade e nós somos muito mais que isto. Lutamos pelo reconhecimento de nossa dignidade e não afetividade. Isto é uma bobagem e um discurso limitado e enganoso. Tem muita gente querendo faturar financeiramente e politicamente usando este termo. E tem muita gente “ingênua” entrando nesta furada (CÉLIO, coordenador do NUANCES).

Mesmo com essa concepção, o coordenador do NUANCES não soube responder se o seu movimento atua em algum momento na perspectiva da diversidade afetiva.

No caso do SOMOS, Luiz Zago, coordenador geral, concorda em parte com o NUANCES no tocante ao termo utilizado:

[...] tem esses conceitos da Maria Berenice Dias, do homoafetivo, família homoafetiva, hum... a gente não gosta, da maneira que ela usa é uma afetividade pequeno burguês, moral, é recortadíssimo... Não é todo mundo que tem acesso a esse tipo de afetividade, a gente trabalha num outro conceito de afetividade, numa política de afeto, de afinidade, daquilo que me aproxima do outro... se aproxima por uma série de alianças e afetos que excedem a minha sexualidade... Agente considera esta afetividade nas nossas relações, mas o termo tem um ranço da afetividade do amor romântico.

Costa (1994) assegura que a expressão “orientação sexual” é mundialmente usada para designar se o relacionamento vai se estabelecer com alguém do sexo oposto, do mesmo sexo, ou com pessoas de ambos os sexos. Mas o autor acrescenta o termo “afetivo” na expressão “orientação afetivo-sexual” para deixar claro que esse relacionamento não é só de ordem sexual, mas também envolve o amor e o afeto. Os afetos podem ser de natureza positiva ou negativa e, nem sempre, afeto e sexo caminham de mãos dadas.

Com esse panorama, parece que o NUANCES não pensa a perspectiva da afetividade e que os outros movimentos o fazem,; no entanto, ainda se faz necessário analisar as devidas

ações no período temporal deste estudo, qual seja, 2008 a 2010, a partir do marco da pré-Conferência Nacional GLBT, sem separar o contexto histórico de cada movimento do contexto histórico da lutas em Porto Alegre.

Como referido anteriormente neste estudo, Porto Alegre é uma cidade predominantemente urbana, com quase 1,5 milhão de habitantes, uma cidade cosmopolita e multicultural, uma demonstração de diversidade e pluralidade. Nesse sentido, provocamos os movimentos a pensar a cultura de Porto Alegre e alguns impactos causados possivelmente pelos movimentos com o intuito de perceber se eles fazem a reflexão da sua atuação. Dos movimentos que problematizaram a questão, pôde-se perceber que existe uma diferença, uma mudança de postura, mas relacionada a determinadas áreas de Porto Alegre, ou seja, áreas em que o embate foi mais conflagrado e em que existe a presença do movimento há mais tempo.

[...] o comportamento do/a porto-alegrense ainda está aquém das condições de cidadania da cidade. ande pela cidade baixa abraçada em sua companheira, tudo bem! ande por outras ruas, e tu vai ver que as pessoas precisam verificar que tipo de abraço é aquele, sim, pois as questões geracionais, assim como outras especificidades também andam junto com as discriminações. isto é, o casal não passará despercebido (ROSELAINÉ, LBL/RS).

Igual a qualquer cidade. Coisas boas e ruins (CÉLIO, coordenador do NUANCES).

Eu não sei se foi Porto Alegre que mudou ou se fui eu que mudei. Eu acho, não podemos comparar, não fizemos esse levantamento há dez anos, mas eu acho que piorou... Quanto mais visibilidade, mais perigo... Sempre desde que eu entrei no somos há seis anos, quando eu vou em algum lugar falar sempre tem alguém que se levanta e sai, ou se levanta e mete a boca... Se o que a gente vai fazer vai mudar alguma coisa, sei lá depois a gente vê, mas a gente trabalha e faz o que acredita para mudar... O SOMOS conseguiu muita articulação, tem representação, tem representatividade, tem inserção, tem visibilidade... Neste sentido acho que os movimentos tiveram um avanço e uma aceitação por parte do governo e outros parceiros... Acho que piorou na vida cotidiana das pessoas (ZAGO, do Grupo SOMOS).

Quando problematizada, junto aos movimentos, a sua contribuição neste processo de mudança, todos são favoráveis à sua contribuição, mesmo sendo a mudança árdua e lenta, até mesmo porque a militância necessita renovar suas esperanças, para continuar na luta, mantendo o grupo, para promover a sustentabilidade e a captação de recursos. Todos concordam com o discurso da heteronormatividade e que ele deve ser combatido.

[...] com certeza, trabalhamos muito pra desconstruirmos a cultura da heteronormatividade, realizamos as marchas lésbicas, desde 2007. não é uma tarefa simples, demanda muita vontade e condição de exposição pública. por isso, nos sobrecarregamos, por que poucas lésbicas se empoderam para fazer o enfrentamento sócio-cultural. além do preconceito internalizado- meninas que não conseguem expor publicamente sua condição homossexual- elas nos reconhecem como militantes e preferem manter o afastamento pra não expor suas vidas (ROSELAINÉ, LBL/RS).

[...] dando visibilidade a questão, pautando o debate em torno da sexualidade, não ter como referência a heterossexualidade como reivindicação política de direitos. Sempre questionamos a normalidade da heterossexualidade, entendendo como mais uma possibilidade. A grande maioria dos grupos orientaram-se politicamente a partir heterossexualidade como modelo natura (CÉLIO, coordenador do NUANCES).

NUANCES e SOMOS concordam que, em Porto Alegre, o público lésbico é tornado invisível porque a sociedade configura-se como machista, mas a LBL discorda. Para este movimento:

A aceitação da homossexualidade masculina é concreta no país, para tal servem os exemplos dos programas de tv... Entretanto, registrar a existência do amor, ou do desejo entre mulheres, ainda é um tabu, que leva as organizações sociais aos tribunais, para garantir a invisibilidade.

É importante ressaltar que as lésbicas não são a maioria no movimento, e não se apresentam, em sua maioria, assumidas ou militantes, devido a isso, houve a inversão da sigla de GLBT para LGBT, como citado anteriormente. Para a LBL/RS em uma sociedade machista, para as mulheres apresentarem-se como lésbicas e feministas, significa enfrentar preconceito. “O preconceito é fruto da sociedade heteronormativa e patriarcal em que vivemos, por isso, gays tem melhor aceitação, pois, culturalmente, ainda representam o gênero masculino em nossa sociedade” (ROSELAINÉ, LBL/RS).

Perguntamos sobre a vinculação atual dos homossexuais com AIDS, porque essa relação marcou os homossexuais e toda e qualquer relação afetiva estabelecida por eles. Mesmo não tão marcante quanto nas décadas de setenta e oitenta, os movimentos LGBT de Porto Alegre reconhecem que a AIDS ainda gera preconceito sobre os homossexuais, principalmente no acesso aos serviços especializados de saúde que diferenciam, em suas posturas de atendimentos, as pessoas heterossexuais e homossexuais. No entanto, os homossexuais não apresentam uma marca que os torna homossexuais, ou seja, nem sempre é possível identificar os LGBT no atendimento, exceto nos casos de travestis e de pessoas que

acessam os serviços com seus parceiros. Por outro lado, mesmo que se identifique a orientação afetivo-sexual do paciente, os serviços públicos deveriam ser os mais habilitados a tratar com naturalidade essas situações, seja pela constante atuação e atendimento de homossexuais, seja pelo entendimento acerca das diversas situações atendidas, mesmo que as pessoas que atuam no serviço público sejam seres humanos passíveis de preconceito.

Para Luiz Zago, do SOMOS, a epidemia da AIDS foi relacionada diretamente com os homossexuais na década de oitenta, mas deslocou-se, nos anos 2000, e, atualmente, volta a assombrar os homossexuais, principalmente os jovens, pois, conforme Zago, os dados comprovam um aumento significativo de jovens homossexuais com HIV/AIDS. Devido a esses dados, o SOMOS tem três projetos financiados pelo governo federal para atuar com jovens que vivem e convivem com o HIV/AIDS, além de atuar na prevenção. Por isso mais ainda a luta do SOMOS em atuar na questão do preconceito do HIV/AIDS, além daquele relacionado com a homossexualidade intensifica-se.

A mudança cultural pode ser influenciada por diversos fatores, entre eles a garantia dos direitos fundamentais, por intermédio da cartilha dos Direitos Humanos. Como os movimentos sociais lutam pelos direitos humanos, questionamos o entendimento dos movimentos sobre esses direitos e sobre os planos e projetos já apresentados pelo poder público. A LBL/RS posicionou-se referiu o “direito a liberdade, autonomia e autorrepresentação de todas as pessoas, com livre exercício da cidadania, independente de credo, religião, etnia, orientação sexual, e/ou identidade de gênero”. Observamos que os movimentos fazem diversas reflexões sobre a temática dos direitos humanos, mas a forma como expressam suas opiniões por vezes geram o próprio conflito, ou embate. A LBL/RS e o SOMOS buscam articulações por meio do enfrentamento diplomático, de maneira observadora e cautelosa, enquanto o NUACES parece estar sempre à espreita para o ataque, quando perguntamos se o movimento busca maior aceitação dos direitos da diversidade sexual ou da diversidade afetiva e se entende ambos como direitos humanos. Mais uma vez, o NUANCES apresentou essa postura. Usamos a palavra “aceitação” como provocação, no sentido de mostrar a aceitação do tema pelo poder público como entendimento da sua importância para posterior garantias em lei, não aceitação como favor. Para a LBL/RS o direito à livre expressão das sexualidades/afetividades “é um direito à vida humana, deve ser problematizada, respeitada e aplicada”, mas a resposta contundente do NUNACES foi “não procuramos aceitação, porque não somos inferiores aos heteros. Procuramos respeito. Afetividade é uma bobagem construída socialmente.” Nesse caso, não há diplomacia, o

respeito tem que ser entendido e basta, parece não haver estratégia de reflexão para ação, novamente a afetividade não significa absolutamente nada, mas há o esquecimento por parte do NUANCES de que a sexualidade também foi construída socialmente. Conforme o coordenador do NUANCES:

Quando critico a venda da idéia de que somos comportados, critico este conformismo burro, essa submissão aos valores morais que buscam a Todos domesticar. Não queremos Tolerância, não queremos ser normais. Somos o que somos, sem uma identidade a nos moldar. Pedir licença pra quê, pra quem? Se só a nós cabe a decisão de como ‘ser’ a todos os demais sobra somente respeitar (Célio, coordenador do NUANCES, 2006, p. 162).

Contextualizando quanto à garantia de direitos fundamentais, abordamos o Plano Nacional LGBT, no tocante à promoção de mudança para os homossexuais e para os direitos humanos como um todo no entendimento dos movimentos, e todos concordam que não há mudanças estruturais, pois não está implementado ainda, mas, caso seja, pode provocar muitas mudanças. Além disso, a LBL/RS pensa que ele tem “mobilizado militantes, para as instancias devidas para sugestões, cobranças, no que tange às políticas públicas” (ROSELAINÉ), ou seja, existe um Plano Nacional LGBT, e cabe aos movimentos também cobrarem pela sua implementação, como lutaram pela sua elaboração e aprovação. Relembramos que o PNPCDHLGBT foi aprovado na I Conferência Nacional GLBT de 2008, e aguarda avaliação de suas ações para a II Conferência Nacional LGBT em 2011.

#### 4.3 AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTs, QUE ESTÃO DIRETA OU INDIRETAMENTE RELACIONADAS À HOMOAFETIVIDADE

Além do histórico dos movimentos desde a criação de cada um, faremos uma análise de suas ações entre 2008 e 2010, período que reflete a ação do movimento LGBT como um todo atualmente e que nos remete a uma reflexão sobre elas no cotidiano da luta do movimento junto à comunidade Porto Alegrense. Tanto NUNACES – Movimento pela Livre Expressão Sexual, quanto SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade e LBL/RS realizam diversas ações desde suas fundações. Contudo, parte destas ações, ou todas elas, não estão ligadas à temática devido a outras lutas em que cada movimento se insere. Traremos aqui somente das



ações dos movimentos que estabelecem relação com a temática proposta. Expressamos também que entendemos por ações relativas à diversidade afetiva aquelas que não estejam debatendo a diversidade sexual pura e simplesmente, mas que estejam debatendo outras nuances da vida cotidiana dos homossexuais quanto à questão das afetividades.

Como primeiro grupo LGBT fundado em Porto Alegre, o NUANCES foi, até o ano de 2001, o protagonista de muitas ações perpetradas pelo movimento no Município. Mesmo com a fundação do SOMOS em 2001 e da LBL/RS em 2003, o NUANCES manteve a sua tradição na atuação LGBT porto-alegrense.

Assim como outros movimentos, o NUANCES realizou, entre 2008 a 2010, diversas ações voltadas aos homossexuais, mas dirigidas à sociedade. Em 2008, o NUANCES realizou conjuntamente a XII Parada Livre e a campanha “Encha o Peito Também de Orgulho”; em 2009, a XIII Parada Livre; e, em 2010, promoveu um ato público contra as declarações homofóbicas do arcebispo de Porto Alegre, Dom Dadeus Grings, além da XIV Parada Livre.

Outro movimento que realiza diversas ações com diversas temáticas é o SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade. Foi criado em 2001, mas somente entre os anos de 2008 a 2010 realizou quase cinquenta ações, entre: encontros, seminários, campanhas, eventos e outros. Desses, aproximadamente 14 estão voltadas à diversidade afetiva, incluindo campanhas diretas para tal. Podemos conferir em 2008: o XIII Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (EBLGBT), a Campanha contra a Homofobia, a Campanha É LEGAL!, pelo direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, o Cinema em Debate no SOMOS, a XII Parada Livre. Em 2009: o seminário de cinco anos do Projeto LIBERTAS, Família, religião e homossexualidade são temas de debate em Porto Alegre, a XIII Parada Livre, o Lar Doce Lar – Quando famílias dialogam sobre a Homo, Bi e Transexualidade, as Oficinas de Teatro, Cinema e Vídeo pelo Ponto de Cultura, Somos cria grupo de familiares LGBT; em 2010: o Curso de Direitos Humanos do SOMOS, a manifestação contra a homofobia na UFCSPA, a XIV Parada Livre.

Além disso, desde 2004, o SOMOS desenvolve o projeto Libertas, de assessoria jurídica, para pessoas discriminadas em razão da sorologia positiva para o HIV ou em razão da orientação sexual. O projeto também contempla ações de controle social, encaminhando denúncias sobre falta de medicamentos, discriminação e descaso do Poder Público aos órgãos competentes.

Também faz parte das ações da entidade a realização de oficinas, palestras e capacitação de professoras e professores, através do projeto Construindo Identidades. Ele tem como



objetivo capacitar, por meio de pequenos grupos, o corpo docente de escolas públicas sobre sexualidade, saúde sexual e reprodutiva e prevenção às DST/HIV/AIDS. Desde o início da sua formação o SOMOS sempre atuou na prevenção e educação para a saúde sexual e reprodutiva.

Nesses últimos anos, também têm se destacado no trabalho internacional pela defesa e promoção dos Direitos Humanos na ONU e no Mercosul. Trabalha em rede com instituições nacionais e internacionais, sendo responsável pela Direção da Região Sul da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABLGBT); é filiada à Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA), e é membro fundador da Rede LGBT do Mercosul e países associados.

O Projeto “Qual é a sua?” é desenvolvido pelo SOMOS desde 2007, em parceria com a Fundação Schorer. Atua na prevenção DSTQHIV/AIDS com jovens *gays* e bissexuais de Porto Alegre, tendo como objetivo promover a saúde a partir de trabalhos para combater a vulnerabilidade em seus três níveis, individual, social e programático.

O Mapeamento Cultural LGBT é uma ação de pesquisa com o objetivo de identificar e registrar um panorama atual das manifestações artísticas ligadas à população de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil. O mapeamento promoverá um levantamento inédito sobre a diversidade de expressões e linguagens artísticas produtoras de significados para o segmento cultural LGBT. A coordenação geral e parte do projeto são realizadas pelo SOMOS.

Criada em 2003, a LBL/RS vem, ano a ano, ampliando e demarcando suas ações e posições junto à comunidade porto-alegrense. Somente nos anos de 2008, 2009 e 2010 podemos contabilizar mais de vinte atividades realizadas no município de Porto Alegre pelo movimento, algumas em parceria com outros movimentos LGBT, outras realizadas com outros parceiros fora do movimento LGBT. Desses, podemos relacionar indiretamente com a diversidade afetiva cerca de 17 eventos. A LBL/RS promoveu de 2008 a 2010 os eventos que seguem. Em 2008: Torneio de Futebol, Domingo na Rua, Debate das mulheres lésbicas no mundo do trabalho, II Marcha Lésbica de Porto Alegre, XII Parada Livre; em 2009: III Marcha Lésbica de Porto Alegre, XIII Parada Livre, I Jornada Lésbica Feminista de Porto Alegre, Seminário "As Faces do Preconceito e da Homofobia no SUS", I Marcha Lésbica do RS; em 2010: IV Marcha Lésbica de Porto Alegre, XIV Parada Livre, II Jornada Lésbica Feminista de Porto Alegre, Evento: “Se Tem Violência contra a Mulher, a Gente Mete a

Colher!”, apresentação da pesquisa "Mulheres Brasileiras nos Espaços Públicos e Privado" para todo o movimento feminista de Porto Alegre, e II Marcha Lésbica do RS.

O quadro que segue resume o que foi apresentado até agora.

MOVIMENTO	FUNDADORES	PRINCÍPIOS E VALORES	AÇÕES
NUANCES – Movimento pela Livre Expressão Sexual			<b>2008:</b> XII Parada Livre; em <b>2009:</b> XIII Parada Livre, Campanha, Encha o Peito também de Orgulho; em 2010: ato público contra as declarações homofóbicas do arcebispo de Porto Alegre, Dom Dadeus Grings, XIV Parada Livre.
SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade	Cleber Vicente Gonçalves  Alexandre Böer	Aprender, fazer e compartilhar, a transparência, inquietude, criatividade, inovação e ética do cuidado de si.	<b>2008:</b> XIII Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Traves e Transexuais, Campanha contra a Homofobia, Campanha É LEGAL! pelo direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, Cinema em Debate no SOMOS, XII Parada Livre; em <b>2009:</b> Família, religião e homossexualidade são temas de debate em Porto Alegre, XIII Parada Livre, Lar Doce Lar – Quando famílias dialogam sobre a Homo, Bi e Transsexualidade, Oficinas de Teatro, Cinema e Vídeo pelo Ponto de Cultura, Somos cria grupo de familiares LGBT; em <b>2010:</b> Curso de Direitos Humanos do SOMOS, manifestação contra a homofobia na UFCSPA, XIV Parada Livre.
Liga Brasileira de Lésbicas dório Grande do Sul-LBL/RS	Roselaine Silva	Pluralismo, autonomia, autodeterminação e liberdade, a democracia, a solidariedade, a transparência, a horizontalidade, a liberdade de orientação e expressão afetivo-sexual, a defesa do Estado Laico, a visibilidade Lésbica, a posição antirracista, a posição anticapitalista (socialista, comunista, libertária, anarquista).	<b>2008:</b> Torneio de Futebol, domingo na Rua, Debate das mulheres lésbicas no mundo do trabalho, II Marcha Lésbica de Porto Alegre, XII Parada Livre e Marcha Zumbi dos Palmares; em <b>2009:</b> III Marcha Lésbica de Porto Alegre, XIII Parada Livre, I Jornada Lésbica Feminista de Porto Alegre, Seminário "As faces do preconceito e da homofobia no SUS", I Marcha Lésbica do RS; em <b>2010:</b> IV Marcha Lésbica de Porto Alegre, XIV Parada Livre, II Jornada Lésbica Feminista de Porto Alegre, Evento: “Se tem violência contra a mulher, a gente mete a colher!, II Marcha Lésbica do RS.

**Quadro 2 - Visão geral dos movimentos LGBT em Porto Alegre**

Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.4 ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES DO MOVIMENTO SOCIAL LGBT DE PORTO ALEGRE

Neste estudo, identificamos, dentre as ações dos movimentos, quais delas buscam a separação ou distanciamento da mera questão da sexualidade e do sexo. Essas ações apresentam-se com outros objetivos e focos também. Nesta etapa, faremos uma análise dessas ações e seus materiais para mapear nelas sua localidade, sua abrangência, seus objetivos e seus focos, além do tipo de público que interage. Apresentamos as ações do NUANCES, do SOMOS e da Liga Brasileira de Lésbicas no Rio Grande do Sul.

##### 4.4.1 NUANCES – Movimento pela Livre Expressão Sexual

No ano de 2008, o NUANCES realizou, junto com os outros movimentos em Porto Alegre, a XII Parada Livre, será comentada em item específico mais adiante. Como em 2008 não foram identificadas ações voltadas ao tema desta pesquisa, não apresentaremos outras ações do movimento efetuadas nesse ano. No ano de 2009, o movimento NUANCES lançou a campanha “Encha o Peito Também de Orgulho”. A ação foi composta de anúncios para revistas, Internet, cartazes, *outdoors*, clipe e *jingles* para rádio. A campanha conta com diversas parcerias em sua produção e divulgação, principalmente da rádio Itapema FM. A campanha teve como objetivo trabalhar e divulgar o dia do Orgulho *Gay*, procurando divulgar que os homossexuais são livres para serem tudo o que quiserem.

A campanha, com o lema “Encha o Peito Também de Orgulho”, trazia sempre a imagem de um homossexual com o peito inflado seja por causa do silicone (transexual), seja pelos anabolizantes (rapaz musculoso). Para a Internet, foi escolhida a imagem do transexual. E a solução foi uma peça descontraída que faz alusão ao típico “carregando da Internet”, mostrando um peito cada vez mais cheio de silicone, mas também de orgulho.

A campanha foi bastante positiva, pois reforçou a imagem de pessoas homossexuais como pessoas comuns que devem orgulhar-se de serem como são. Cuidadosa, não usou na mídia impressa e na Internet a conotação da sexualidade exposta, mas das pessoas com rostos “normais” com uma posição de orgulho por serem quem são. No entanto, a mesma campanha

no *jingle* e no clipe provocou, em algumas pessoas mais conservadoras e preconceituosas, certa agressão e não lhes permitiu a reflexão pela linguagem que ambos trazem, mesmo que ela seja a do senso comum.<sup>38</sup>

Essa campanha teve uma abrangência de massa pelos veículos que utilizou, alcançando heterossexuais e homossexuais e, mesmo que queira dizer “homossexuais tenham orgulho”, muitos deles vão chocar-se com o deboche da fala pejorativa. Penso que principalmente os homossexuais que não participam do movimento diretamente e que, por vezes, não se sentem representados por ele, podem ter sentido incômodo com a campanha, por não sentirem-se representados e porque os expôs.

No ano 2010, o NUANCES realizou um ato público contra as declarações homofóbicas do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Dadeus Grings. No convite para o ato de Porto Alegre, o NUANCES destaca uma das declarações de Dom Dadeus Grings, durante Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): “assim como hoje se fala em direitos dos homossexuais, daqui a pouco vão achar os direitos dos pedófilos”. O ato foi realizado no dia 19 de maio, em frente à Catedral Metropolitana de Porto Alegre, às 12h. No mesmo dia, foi realizado em Brasília um ato em defesa da aprovação do Projeto de Lei 122 que prevê a criminalização da homofobia.

Na Assembleia da CNBB, Dom Dadeus foi designado para falar sobre a missão da Igreja no mundo. A CNBB acabou se arrependendo da escolha, pois, na terça-feira, o Arcebispo disse que as denúncias contra a Igreja são uma tentativa de desmoralização, porque a pedofilia é maior em outros setores da sociedade. “A sociedade atual, ela é pedófila. Esse que é o problema. Então facilmente as pessoas caem nisso. E o fato de denunciar isso é um bom sinal”, afirmou.<sup>39</sup>

Como se isso não bastasse, Dom Dadeus investiu também contra a comunidade homossexual, fazendo comentários sobre liberdades sexuais e homossexualidade. “Antigamente não se falava do homossexual. E era discriminado. Quando começaram, ‘olha,

---

<sup>38</sup> JINGLE – alguns trechos (parte gay) “eu mordo a fronha, escabelo a penhora [...] salto pocinha e a galera comenta que essa fruta é uva, escorrego no quiabo [...] (parte lésbica) Eu bato a bolacha, dispenso a bazuca, adoro uma racha [...] eu colo velcro [...] Porque eu sou livre para ser tudo o que eu quiser.”. Ouvir Jingle em: <<http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/miltonjung/tag/campanha/page/4/>>. O clipe intitulado “ser livre é mais do que do caralho”, traz também uma superexposição sinônima coloquial da genitália masculina, usando uma gíria “do caralho” que significa ser muito bom, o texto é todo referenciado que ser livre é mais do que “do caralho, do salsichão, do sabugo, do aipim, do charuto, do cacete... tem que ser muito macho para ser gay”. Ver clipe em: <<http://www.youtube.com/watch?v=D5OEYZ4kyWI>>.

<sup>39</sup> ZERO HORA. Caderno Geral. Porto Alegre, 5 de maio de 2010.

eles têm direitos de se manifestar publicamente, daqui a pouco eles vão achar os direitos dos pedófilos, ‘é o direito deles’. Não, isso é crime”.<sup>40</sup>

Após as declarações desastradas, a CNBB veio a público dizer que o Arcebispo não estava falando em nome da Igreja Católica. A filosofia de Dom Dadeus sobre o homossexualidade é paradoxal. Ele acredita que “o adolescente é espontaneamente homossexual”. “Menino brinca com menino, menina brinca com menina. Só depois, se não houve uma boa orientação, isso se fixa”, afirmou Dadeus na mesma entrevista coletiva em que discorreu sobre homossexualismo e pedofilia.<sup>41</sup>

O ato teve a presença de cerca de cem pessoas, conforme o Jornal Correio do Povo noticiou em seu Caderno Geral, na edição do dia 19 de maio de 2010:

Mais de 100 integrantes de organizações que defendem os direitos dos homossexuais se reuniram, na tarde desta quarta-feira, em frente à Catedral Metropolitana de Porto Alegre. Eles fizeram um ato contra declarações feitas no início do mês pelo arcebispo da Capital, Dom Dadeus Grings, numa convenção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília (CORREIO DO POVO. Caderno Geral, 19 de maio de 2010, p. 3).<sup>42</sup>

É interessante observar que a campanha “Encha o peito também de orgulho” e o ato contra Dom Dadeus Grings movimentaram a mídia pelo jornal e rádio, pois houve abordagem e discussão nos diversos meios de comunicação local, seja divulgando, seja cobrindo a ação, seja criticando as próprias falas do Arcebispo. Os *outdoors* da primeira campanha encontravam-se em diversos lugares da cidade provocando comentários de críticas, de julgamento de reconhecimento. Acompanhamos parte do processo, residia na cidade, nos espaços populares e não tão populares. As duas campanhas, ressaltamos, não estavam diretamente relacionadas à diversidade afetiva, ao afeto, mas ao respeito, à dignidade, aos homossexuais e às pessoas além de sua sexualidade.

O movimento NUANCES tem sua atuação voltada para o enfrentamento moral, propondo à sociedade um debate sobre o sexo e a sexualidade, no caso, aqui, a homossexualidade, buscando à força o reconhecimento, vivendo no momento de história, sem

---

<sup>40</sup> ZERO HORA. Caderno Geral. Porto Alegre, 5 de maio de 2010.

<sup>41</sup> Ver entrevista na íntegra em anexo.

<sup>42</sup> Na continuação da notícia pode se ler que “Durante mais de uma hora, o grupo proferiu palavras de ordem contra o religioso e a Igreja Católica. De acordo com o coordenador do grupo Nuances, Célio Golin, as declarações do arcebispo foram homofóbicas e perigosas ao associarem pedofilia e homossexualidade. Ele ressaltou, ainda, que a Igreja não pode obrigar que toda a sociedade concorde com a filosofia cristã.”

se renovar ou oxigenar-se, conforme o seu coordenador “assustando e chocando a sociedade”. (CÉLIO, coordenador do NUANCES).

Possivelmente essa atitude de não alianças e de posicionamentos fechados tem refletido na atual situação do movimento, que se encontra sem recursos para manter o *site* — atualmente fora do ar —, tendo de solicitar sede para o município, pois não mais consegue manter o aluguel do espaço em que se encontrava, atuando hoje somente com um coordenador e algumas poucas pessoas, conforme relato do seu coordenador. Por outro lado, o posicionamento das “nuanceiras”, como se autodenominam, é uma tentativa de não corromper seus posicionamentos. No entanto, esta rigidez não contribui para a construção do seu próprio movimento, se não se permite a reflexão da mudança, do repensar os paradigmas de flexionar-se, até mesmo porque defendem uma autonomia que não conseguem sustentar, não querem formar alianças, e mantêm um posicionamento por si mesmo “anarquista”. Estão, porém, institucionalizados, agenciam recursos, estão em sede governamental. Atualmente o NUANCES não possui projetos, apenas tem realizado ações pontuais. O movimento também não mantém articulação com o movimento nacional, mas tem realizado as Paradas Livres em conjunto com outros movimentos LGBT e o Fórum LGBT de Porto Alegre.

#### 4.4.2 SOMOS – Comunicação Saúde e Sexualidade

No ano de 2008, foi realizada pelo SOMOS a Campanha contra a Homofobia, criada para o grupo pela agência de publicidade *Competence*. Essa campanha teve por objetivo mobilizar a sociedade para a violência contra homossexuais.

Além de comerciais para TV e *spot*, a agência preparou materiais gráficos - *folders*, cartazes e adesivos para carros - e ações específicas, incluindo intervenções em semáforos.

A campanha desenvolvida pela *Competence* inclui um filme de 15 segundos, que trata de um tema delicado: a violência contra os homossexuais. O comercial traz a bandeira com as cores do arco-íris, símbolo do movimento LGBT, sendo “inundada” pela cor vermelha, com a mensagem “a cada três dias, um *gay* é brutalmente assassinado no Brasil. Esse banho de violência tem que acabar”.

Conforme o *site* do movimento, o posicionamento de Marcelo Pires, diretor de Criação da *Competence*, era de conscientizar para um assunto que ainda é um tabu, mas que deve ser

encarado com seriedade por todas as esferas da sociedade. “Este movimento envolve um processo complexo, incluindo todo o processo de sensibilização das pessoas. Esta campanha buscará exatamente isto: queremos que quem assista os comerciais pare para pensar”.

No entanto, ao que parece, o vídeo de 15 segundos não permite muito a reflexão, em meio a tantas coisas que ouvimos, quando o *spot* está no rádio. Os *spots* da campanha foram veiculados em rádio e TV, e a elaboração de materiais alusivos aos direitos humanos, teve abrangência nacional.

Quando veiculado na televisão, o *spot* chama a atenção por suas cores fortes; após alguns segundos, vem a mensagem. Observa-se uma bandeira, encharcando-se de vermelho e ouve-se o dado sobre a mortalidade.<sup>43</sup> Nesse momento, talvez o telespectador pare e pense sobre o que viu. No entanto, outro ponto a mencionar é que o dado da mortalidade faz alusão ao *gay* e, na verdade, a mortalidade inclui os homossexuais não somente os *gays*. Além da televisão, o que teve bastante circulação foram os materiais impressos, distribuídos em diversos pontos da cidade, incluindo os semáforos, com ato no sinal fechado, abrangendo os motoristas, as pessoas que transitavam no meio público, entre outros. O material alusivo aos direitos humanos era mais acessível visualmente, mas, ao mesmo tempo, o movimento ficou a mercê da leitura das pessoas sobre o material.

A campanha teve como ponto importante a divulgação, realizada por meio as ações iniciais de pré-campanha, as articulações e a preparação do lançamento. Ela contou com vários parceiros, incluindo o poder público, e os lançamentos foram realizados em diferentes momentos. Um desses momentos foi na XII Parada Livre, e outro foi no Teatro Renascença, com mesa redonda, com a participação do coordenador do SOMOS da época, Gustavo Bernardes, Eduardo Barbosa, do Programa Nacional DST/AIDS, Simone de Fátima Cesar da Silva, do Ministério da Saúde, Paulo Biaggi, do programa Brasil sem Homofobia e Cláudio Nascimento, da ABLGBT e Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro. Além de divulgação nos diversos programas de TV e rádio.

Outra campanha que foi lançada pelo SOMOS no ano de 2008 foi a Campanha É LEGAL!, pelo direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. A campanha foi desencadeada a partir uma ação que buscava o direito ao casamento civil de pessoas do mesmo sexo julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. As imagens da campanha contavam com versões específicas para *gays* e lésbicas, e foram utilizadas e

---

<sup>43</sup> Ver campanha em <<http://www.youtube.com/watch?v=OLunRUi5Vmg>>.



divulgadas gratuitamente. Também podiam ser disponibilizadas gratuitamente em versões de papel de parede para o computador.

Apesar de interessante, a campanha teve pouca abrangência, pois foi veiculada no *site*, principalmente para os homossexuais, público que geralmente acessa o portal. Para uma mudança de mentalidade e reflexão, a campanha, que talvez devesse ser chamada de manifestação, não teve consistência, foi uma moção de apoio a uma decisão judicial.

O SOMOS, além das campanhas, também promove momentos internos de debate e reflexão para aqueles que estão envolvidos com LGBT, sejam os próprios, seus familiares, a rede de atendimento, seja quem tiver interesse. Um desses momentos é o “Cinema em Debate no SOMOS”. Geralmente acontece no mês em que se comemora o orgulho *gay*, e é realizado via ponto de cultura, um projeto federal, para o qual o SOMOS foi aprovado como tal. São geralmente filmes que abordam a questão da discriminação, da saúde, da família, das relações sociais, da homossexualidade, entre outros. Nesses encontros, ocorrem as sessões comentadas, em que se convidam profissionais para comentar e auxiliar do debate acerca do filme. No entanto, essas ações ocorrem somente no mês do orgulho *gay*, e possuem vagas limitadas, abrangendo o público que se inscreve. Claro que uma possível disseminação e multiplicação por parte de quem participa, depende da qualidade e do interesse de cada um.

No ano de 2009, o SOMOS promoveu outra gama de atividades nem todas relacionadas direta ou indiretamente com a temática deste estudo. Uma das ações relacionadas é o evento “Os Temas em Debate em Porto Alegre”, que o SOMOS organiza na sua sede quase no mesmo formato do “Cinema em Debate”. A atividade constitui-se de diferentes assuntos que, no ano de 2009, abordaram os seguintes temas: família, religião e homossexualidade. Essas palestras são abertas ao público, com vagas limitadas. Sempre tem como convidado alguém que escreve, estuda, ou trabalha com o tema proposto. A abrangência é limitada, mas o debate é importante, válido, mais aprofundado, permitindo melhor reflexão, pois as participações são motivadas pelo interesse de cada participante.

Uma ação de 2009 do SOMOS, que tem tido repercussão, é o fomento de agregar para discussão, reflexão, compreensão e, até mesmo, para terapêutica os familiares de LGBT. No ano citado, mais precisamente no mês de julho, mães, pais e amigos de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais passaram a ter um espaço de apoio, um grupo que tem como objetivo criar e fortalecer uma rede social solidária, constituída por familiares e amigos de homossexuais. O grupo reúne-se quinzenalmente na sede do SOMOS sob a supervisão de um psicólogo.



Conforme Cláudia Penalvo, uma das diretoras da instituição, o grupo discute entre si as formas de enfrentar o preconceito, a discriminação, as dificuldades emocionais em lidar com essa situação que, muitas vezes, vem acompanhada de muita vergonha e culpa. Segundo Cláudia:

Não podemos apenas trabalhar com as escolas e os jovens sem pensar nas famílias. Às vezes os jovens acabam saindo de casa porque os familiares não conseguem lidar bem com a homossexualidade dos filhos e com isso os jovens LGBT tornam-se mais vulneráveis à violência e ao HIV/AIDS, por exemplo. Por isso essas redes são muito importantes.

Partindo desse grupo, o SOMOS e o Grupo de Familiares e Amigos de Homossexuais (criado pelo SOMOS) promoveram no mês de outubro um evento intitulado “Lar Doce Lar – Quando Famílias Dialogam sobre a Homo, Bi e Transsexualidade”. O evento ocorreu na Casa de Cultura Mário Quintana, espaço alternativo e bastante frequentado no centro da cidade, e teve a participação de cerca de cinquenta pessoas.

O grupo de famílias foi um dos diferenciais do SOMOS em relação aos outros movimentos, na perspectiva de que a reflexão e a compreensão das famílias também auxiliem na redução da discriminação contra os homossexuais, pois eles têm na família o primeiro núcleo de rejeição. O grupo de familiares promoveu a discussão da família de LGBT na mídia televisiva e no rádio, principalmente em programas elitizados como "Falando", de Tânia Carvalho, na TVCOM, como o Programa "Gaúcha Comportamento", também apresentado pela jornalista Tânia Carvalho, entre outros. Sempre participam profissionais e familiares integrantes do grupo.

Geralmente são trinta minutos para falar do grupo que teve como objetivo fortalecer uma rede social solidária de familiares e amigos de *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. É importante ressaltar que os programas, mesmo os mais elitistas buscam ter debates polêmicos e entrevistas profundas, interessantes com pessoas que conhecem muito bem o comportamento humano, além da importância de discutir-se o tema também com a classe média alta.

No ano de 2010, o SOMOS deu continuidade às suas ações do ponto de cultura como as Oficinas de Teatro, Cinema e Vídeo, para jovens LGBT entre 14 e 21 anos, além dos cursos sobre direitos humanos. O projeto tem o objetivo de trabalhar por meio dessas expressões diversos temas relacionados à sexualidade, à afetividade, ao trabalho, à saúde, aos direitos humanos, entre outros. As vagas são limitadas, e as turmas são de aproximadamente trinta

peessoas. A importância dessa ação está na sensibilidade de promover para esses jovens um espaço de autoconhecimento que lhes permita lidar com a autoestima e com o preconceito alheio. Além disso, o projeto permite que os jovens conheçam outros jovens que estão na mesma condição, ou seja, além de promover cultura LGBT, o espaço promove arte, terapia e convivência.

O movimento, todos os anos, promove diversas manifestações públicas contra a homofobia. No ano de 2010, uma das ações foi realizada na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), exigindo que os alunos formados pelo curso de Medicina recebam orientações a respeito de sexualidade e dos Direitos Humanos. Às 15 horas aconteceu uma reunião com o Promotor Francesco Conti, Coordenador do Centro de Apoio de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual, onde o SOMOS protocolou a denúncia e solicitou providências. Na oportunidade, estiveram presentes os alunos Igor Rabuske Araújo, 21 anos, e Alex Vicente Spadini, 19 anos, ambos *gays* e eleitos para direção do Centro Acadêmico 22 de março, da UFSCPA.

A ação acontece na mesma data em que, há 62 anos, foi criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. "Gostaríamos de contar com a participação de todos e todas nesse ato contra o ódio, preconceito e discriminação, com o objetivo de lembrar dos ideais desta declaração e reafirmar a dignidade da pessoa humana", afirmou Rodrigo Kreitchmann, monitor do SOMOS e mobilizador da manifestação.

Em 2010, outras ações tiveram continuidade, como o Cinema em Debate e os encontros do grupo de familiares.

#### **4.4.3 Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul (LBL/RS)**

A LBL/RS existe desde 2003 em Porto Alegre, e vem, ao longo de sua existência, promovendo algumas ações. No ano de 2008, a LBL/RS organizou um torneio de futebol para mulheres lésbicas intitulado "Torneio de Futebol Feminino – Preferimos FEMINISTA", que teve como objetivo marcar o dia nacional pela descriminalização, mas que o movimento preferiu pela legalização - do aborto! Dia de luta e — por que não? — de socialização. O evento foi um convite às lésbicas para integração, conhecimento, prática de esportes, para o fortalecimento e agregação das lésbicas ao movimento. Esse não foi um espaço de debates,

mas um espaço político que tentou reunir lésbicas para conversas informais, mas referentes ao movimento, pois muitas talvez estariam conhecendo-o, pela primeira vez. Embora organizado para as mulheres lésbicas, o movimento manteve-se aberto à comunidade em geral. Esse evento foi uma estratégia interna para conhecerem-se e identificarem-se, para o fortalecimento interno, além dos estímulos positivos às relações lesbianas.

Outro evento realizado foi o “Domingo na Rua”, em que dezenas de mulheres lésbicas (além de muitos participantes *gays* e heterossexuais), algumas acompanhadas por suas famílias, reuniram-se para ouvir um pouco de música, conversar e falar sobre a questão da visibilidade lésbica, também com o público presente. Na oportunidade, houve distribuição de panfletos sobre o movimento e sobre a questão lésbica. É importante ressaltar que o evento ocorreu no Parque Farroupilha, conhecido como Parque da Redenção, onde milhares de pessoas da cidade e de fora dela reúnem-se durante todo o dia para diversas atividades, seja visitação ao Brique (venda de artesanatos locais), seja para desfrutar do parque, para saborear a culinária local, entre outros. O parque é considerado ponto de encontro do porto-alegrense. Na população presente ao evento, encontravam as lésbicas feministas do movimento com suas famílias e amigos, numa conotação que vai além da homossexualidade, em uma conotação de outras relações que os homossexuais estabelecem na sua vida cotidiana.

A LBL/RS diversifica suas ações, mesmo que os temas fiquem em torno da mulher, da mulher lésbica e da mulher lésbica e feminista. Uma dessas ações foi o “Debate das Mulheres Lésbicas no Mundo do Trabalho” cujo objetivo era discutir esse tema pertinente a partir do olhar de profissionais que atuam na promoção de políticas para mulheres. O auditório do Sindicato dos Bancários, local do evento, estava repleto de participantes que somavam mais de cinquenta.

A II Marcha Lésbica de Porto Alegre ocorreu conjuntamente com outros movimentos LGBT — a XII Parada Livre — cujo público participante foi o mesmo. Durante a marcha, ocorreram manifestações, distribuição de materiais, conversas paralelas sobre o movimento e a não discriminação, falas ao microfone sobre o movimento e a marcha. Como a marcha ocorreu junto com a Parada, o público pode observar o sectarismo dos movimentos, incluindo a luta conjunta, mas individual da LBL/RS.

No ano de 2009, ocorreram simultaneamente à XIII Parada Livre, a III Marcha Lésbica de Porto Alegre, a I Jornada Lésbica Feminista de Porto Alegre e a I Marcha Lésbica do RS. LBL/RS, durante o ano, articula-se com diversos parceiros, dentre eles os sindicatos e o poder público, para a realização do seu evento. Nessas marchas, o material utilizado teve como

característica o beijo, com o *slogan* “Em cada beijo uma revolução”. O material mostrava diversos tipos de beijos e diversos tipos de mulheres, dentre elas duas idosas. O material não foi aceito por alguns sindicatos e não foi firmada a parceria, mas o material foi confeccionado por outros sindicatos que o aceitaram, além de outros parceiros.

A LBL/RS tem na marcha sua principal atuação no ano, por isso organiza o evento desde muito cedo. Quando uma marcha e jornada finalizam, o movimento passa a pensar a próxima, para o ano seguinte. Para o evento, a LBL/RS organiza um calendário de atividades que irá culminar nas marchas e na jornada. Esse calendário consiste em reuniões quinzenais, em que estão presentes as integrantes dos movimentos e, por vezes, os parceiros que irão compor o evento. A jornada de 2009 teve como atividades (a) o CINELÉS, com objetivo de projeção de quatro filmes com temáticas lésbicas no Cine Bancários em Porto Alegre; (b) a roda de discussão mediada, que ocorreu uma vez por semana, durante as quatro semanas, após a projeção de um dos filmes; (c) as oficinas de criação de materiais, com o objetivo de confeccionar faixas, cartazes, pirulitos e instrumentos a serem utilizados na Marcha Lésbica e, por fim, (d) a “Festa Delas”, que ocorreu no dia da visibilidade lésbica, para integrar e fortalecer as mulheres lésbicas e bissexuais para a caminhada do dia seguinte.

Conforme as integrantes do movimento, o resultado foi bastante positivo, com a apresentação dos filmes, *shows* de finalização, distribuição de aproximadamente mil e seiscentos panfletos e quatrocentos cartazes. O evento como um todo teve receptividade e a participação de um grande número de pessoas, mas não foram contabilizadas aproximadamente.

No ano de 2010, a LBL/RS realizou novas ações, mas manteve o seu calendário fixo com a IV Marcha Lésbica de Porto Alegre, a II Jornada Lésbica Feminista de Porto Alegre e a II Marcha Lésbica do RS, que ocorreram no mesmo dia. Nesse ano, conforme a informante Anaiara, o evento reuniu centenas de mulheres, homens, crianças, mas, sobretudo, lésbicas e feministas no dia da visibilidade lésbica. O evento iniciou com uma concentração ao meio dia, após ocorreu um *show* e a marcha. A marcha teve como slogan, assim como o seu material de apoio e divulgação, “MULHERES NA RUA CONTRA O MACHISMO E A LESBOFOBIA”. Esse material indicava a marcha e o horário com fundo colorido. Além dessas informações, o movimento solicitava às pessoas e às próprias lésbicas o apoio ao movimento e à marcha com panos coloridos nas janelas. Os panos não foram efetivos, mas o evento teve visibilidade nos arredores do Parque Farroupilha, ou Parque da Redenção como é conhecido, e nos locais por onde a marcha passou.

O calendário das marchas e da jornada teve algumas ações semelhantes a 2009, como a confecção de cartazes e a divulgação por meio da panfletagem nos finais de semana, além da busca dos sindicatos e do poder público como parceiros do evento.

No ano de 2010, a LBL/RS concentrou suas atividades visando ao seu calendário fixo, mas também buscou forte atuação em sua nova campanha junto ao poder público, com a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos de Porto Alegre, intitulada “O sistema de Saúde não é Lugar para a Discriminação”. Essa é uma iniciativa em nível nacional, e pretende estabelecer um parâmetro para cursos de formação dos profissionais de saúde nos postos públicos — com prazo para início em março de 2011 — visando a um acolhimento e um tratamento adequados para a população lésbica e de mulheres bissexuais nos postos de Porto Alegre.

O protocolo é resultado de uma pesquisa realizada nos postos de saúde da capital. Foram entrevistados médicos e pacientes, tendo como finalidade identificar os maiores problemas no atendimento da população lésbica e bissexual. A pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS/UFRGS), e teve a participação das ativistas da LBL/RS e do Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas (CANDACES) de Porto Alegre, para o trabalho de campo.

A Campanha de Saúde, também foi indicada no Conselho Nacional de Saúde para servir como referência para o desenvolvimento de uma campanha nacional, usando como base essa pesquisa e mais duas realizadas no nordeste com o mesmo objetivo. Conforme Anaiara, informante da LBL, foram necessários cerca de três anos de trabalho e a parceria de entidades sindicais, como o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RS (SINDSAUDE), de Porto Alegre, o envolvimento da sociedade civil, representada na Associação de Obstetrícia e Ginecologia do RS (SOGIRGS), além do apoio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Secretaria de Saúde do Município, além da PATUÁ comunicações.

Para as marchas, a jornada e a campanha da saúde foram distribuídos materiais nos postos de atendimento do SUS, houve distribuição de materiais nos lugares de frequência lésbica, uma Banca na Parada da Diversidade da Vila Maria da Conceição; fez-se intensificação da campanha de rua, distribuição de materiais em bares e boates e Banca no Bric da Redenção com SMDH, SMS. Além disso, realizaram-se as reuniões quinzenais do movimento e dos encontros políticos para firmar parceria com as diversas entidades contatadas.

Outro evento realizado em 2010 foi o evento “Se Tem Violência contra a Mulher, a Gente Mete a Colher!”. Ele foi realizado no dia internacional do combate à violência contra as mulheres, na esquina democrática,<sup>44</sup> local conhecido no município como palco das diversas manifestações, principalmente políticas, e, atualmente, é palco também de manifestações culturais e religiosas. O evento provocou e convocou mulheres a levar suas maquiagens, colher de pau, para confeccionar cartazes e faixas para a manifestação. Além da divulgação anterior, houve as chamadas no momento do evento. Para o movimento LBL/RS a violência dos homens contra as mulheres é a fúria do sistema contra a metade da humanidade. Quem frequenta a esquina democrática nos diversos horários do dia pode conferir a imensidão de pessoas que passam pelo local.

É certo que, como outros movimentos, a LBL/RS, durante o ano, participa de diversas atividades, muitas não promovidas pela Liga. Além disso, outras atividades da LBL/RS estão relacionadas à mobilização de parcerias e de encontros de planejamento de suas ações.

Além de todas estas ações dos movimentos, de certa forma mais individuais, existem as Paradas Livres, que são eventos organizados anualmente, com a presença dos três movimentos aqui citados. No entanto, nem todos esses três estão de acordo com a proposta da parada, mas, mesmo assim, participam da ação. A exemplo do descontentamento quanto à realização e o objetivo dessas paradas, citamos o caso da LBL/RS, que questionou o evento em seu *site*. Tentamos transferir para este estudo alguns trechos da publicação virtual, mas avaliamos interessante trazer o texto na íntegra, pois além de uma crítica à XII Parada Livre, é um desabafo sobre desarticulação das lésbicas no município. Este texto foi publicado no site da LBL/RS logo após a Parada Livre de 2008:

A 12.<sup>a</sup> Parada Livre de Porto Alegre levanta entre nós, mulheres feministas, o mesmo questionamento de todos os anos: por que motivo, afinal realizamos a “Parada Livre”? A LBL tem participado das reuniões de organização da “Parada Livre”, propondo realizá-la como forma de visibilidade política, às nossas bandeiras de luta e transformando este evento num dia de protestos que contribua para derrubarmos toda a forma de opressão existente na sociedade moderna.

Entretanto, o evento em si tem resultado numa manifestação machista, onde os corpos são o mote mais importante e onde apresentamos um estilo de vida que está longe de representar a sociedade que queremos.

---

<sup>44</sup> Nos anos 1970, a população elegeu a área como o espaço de seus encontros e manifestações públicas. Diversos grupos reúnem-se ali: músicos, atores de peças teatrais, grupos étnicos, e a mídia realiza seus levantamentos de opinião. Na mobilização da sociedade civil para as primeiras eleições diretas em 1982, o largo, palco e cenário de debates políticos e sociais, passou a denominar-se “Esquina Democrática”. Como, desde 1823, o espaço serviu para diversos embates políticos e atualmente outros, possibilitou, em 1997, o tombamento do local. Ver mais em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/cultura>>.

Esta realidade – regada a carros de som com música tecno e corpos esculturais expostos ao limite, com uma condução de “palco” numa linguagem que pode servir para boates e casas de espetáculo, mas que está longe de atingir a população de curiosos que todo ano enche o evento ou mesmo de minimamente representar a totalidade dos posicionamentos da comunidade LGBT – representa, sem dúvida, uma das facetas da população homossexual, mas deixa de fora, inegavelmente, muitas das “cores do arco-íris”.

Enquanto militantes vemos nossas pautas se esvaziarem, numa proposta que minimiza a luta pela livre expressão sexual e pelo direito ao/s nosso/s corpo/s. Como população engajada na luta pela visibilidade da comunidade LGBTT, não temos acesso às verbas do evento, que é direcionada ao público masculino, ao longo de todos esses anos, reforçando o mesmo estereótipo sexista, machista e racista da sociedade que, em fim, queremos transformar. Lutamos pela construção do “Dia da Visibilidade Lésbica”, como uma forma de marcarmos de forma independente e com o nosso jeito a luta por direitos sexuais e reprodutivos da população feminina. Mas não conseguimos, ainda, realizar o evento em Porto Alegre fora da parada. Somos poucas, desarticuladas, pulverizadas em movimentos mistos onde os “homens” são maioria. As tentativas deste ano de fazer acontecer algo no dia 29/08 (Visibilidade Lésbica) e 13/10 (Rebeldia Lésbica Latino-Americana e Caribenha) resultaram infrutíferas e mais uma vez estávamos na frente da “parada” realizando a II Marcha Lésbica de Porto Alegre. Precisamos caminhar na organização solidária com o movimento de mulheres, com as feministas, com as rebeldes, com nossas parceiras dos outros movimentos sociais a visibilidade lésbica que queremos, deixando a parada para a “festa” que o resto do movimento espera.

Quem sabe – se conseguirmos fazer isso – possamos lá na frente reunificar nossas caminhadas em bases mais sólidas e solidárias, com respeito real aos anseios de todas as letras que representam nossa sigla, sem a imposição de uns sobre os outros (ou às outras), com respeito a todas as formas e estilos de vivenciar nossa sexualidade.

No ano de 2008, a Parada Livre foi marcada pela unificação do evento que, desde 2005, estava ocorrendo em duas datas devido aos conflitos estabelecidos principalmente entre NUANCES e SOMOS. Com a unificação, a Parada Livre tomou proporções masculinas em ampla escala, haja vista que o público mobilizado pelo NUANCES e SOMOS é principalmente masculino, e, até mesmo, porque a visibilidade *gay* é expressivamente maior que a lésbica. Não é sem motivo que a sigla mudou para LGBT no intuito de mobilizar maior visibilidade lésbica.

Diante disso e do formato do evento, restou negativa a avaliação da Liga Brasileira de Lésbicas de Porto Alegre quanto ele. A LBL/RS não possui força para o agenciamento de recursos como o SOMOS e o NUANCES devido a sua formatação legal e a sua trajetória histórica e política. Mesmo que atualmente a LBL/RS já tenha estabelecido maior articulação estratégica com os alguns setores sociais, ainda está aquém dos outros movimentos no que tange à organização e à mobilização das mulheres lésbicas. Pontuamos o texto como uma crítica e um desabafo, porque o *site* da LBL/RS é principalmente visitado por mulheres, em



sua maioria lésbicas, que precisavam ler ali a sua falta de mobilização e o não engajamento na luta pelos direitos das lésbicas feministas.

Por outro lado, a LBL/RS, em que pese o espetáculo que gera visibilidade, ele não estimula a reflexão e, sim, a banalização do corpo, da sexualização, da alta exposição das pessoas, por vezes seminuas, numa visão superficial do que, de fato, representa essa diversidade. O evento é somente para marcar um espaço e dizer: sim estamos aqui? Ou, de fato, promove uma reflexão aprofundada dessa diversidade.

Para a LBL/RS não participar desse evento é não se articular, não marcar espaço, não apoiar o movimento, mesmo que isso represente ir contra os princípios mais íntimos de lutar por uma não heteronormatividade machista.

Célio, coordenador do NUANCES, discorda que o evento é superficial, para ele, “neste dia, as pessoas rompem com a clandestinidade e provocam um debate político sobre a livre expressão sexual, a luta contra a discriminação é uma batalha diária como forma de garantir os direitos humanos e transformar uma sociedade preconceituosa.”

A XII Parada Livre, sob o *slogan* “Cultive seus Direitos”, foi realizada pelo NUANCES e pelo Grupo Igualdade, com parceria dos outros movimentos, incluindo o SOMOS, além do poder público. O evento mobilizou, conforme mídia local, cerca de cem mil pessoas, e ocorreu no Parque da Redenção e arredore, notadamente no bairro Bom Fim, onde se localiza o parque. Se compararmos ao público presente em uma das paradas de 2007, com trinta mil pessoas, o crescimento do número de participantes foi considerável. A parada foi amplamente divulgada nos *sites* do NUNACES e do SOMOS, mas pouco no *site* da LBL/RS, talvez por sua postura contrária ao evento, já mencionada anteriormente, e por seu objetivo de dar mais visibilidade à Marcha Lésbica e menos à Parada Livre. Por outro lado, mesmo com a devida crítica da LBL/RS, a marcha teve destaque e visibilidade na programação constante no *site* do SOMOS:

XII Parada Livre, programação 16 de novembro:

12:30 - Show de Abertura: Banda Aflite

14:00 - Shows no palco

Apresentação: Glória Cristal, Laurita Leão e Dandara Rangel

15:00 - Falas dos(as) representantes de ongs e do prefeito municipal

**17:00 - 12.ª Parada Livre com abertura da 2ª Marcha Lésbica de Porto Alegre**

20:00 - Concurso Madonna Sticky & Sweet

20:30 - Música eletrônica com os Djs Samuel Thomaz e Udo Werner



A Parada foi coberta pela mídia local que, como um todo, manifestou-se positivamente, ressaltando a importância do espetáculo para combater o preconceito, ou seja com um texto politicamente correto. Veja o relato do Jornal Zero Hora:

Não houve espaço para o preconceito em Porto Alegre neste domingo. Muito menos no Parque Farroupilha, a Redenção, que ficou lotado de gays, lésbicas, transexuais, idosos, crianças, famílias, curiosos e simpatizantes da 12.<sup>a</sup> Parada Gay da Capital.

As próprias diferenças sobre a organização do evento, que dividiram pelos últimos três anos a iniciativa em duas datas distintas, ficaram de lado. Sem a chuva que ameaçava estragar a festa um dia antes e com o sol forte, o arco-íris da diversidade apareceu e brilhou (ZERO HORA. Caderno Geral. 16 de novembro de 2008).

Com a XIII Parada Livre não foi diferente. Houve críticas e descontentamentos, o que, de certa forma, é natural, se for avaliado que é um fórum LGBT municipal que pensa o evento e é composto pelos movimentos LGBT de Porto Alegre, que têm percepções e expectativas diferentes entre si. O evento ocorreu no mesmo local de todas as anteriores, no Parque da Redenção, local de conforto para as manifestações desses movimentos, com basicamente a mesma formatação.

Nesse dia, participaram e estiverem presentes mais de duzentos e cinquenta mil pessoas, conforme dados da Brigada Militar, ultrapassando em cem por cento o ano anterior.

A XIII Parada Livre teve como tema “Direitos Sim, Violência, Não”, sob a coordenação geral do grupo Igualdade e organização do SOMOS Comunicação, Saúde e Sexualidade e NUANCES – Grupo Pela Livre Expressão Sexual e LBL/RS. No evento, o grupo SOMOS realiza uma campanha de estímulo à realização do teste para HIV/AIDS, com apoio do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul.

A LBL/RS, apesar de parceira na comissão organizadora com o SOMOS e o NUANCES, não realizou ampla divulgação novamente no seu *site*, principal meio de comunicação com o público externo, ressaltando suas marchas. Nele, após a Parada, apenas veiculou a sua participação.

Houve veiculação pela mídia local sobre o evento com dados de participação muito abaixo do real e, novamente, apenas uma nota como forma de mencionar, “sim houve o evento e nós cobrimos”. No entanto, o Jornal Correio do Povo conversou com algumas pessoas envolvidas que mencionaram sua opinião sobre o evento:

Cerca de 30 mil pessoas estiveram no Parque da Redenção neste domingo.

Festa, música, cores e brilho. Esse foi o tom que a 13ª Parada Livre imprimiu no Parque da Redenção neste domingo. Um palco montado em frente ao Espelho D'água foi cenário de atrações, como o show da lendária drag queen Dandara Rangel. Com bandeiras de arco-íris, trios elétricos e performances de DJs, o evento marcou a defesa dos direitos humanos para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT).

Organizado por grupos de LGBT rio-grandenses, como a Associação de Travestis e Transexuais do RS (Igualdade), o grupo Nuances e o Somos Comunicação, o evento conta com apoio do Ministério da Cultura, da Saúde, da prefeitura de Porto Alegre, do governo do Estado e da Rede Nacional de Pessoas que Vivem com Aids (RNP).

A coordenadora-geral da Associação de Travestis e Transexuais do RS (Igualdade), Marcellly Malta, afirma demandas desses grupos continuam atuais. "Há muita violência contra nós e poucas políticas públicas, o que nos deixa muito vulneráveis. Por isso escolhemos o tema 'Direitos sim, violência não' neste ano", explica.

Para a drag queen Marcela Perón, a parada é um momento de liberdade de expressão. "Aqui podemos celebrar, nos divertir e combater o preconceito com alegria. Tem gente de todas as idades e orientações sexuais convivendo pacificamente. Essa é a ideia", descreve. Segundo Eduardo Hilário, proprietário de um clube gay de Porto Alegre, o evento é importante para unir tribos. "Somos homossexuais e não há nada errado nisso. É uma realidade, não precisamos esconder", declarou (CORREIO DO POVO. Caderno Arte&Agenda. Variedades. 25 de outubro de 2009).

Mesmo não sendo a melhor cobertura, é importante vocalizar as pessoas envolvidas. Sabemos das implicações e interesse de cada jornal, mas, mesmo pensando nessa linha, o Jornal Correio do Povo, atualmente, faz parte da Rede Record, que tem um recorte religioso, o que poderia significar o reconhecimento do evento. Por outro lado, pode haver uma disputa de público, e o Correio do Povo estaria buscando agregar os LGBT, e ainda fazer um contraponto com igreja católica, por sua indiferença e certa forma homofobia aos LGBT. Não queremos, aqui, valorizar ou dizer que um jornal é melhor que outro; apenas problematizamos o fato de que há interesses na forma como se veiculam as notícias. Ademais, qual seria o interesse também do jornal Correio do Povo, quando refere-se à participação de trinta mil pessoas e não duzentos e cinquenta mil?

Mesmo aumentando o público, a programação manteve-se praticamente a mesma:

10h da manhã, bancas das ONGs

12h Som com DJs Udo Werner e Samuel Thomas

14h Abertura dos shows com as apresentadoras Laurita Leão, Glória Cristal e Dandara Rangel

15h Fala dos representantes dos movimentos e autoridades

17h Parada Livre volta em torno da Redenção e retorno ao palco onde continuará a função.

Cabe ressaltar que o evento teve diversos nomes e, quando ele foi dividido em dois eventos, um chamou-se “Parada Livre” e o outro “Parada do Orgulho Gay”. Com a junção das paradas, o fórum LGBT decidiu por manter o nome “Parada Livre”, sempre sugerido e utilizado pelo NUANCES, que representa, de fato, a diversidade, pois Parada Do Orgulho Gay remeteria ao orgulho do homossexual masculino.

Para o SOMOS, conforme seu coordenador geral, Luiz Zago, o NUANCES sempre defendeu o nome da parada como Parada Livre, trazendo uma reflexão para o fórum na mudança do nome do evento, ampliando a diversidade. No entanto, para Zago, não adianta o fórum LGBT de Porto Alegre reconhecer a diversidade, buscar direitos humanos, se na escolha de seus representantes existe sectarismo “recortamos um representante do L, do G, do B, do T... Então temos que ter um que seja lésbica, um na comissão que seja gay, um que seja bissexual... a gente mesmo separa, segmenta, afirma esse sectarismo”. De fato, pensando na lógica do SOMOS, em breve, a comissão irá desejar uma representante lésbica e uma lésbica negra, um *gay* e um *gay* índio e assim sucessivamente.

#### 4.4.4 XIV Parada Livre

A XIV Parada Livre aconteceu em tom de resistência, alertando as autoridades da necessidade de discutir-se e garantir os direitos humanos da população LGBT, além de enfrentar a homofobia como política pública. Dias antes do evento, o grupo Igualdade — Associação de Travestis e Transexuais do RS recebeu telefonemas com ameaças de *skinheads*, as quais foram registradas na delegacia, segundo Marceley Malta, coordenadora da ONG.

Tal notícia movimentou o cenário LGBT, que organizava a parada. Conforme Gustavo Bernardes, ex-coordenador do SOMOS, na abertura do evento, “ninguém irá estragar a nossa festa, nem *skinheads*, nem oportunistas”, referindo-se, também, a alguns carros que tentaram, na última hora, entrar para dar visibilidade às suas festas ou aos seus núcleos de partidos políticos, o que a comissão organizadora não permite.

A parada ocorreu novamente no Parque da Redenção e movimentou cerca de cinquenta mil pessoas, conforme dados da Brigada Militar, publicados no *site* do SOMOS. O público

era constituído de famílias, crianças, homens, mulheres, travestis, *drag queens*, dando um colorido especial ao local.

É difícil não avaliar o que aconteceu nesse evento. Apesar da chuva fina, não foi o tempo ruim que afastou as pessoas ou causou a diminuição drástica do número de participantes na Parada. Em 2009, foram cerca de 200 mil pessoas, enquanto, em 2010, foram cinquenta mil. Nenhum dos movimentos manifestou-se sobre a situação, mas o fato de barrar os oportunistas talvez tenha gerado a desmobilização por parte deles e por influência deles, mas, obviamente, não foi somente este fator. Nesse mês, ocorreu apenas a Parada do Rio de Janeiro, no dia 14 de novembro, distante duas semanas do evento de Porto Alegre, o que não seria motivo para tal. O que pode também ter influenciado foi o tema da parada que, em outros anos, ressaltara os direitos, a não violência e nesse ano pautou a sexualidade.

Contudo, o evento foi praticamente igual ao dos anos anteriores em sua programação. Foi no mesmo local, com os mesmos movimentos e, novamente, por parte da LBL/RS houve críticas ao evento:

Apesar de desejarmos um evento mais político do que tem sido as paradas Brasil afora, vemos alguns avanços na grade deste ano, já que teremos seminários e formação no evento de 2010 aqui em PoA. De qualquer forma, consideramos que o momento de visibilidade é importante, e convocamos TODAS a estarem conosco, embaixo da bandeira do Arco-Íris da LBL para mostrar que SIM! TEM MULHERES NA PARADA! (ANAIARA, LBL/RS).

A parada de 2010 foi divulgada novamente, desta vez de forma ampla, pelos movimentos em seus *sites* e eventos. Nesse ano, o tema escolhido foi “A Sexualidade Tem Todas as Cores”. O material gráfico é inspirado na *Drag Queen* Perla Ostra, clássica *drag queen*, madrinha da Parada, que prepara sua caracterização todos os anos exclusivamente para o evento. O cabelo, estilo *black power* montado com pessoas em posições eróticas, mostra o quanto a sexualidade é diversa e faz parte do dia-a-dia das pessoas. Conforme Sandro Ka, artista plástico e um dos coordenadores da área da cultura do SOMOS, os movimentos queriam “mostrar que o sexo é algo natural e que devemos pensar nele sem preconceitos”.

O evento foi coordenado novamente pelo Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais de Porto Alegre em parceria com o NUANCES – Grupo pela Livre Expressão Sexual, o SOMOS — Comunicação, Saúde e Sexualidade, a Regional Sul da LBL — Liga Brasileira de Lésbicas e o Serviço de Assistência Jurídica Gratuita da UFRGS (SAJU).

Dessa parceria, foi proposta, anteriormente à Parada, a realização de um seminário intitulado “A Sexualidade Tem Todas as Cores”, com o objetivo de debater o movimento LGBT no Estado em suas diferentes questões e, ao mesmo tempo, divulgar a XIV Parada Livre. O encontro foi dividido em três painéis com os temas “História do Movimento LGBT no Estado do Rio Grande do Sul”, “O Reconhecimento do Estado às Múltiplas Sexualidades” e “Identidade de Gênero: Fronteiras e Transgressões”.

Houve, como nos anos anteriores, notas aferidas pela mídia sobre o evento, seguindo o mesmo formato, e certa indiferença na publicação:

#### Parada Livre reúne milhares em Porto Alegre

Segurança foi reforçada no Parque da Redenção por causa de ameaças neonazistas

Milhares de pessoas acompanharam neste domingo a 14.<sup>a</sup> Parada Livre de Porto Alegre, no Parque da Redenção. Apresentações e performances garantiram a diversão no palco montado no local.

A segurança foi reforçada pela Brigada Militar e policiais paisanos, em virtude de ameaças de atentados por parte de grupos neonazistas. “Não precisam nos aceitar, tem de nos respeitar”, ressaltou Luma Oliveira, transformista, que disse ainda que é preciso haver espaço no mercado formal de trabalho para homossexuais.

“Eu acho que todos os grupos, gays e lésbicos, têm de ser respeitados. Eu sou a favor da democracia”, disse Schirlei Dornelles, frequentadora do Parque da Redenção (CORREIO DO POVO. Caderno Geral, 28 de novembro de 2010).

#### Chuva e paetê na Parada Livre de Porto Alegre

Evento realizado no Parque da Redenção contou com artistas transformistas, grupos de dança, gogoboyes, performers e cantores.

Por volta das 17h de hoje, iniciaram-se os shows de abertura da 14.<sup>a</sup> Parada Livre de Porto Alegre, próximo ao Espelho D'Água, no Parque da Redenção. Após a concentração, os participantes seguiram para o desfile, que contorna o parque e conta com pelo menos sete trios elétricos.

A chuva, que começou a cair perto das 18h, dispersou parte dos participantes, mas não terminou com a festa. Com o tema "A Sexualidade tem todas as cores", o evento contou com artistas transformistas, grupos de dança, gogoboyes, performers e cantores.

Apesar de ameaças sofridas por parte de grupos neonazistas, não houve registro de ocorrências policiais na Parada Livre. Para manter a ordem, a Brigada Militar contou com grande número de policiais no evento.” (ZERO HORA. Caderno Geral, 28 de novembro de 2010).

As paradas livres de Porto Alegre caracterizam-se pela exposição do colorido e das múltiplas diversidades, sejam sexuais, biológicas, culturais, étnicas, afetivas, entre outras. Não apresentam força no tocante à reflexão acerca dos temas propostos, pelo fato de que muitos participam muito mais por ser uma festa, do que pelo posicionamento político que o evento

possa, em algum momento, querer apresentar. Por outro lado, o espetáculo, a festa é um evento agregador de pessoas, que torna visível os LGBT. Ademais, a realização do evento no Parque da Redenção, reduto das diversas manifestações, principalmente LGBT, que realiza sempre os seus eventos no local, torna as paradas e demais eventos LGBT, para o movimento, um lugar confortável de conquista e reconhecimento geográfico de manifestação. Não se faz necessário perguntar o local da parada, somente o dia, o restante é sempre praticamente o mesmo.

Nas paradas, há, sim, muita exposição dos corpos, não como protesto, mas como exposição que espera admiração, e demonstra certa liberdade. Não difere em alguns momentos de outras festas “ainda” heterossexuais como o carnaval, mas, como diz Freire Costa (1992, p. 44), “não há como dividir heterossexuais e homossexuais, seria como querer dividir castos e devassos, férteis e inférteis, fiéis e infiéis”. É como querer referir que homossexuais se comportam de tal maneira e heterossexuais comportam-se de outra maneira, ambos são seres humanos passíveis de diversos atos, motivados pelos mais diversos desejos e vontades que, no fundo, comportam-se igualmente.

#### 4.5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT E UMA POSSÍVEL MUDANÇA DE CULTURA

Cada movimento pesquisado apresenta diversas características, algumas em consonância com o papel do movimento social e algumas características próprias de cada um.

O NUANCES tem posicionamento mais radical. Tem clareza de suas posições e do que objetiva, quando se manifesta publicamente seja pelo discurso oral, seja pela escrita, seja de forma virtual. Atualmente sua estrutura organizacional e estratégica não lhe tem permitido manter determinadas posições. Por outro lado, o Nuances tem uma história com a cidade de Porto Alegre. Foi por meio desse movimento que a cidade conheceu a diversidade sexual, mesmo a contragosto.

O NUANCES lutou muito para trazer os homossexuais à sociedade, e não é possível negar a sua contribuição para que os homossexuais também se aceitassem, conhecessem-se entre si, fortalecessem-se e lutassem por seus direitos, em que pese também a constituição de outros grupos, a partir de militantes do NUANCES, devido ao seu reconhecimento e ao

reconhecimento da importância dessa luta. O NUANCES abriu portas para esses movimentos, apesar de suas diferenças.

Em meados dos anos 2000, com o primeiro Fórum Social Mundial, Porto Alegre foi reconhecida como palco da diversidade, da qualidade de vida, da sua luta pelos direitos humanos e pela sua expressão política. Não é possível negar também que o recorte da luta LGBT, originalmente promovidas pelo Nuances juntamente com o GAP/RS, tenha sido também construtora desse processo, como tantos outros movimentos.

Atualmente o NUANCES vem encerrando diversos trabalhos, mas, como toda organização, há sempre momentos de repensar-se e reinventar-se em uma lógica atual própria do sistema. Na contemporaneidade, reinventar-se e manter a sustentabilidade é tão necessário quanto manter-se ideologicamente.

Para Barroso (2007) a questão da liberdade sexual aparece como ordenadora e fundante de toda a ação promovida pelo NUANCES. O NUANCES é marcado por três momentos históricos (2007, p. 277):

Num primeiro momento tem-se a história da busca por um reconhecimento social e por parcerias por um determinado grupo voltado para a defesa da “livre expressão sexual”. Num segundo momento, tem-se a história do uso de um periódico para a difusão de uma crítica política e moral da sociedade, dos GLBTTs e do movimento homossexual, fundada na rejeição, por este grupo, à proposição (pelos homossexuais e pelo movimento homossexual) e a aceitação por (alguns setores da sociedade mais ampla) de uma visibilidade homossexual assimilável ao padrão heterossexual. E, num terceiro momento, tem-se a história da perda de alguns parceiros conquistados e de um processo de isolamento e marginalização deste grupo dentro do movimento homossexual.

É relevante mencionar que o NUANCES nasce em um período bastante socialmente conflituoso para os homossexuais: no final da década de 1980 e início da década de 1990, quando a AIDS era um motivo de discriminação da homossexualidade, e não havia muitas informações sobre a doença, haja vista que o NUANCES forjou seu início junto ao GAP/RS. Esse contexto pode ter sido desencadeador para que o NUANCES se apresentasse tão rígido na sua trajetória. Contudo, o contexto mudou.

Mesmo com sua parcela de contribuição para uma possível mudança cultural em Porto Alegre, pelo seu tempo histórico, o NUANCES não atua na perspectiva da diversidade afetiva, mesmo a afetivo-sexual, pois suas ações expressam sexualidade, sexo e diversidade sexual. Não que não sejam componentes relevantes, mas marcam o modo de ser homossexual como sendo seres compostos apenas de sexualidade, sem a possibilidade de terem mais que



uma orientação sexual, mais do que o corpo, mais que objetos da sua sexualidade. Nem todas as esferas da nossa vida movem-se pela sexualidade. Atualmente, o grupo não tem projetos e, desde 2008, não realizou muitas ações.

O segundo grupo pesquisado foi o SOMOS, que surgiu em 2001, em um novo contexto de expressão do movimento LGBT em Porto Alegre, mostrando uma nova forma de fazer o movimento, mais brando, mais dialógico, tanto quanto reivindicativo. Suas lutas são mais abrangentes, direcionadas à discriminação contra os homossexuais, e, ampliando sua área de atuação, intervém também na saúde e na comunicação externa e interna destas questões.

O SOMOS não chega para abrir portas no sentido de mostrar à sociedade a existência dos homossexuais e suas lutas, mas abre caminhos para novas parcerias, novas formas de agenciamento de recursos, novas possibilidades de inserção e projetos. O SOMOS é um movimento configurado em uma organização com gestão profissionalizada, uma gestão de projetos bem estruturada, com forte reflexão sobre os fenômenos atuais e as mudanças da estrutura social e cultural, visto que se modifica, acompanhando estes movimentos.

Por outro lado, o SOMOS, por vezes, parece mais um na multidão. Está em diversos lugares, e parece não estar em lugar algum. Por atuar em diversas frentes, sua atuação pode ser, por vezes, menos contundente, menos expressiva e menos efetiva. Na sua perspectiva de ampliação de público, pode perder sua identidade, pois tende a modificar sua ideologia. Pode fortalecer a ONG, mas pode enfraquecer o movimento LGBT. Ainda relativizando, essa forma mais branda de atuar em alguns momentos faz com que o SOMOS se insira mais nesse sistema e na sociedade, podendo, a partir disso, estabelecer alianças de apoio e legitimação dos homossexuais em alguns espaços, sem uma postura dura como a do NUANCES do “tem de respeitar e basta”. O respeito é a premissa social; já existe o “respeito e basta”, mas, como isso não é suficiente, fazem-se necessárias outras estratégias que saiam da linha direta.

A diversificação da atuação do SOMOS é outro ponto que não deixa tão sobressalente somente a diversidade sexual. Trata de outros temas com outros públicos, como as escolas (professores, crianças e adolescentes), as famílias (mães, pais, irmãos e outros), os jovens homossexuais, as academias (professores, universitários de diversas idades, funcionários, entre outros), as diversas secretarias e seus funcionários, seja da cultura, seja da saúde, de segurança, entre outras, e a comunidade em geral. Além de trabalhar com o público adulto com personalidade e opiniões formadas, atua com crianças e adolescentes que estão nessa formação, tanto para que se posicionem, caso sejam homossexuais, quanto, caso não o sejam, para compreenderem as diferenças sem que haja discriminação.



O SOMOS realizou diversas ações de 2008 a 2011, muitas delas voltadas para trabalhar outras questões além da sexualidade. Suas ações envolveram grande número de pessoas, mas concentraram-se em poucos lugares, tais como a sede da entidade, o Parque da Redenção, a mídia local de televisão e rádio, a área central e os arredores. O movimento tem uma dificuldade maior em alcançar outras áreas da cidade, especialmente nos bairros mais distantes do centro. O que auxilia na amplitude das ações do movimento são as campanhas na Internet, no rádio, na televisão, e as diversas entrevistas nesses veículos. Ademais, o que pode auxiliar da disseminação das ações do movimento são as pessoas que frequentam a sede, fazendo as oficinas, participando dos debates e do grupo de familiares. Muito mais as pessoas vão ao SOMOS, do que o SOMOS vai às pessoas, além do centro e arredores.

A partir de 2008, houve um aumento de recursos agenciados pelo SOMOS, provavelmente pelo aumento de solicitação de projetos por editais para a luta LGBT seja para atuação na saúde, seja na cultura, seja nos direitos humanos. Esse aumento de recursos possibilitou um aumento significativo nas ações do SOMOS.

A Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul (LBL/RS) foi fundada em 2003, com sede em Porto Alegre, e também realizou diversas ações em seus oito anos. Apresenta também um posicionamento forte e, por vezes, radical no tocante à defesa contundente das lésbicas feministas, contra a heteronormatividade. Não é simplesmente a luta por direitos, é um radicalismo que, por vezes, deseja extinguir o ser masculino.

É impossível pensar ações no movimento que possam incluir outros movimentos, se muitas delas, para não dizer todas, estão voltadas ao seu movimento e aos seus ideais. A LBL está sempre voltada a pensar de forma a estabelecer vínculos que provejam alguma vantagem para o movimento, o que pode ser positivo ou negativo. Por um lado é positivo, pois o movimento necessita pensar sempre na sua atuação futura, e esses vínculos podem restar positivos em diversos fatores, até mesmo porque o movimento se estrutura em rede e depende do apoio de muitos de seus parceiros. Como não possuem pessoa jurídica, dificilmente participam de editais e licitações. Suas ações são realizadas pelos seus parceiros e pelas pessoas físicas que contribuem financeiramente ou com a contribuição das próprias integrantes.

O movimento tem diversos princípios que, por vezes, deve dificultar a sua atuação, pois eles estão voltados contra quase tudo que move o sistema atual. Como seria possível lutar contra diversas situações, se estamos permeadas por elas? O mundo e a sociedade estão permeados e a Liga Brasileira de Lésbicas também o está por essas situações. Os princípios

aqui referidos e problematizados anteriormente neste estudo, mesmo que regentes para toda a Liga nacional e as regionais, não são seguidos por todas as lésbicas do movimento. Tampouco, pelo próprio movimento os seguem, pois ocorrem muitas discussões entre a nacional e as regionais pelo seu não cumprimento, além de haver outras divergências, com a representatividade nas regionais, na nacional, junto aos eventos e às importantes decisões a serem tomadas pela Liga em nível nacional e regional.

A LBL/RS, por vezes, é bastante contraditória. Faz críticas à organização e ao objetivo de eventos, como a Parada Livre, mas participa dela, tece críticas aos movimentos LGBT de Porto Alegre por sua postura de segregação e supervalorização da ala *gay* nos eventos, o que é inaceitável para o movimento lésbico feminista, mas também firma parceria com eles. Além disso, quanto à sua estrutura organizacional, também há contradição, pois não há hierarquia, ou papéis estabelecidos, mas há aquelas pessoas que mais se expressam pelo movimento, que estão na linha de frente, que escrevem o material da Liga, alimentam o *site* e fazem falas públicas.

Quanto às ações a LBL/RS nos anos de 2008, 2009 e 2010, a Liga realizou ações voltadas e não voltadas para a sexualidade. Das ações que trabalham com uma perspectiva de afetividade ou das que buscam demonstrar mais a sexualidade nos homossexuais, quase todas ocorrem na linha do centro da cidade e dos seus arredores. Suas ações estão presentes na área central e na área do Parque da Redenção, local de conforto para o movimento LGBT, pois sempre realizam atividades ali. A LBL/RS também não está presente nos diversos bairros e realidades, talvez com uma que outra participação esporádica, mas não de maneira efetiva e frequente. Sua abrangência expressiva situa-se no *site* e nos diversos programas televisivos, nos quais a LBL/RS é convidada para debater diversos assuntos relacionados à sua luta.

Com essa diversidade de movimentos, as Paradas Livres são organizadas de maneira “cuidadosa”. Após a união dos movimentos na da parada livre em 2008, o evento teve a coordenação geral da ONG Igualdade e do NUANCES, mas, a partir de 2009, o NUANCES ficou na organização com outros movimentos, o SOMOS e a LBL/RS, e a coordenação geral esteve com a ONG Igualdade. Mesmo que os movimentos atuem juntos na organização e realização do evento, é possível visualizar a diferença de suas ações e de seus posicionamentos. Em um ponto os três movimentos concordam: podem agenciar os recursos públicos para a realização do evento, mas não há interferência deles na organização e formato do evento. As paradas movimentam um número significativo de pessoas. No entanto, ocorre em apenas um dia, no mesmo local, no Parque da redenção e com o mesmo formato.

Além da visibilidade LGBT que o movimento provocou em Porto Alegre, propiciou que outros municípios da região metropolitana organizassem-se e também produzissem seus eventos e suas paradas. Isso ocorre também no interior do Estado

Diante do apresentado neste subitem, é possível observar que os movimentos atuam pouco na perspectiva da desmistificação da sexualidade como premissa de suas ações, atuam em áreas em que as pessoas reconhecem suas manifestações, mesmo que sejam locais com grande número de circulação de pessoas. Isso se deve, talvez, porque o movimento já consolidou esses locais como locais de luta, e, neles, não sofrem risco de atos criminosos por alguém que não concorde, aceite ou reconheça os homossexuais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme referimos no início deste estudo, houve uma provocação a partir da nossa atuação profissional como assistente social e pessoal, pela nossa trajetória em relação aos amigos no município de Porto Alegre. No entanto, este estudo foi uma superação dessas motivações, ele fez-nos refletir, e esperamos que faça o mesmo aos leitores, o quanto a reprodução de certos discursos eliminam, ou diminuem o outro.

Por detrás das suas diversidades, estão seres humanos que desejam exercer sua cidadania, ser feliz. Essas pessoas, os homossexuais referidos nesta investigação, estudam, trabalham, têm família, têm sonhos e lutam por seu direito legítimo de estabelecer relações de afeto e sua sexualidade. Não discutimos e problematizamos neste estudo apenas uma diversidade, ou um direito a diversidade, discutimos sobre a vida de milhares de pessoas que, na contemporaneidade, sofrem por algo que não podem escolher e que lhes é inerente, que é a condição humana de gostar de estar, namorar, beijar, sair, flertar, transar com outra pessoa do mesmo sexo biológico, além das razões sociais que levam os atores sociais a assumir posições em defesa dessas possibilidades.

Este estudo é relevante por essas questões. Quando investigamos e produzimos conhecimento sobre o comportamento humano, no caso deste programa pelo viés sociológico, é para que haja uma reflexão dos envolvidos e de todos aqueles que acessem este estudo. Diversidade afetiva não é crime, não é pecado, não é doença, não é escolha; é apenas mais uma forma de expressarmos o que sentimos pelo outro, independentemente de quem esse outro seja. Ademais, a diversidade assume múltiplas formas, entre elas, aquelas que dizem respeito à sexualidade e à afetividade humanas; a diversidade não é apenas sexual, é também afetiva.

Um estudo científico presta-se a problematizar um fenômeno, neste caso social, vocalizando, apresentando, conhecendo, analisando o fenômeno e os sujeitos nele envolvidos.

Atualmente no Brasil, o movimento LGBT está entre os principais que têm mobilizado milhares de pessoas. No entanto, isso pode não se traduzir em reconhecimento social, mas pode traduzir-se em visibilidade que permite, por vezes, demarcar política e, socialmente, alguns espaços. No início deste estudo, partimos da premissa de que há um julgamento moral conservador, quando se trata de homossexualidade.

Quando os homossexuais demonstram afetividade em público, as pessoas que questionam, repulsam, têm preconceito, partem de um julgamento moral conservador e, por vezes, religioso. No contato afetivo, não há sexo ou sexualidade, mas, em algum momento, alguém mostrou ou disse que o certo era o binômio homem mulher. Refirmo-nos ao passado, porque não mais podemos dizer das preferências afetivas e sexuais das pessoas, por exemplo, um bissexual, quando com o sexo oposto pode parecer heterossexual, mas, quando com o mesmo sexo, não.

A pergunta que cabe aqui é: O que importa para as pessoas, a homossexualidade, a homoafetividade, a heteroafetividade e a heterossexualidade? Que um pai ou uma mãe se entristeçam por um filho ser homossexual, sabendo que essa orientação, no momento social atual, vai lhe trazer sofrimento, é uma situação, mas outras pessoas que nada tenham relacionados a isso, sejam contra, discriminem, ofendam-se é intolerável.

Na busca incessante de contribuir para uma mudança de atitude social e para a garantia de direitos fundamentais aos homossexuais, o movimento LGBT em nível de Brasil tem também realizado o devido enfrentamento com as diferentes instituições e a sociedade em geral.

No município de Porto Alegre não é diferente, no entanto, questionamos se a luta do movimento social LGBT tem contribuído para alguma mudança de atitude social, utilizando como estratégia a diversidade afetiva, haja vista que grande parte das campanhas e materiais dos movimentos LGBT de Porto Alegre ressaltam uma hipersexualização, resumindo por vezes o relacionamento homossexual pelo viés da sexualidade.

Mesmo com o surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais, que, na clandestinidade, passaram a discutir a abertura da democracia e a possibilidade da realização dos sonhos dos grupos sexuais e que, atualmente, têm se fortalecido e se expandido, é fato que a marginalização da homossexualidade é ainda presente no Brasil e em Porto Alegre, mesmo com as conquistas, mesmo que, atualmente, os homossexuais somem mais de vinte milhões de seres humanos no país, perpassando todas as raças, grupos étnicos, classes sociais, profissões e idades.

Diante desse panorama partimos da seguinte questão problema: Como se manifesta nas ações dos movimentos sociais LGBT a luta pela diversidade afetiva? Apresentando as seguintes hipóteses: a primeira é que os movimentos sociais LGBTs podem não reconhecer a dimensão homoafetiva, logo a homoafetividade poderia não aparecer em suas ações; a segunda é que os movimentos sociais LGBTs podem reconhecer a dimensão homoafetiva,

mas não como algo relevante, logo poderia aparecer em suas ações, mas de forma secundária; a terceira é que os movimentos sociais LGBTs poderiam reconhecer a dimensão homoafetiva como muito relevante, mas poderiam não apresentá-la em suas ações.

Partindo dessa questão problema e das hipóteses aqui estabelecidas, acercamo-nos de um aporte teórico que sustentasse o estudo. Para investigar e compreender os movimentos sociais, sustentamo-nos nos estudos de Doimo (1995), que aborda o movimento social no Brasil; Melucci (2001), que traz importantes contribuições sobre a constituição e os elementos que envolvem e caracterizam um movimento social; e Touraine (1999 e 2007), que discorre acerca dos movimentos sociais pela atual abordagem das diferenças sociais.

Para as abordagens das diferentes conquistas de direitos LGBT no Brasil, bem como para tratar da trajetória dos movimentos LGBT, aportamos em Simões e Facchini (2009) e Fry e Macrae (1985). Quanto aos direitos humanos fundamentamos principalmente com a contribuição teórica de Comparato (2007), que tem um vasto estudo no tocante aos direitos humanos, complementando com Couto, que problematiza os direitos no Brasil.

Ainda, a discussão da homossexualidade foi sustentada com autores como Dover (2007), que recupera a história da homossexualidade desde a Grécia Antiga. Acrescentamos, também, Fry (1985) e Macrae (1985), que abordam a homossexualidade na perspectiva do conceito e do resgate histórico do fenômeno no Brasil, assim como Facchini (2005) e Grossi (2007), que tratam das conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, *gays* e travestis, assim como Mello (2005), que escreve sobre as novas famílias, mas sob uma perspectiva da homossexualidade e Mott (2004), que aborda a homossexualidade pelo viés da homofobia. E tratamos a afetividade com fundamento em Dias (2004), na perspectiva jurídica e do conceito familiar; Nogueira (2001), com a discussão dos laços afetivos; e Scarf (1990), que trata dos papéis afetivos dos casais.

Ainda neste estudo, abordamos a construção da sexualidade, trazendo Foucault (1993), mas principalmente Therborn (2006), o qual nós revisitamos em outras partes do texto. Esse autor elabora a sexualidade, partindo de uma construção social pelas estruturas sociais e não pela produção dos discursos como Foucault. Foi na elaboração de Therborn que embasamos o estudo.

Com esses referenciais, propusemo-nos analisar a atividade cotidiana dos movimentos, levando em consideração a da diversidade afetiva, a afetividade como componente refinado dos direitos humanos, mas, principalmente, tentando entender se, de fato, o movimento atua nessa perspectiva ou somente atua no viés da sexualidade. Analisamos suas ações, que

contribuem para uma possível mudança de cultura relacionada ao universo homossexual, principalmente no que tange ao reconhecimento desta homoafetividade, no município de Porto Alegre. Para tanto, estudamos os documentos das entidades pesquisadas, alguns de seus materiais, suas ações; visitamos seus locais de atuação, entrevistamos seus dirigentes e participamos de alguns de seus eventos.

A metodologia utilizada neste estudo foi a análise comparativa. Iniciamos com uma pesquisa bibliográfica acerca do tema. Na sequência, analisamos o conteúdo dos documentos constitutivos (NUANCES e SOMOS) e materiais de divulgação dos movimentos, como por exemplo, *folders*, cartilhas entre outros; o conteúdo das entrevistas semiestruturadas em profundidade e o conteúdo de alguns artigos da mídia e os alguns discursos dos dirigentes dos movimentos, a partir da teoria da pesquisa qualitativa na construção do *corpus* e análise de conteúdo de Bauer e Gaskell (2004) e de Bardin (1995) respectivamente.

O NUANCES não reconhece a dimensão da diversidade afetiva, mas uma que outra ação perpassa por isso, porém não há objetivo nem planejamento para tal, ou seja, o NUANCES aborda indiretamente, mas não reconhece essa dimensão. O NUANCES foca sua atuação na sexualidade.

O SOMOS reconhece, de forma secundária, e busca, em diversas de suas ações, abarcar as afetividades, as afinidades, os afetos, abordando o tema de forma mais efetiva que admite fazer mais do que reconhece. Suas principais ações voltam-se para o trabalho das múltiplas possibilidade da sexualidade humana e da questão do HIV/AIDS, na saúde e na cultura.

A LBL/RS reconhece como uma de suas prioridades a diversidade afetiva, mas algumas de suas ações não perpassam essa premissa, a LBL/RS busca o enfrentamento da opressão heteronormativa, patriarcal e capitalista por vezes pelo viés da sexualidade.

Dividi a análise deste estudo em três eixos: (1) identificar quais são as ações dos movimentos sociais LGBTs, do município de Porto Alegre, junto à sociedade, que estão direta ou indiretamente relacionadas à homoafetividade; (2) identificar quais são os objetivos e qual a abrangência das ações dos movimentos sociais LGBTs do município de Porto Alegre, junto à sociedade; (3) analisar de que maneira as ações dos movimentos sociais LGBTs do município de Porto Alegre podem contribuir para uma mudança de cultura, no tocante à homoafetividade.

O primeiro eixo foi interessante analisar, pois objetivávamos encontrar ações relacionadas à diversidade afetiva, mas poderia não restar positivo, pois iríamos pesquisar a

existência das ações dos diferentes movimentos. No entanto, encontramos ações nos três movimentos nos anos de 2008 a 2010.

No ano de 2008, foram nove ações, entre debates, marchas, campanhas publicitárias, encontro nacional e eventos esportivos. No ano de 2009, foram 11 ações, entre debates, marchas, campanhas publicitárias, oficinas de teatro, cinema e vídeo, grupos de apoio e seminários. No ano de 2010, também foram encontradas 11 ações, as mesmas já apresentadas em 2009. Essas ações evidenciaram as diversas posições políticas e ideológicas dos três movimentos.

Nessas posições de conflitos, de um lado está o NUANCES com o seu enfrentamento direto, pouco dialógico que expõe a sexualidade de uma forma, por vezes, agressivas, fortes e que chocam as mentes moralistas e conservadoras. De outro lado, encontramos o SOMOS, com sua articulação de alianças, enfrentamento moderado, dialógico, mais brando e, por vezes, mais influente e, ainda, a LBL/RS, que atua de forma contundente contra a ordem do sistema social atual, buscando articulação com as entidades desse sistema, de forma pouco dialógica, entendendo como obrigação dessas entidades o apoio à sua luta. Ademais, seu posicionamento radical na questão feminista pode, por vezes, afastar as mulheres lésbicas.

São posições de confluências, de atuação conjunta em algumas ações que enfrentam o mesmo oponente, a heteronormatividade, por exemplo. Por outro lado, são semelhantes no agenciamento de recursos. Utilizam-se de recursos públicos provindos de diferentes parcerias e entidades. Não identificamos parceria com o setor privado, mas constatamos que os três movimentos fazem interlocuções com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Verificamos que há posições mais organizadas, como as do SOMOS, que apresenta uma diversificação de ações e públicos atendidos em uma gestão estruturada, bem resolvida, com sede, projetos, *site* objetivo e bem planejado, com planejamento estratégico adaptável à atualidade, com funcionários, voluntários, entre outros. Há também as menos estruturadas, como a LBL/RS, devido à sua estruturação como rede. Em decorrência disso, não há sede, a forma de comunicação é somente feita pelo *site*, que é bastante informativo. Por não haver personalidade jurídica, o agenciamento de recursos dificulta-se. Por outro lado, o NUANCES possui personalidade jurídica, mas não possui, no momento, muita organização e pessoas que possam auxiliar o movimento no planejamento de suas ações e no agenciamento de recursos para a sua sustentabilidade. Atualmente, é difícil localizar o movimento, pois mudou de sede e ainda não está estabelecido em um novo local. Além disso, o movimento retirou seu *site* do



ar e, em razão disso, as dificuldades de comunicação aumentaram. A principal forma de comunicação, quase a única possível, é com o coordenador.

No segundo eixo, a finalidade foi identificar quais são os objetivos e qual a abrangência das ações dos movimentos. No ano de 2008, as ações envolveram mais de cem mil pessoas do município e de todas as idades. Os movimentos ocorreram na região central e na nas áreas próximas ao centro da cidade.

No ano de 2009, as ações envolveram mais de duzentos e cinquenta mil pessoas na mesma formatação de 2008, e, basicamente, nos mesmos locais. Referimo-nos, aqui, às pessoas diretamente envolvidas, e não acrescentamos as atingidas pela mídia de rádio, televisão e escrita, pois esse dado não pôde ser fielmente constatado, e até mesmo porque seria complicado quantificá-las. No ano de 2010, o público atingido foi de aproximadamente cinquenta mil pessoas.

O terceiro eixo foi analisar de que maneira as ações dos movimentos sociais LGBTs do município de Porto Alegre contribuem para uma mudança de cultura no tocante à homoafetividade.

Os objetivos das ações do movimento LGBT, aqui no caso do NUANCES, do SOMOS e da LBL-RS, foi problematizar aspectos da vida cotidiana dos homossexuais além da sexualidade, trazendo componentes das afetividades e das afinidades, nas ações com famílias, jovens e comunidade em geral que frequenta o movimento e que o movimento busca por intermédio da arte, da música, da dança, da fala, da escrita, da imagem, do grupo, da terapia.

Mesmo que ações estejam concentradas na região central e arredores, nesse espaço circulam muitas pessoas que vivem a diversidade afetivo-sexual, que questionam essa diversidade e seus direitos, pessoas formadoras de opinião e influenciadas por opinião. A área central e os arredores, apesar de restritos, permite a circulação de milhares de pessoas que estão nos bairros. Pode ser uma estratégia do movimento pela dificuldade de estar nos bairros.

As políticas públicas estão se modificando, assim como as legislações em prol dos LGBT. Há um aumento significativo de recursos e muitas possibilidades de realizar diversos projetos e ações que auxiliem na mudança da realidade social no tocante ao reconhecimento LGBT. Os movimentos sociais devem acompanhar as mudanças da conjuntura, o que não acontece para alguns, como o NUANCES que, atualmente, não agencia recursos.

Como movimentos sociais, NUANCES, SOMOS e LBL/RS respondem com suas ações como um todo, realizam controle social de políticas públicas, ou seja, a fiscalização de

algumas políticas públicas, promovem assistência através de projetos e reivindicam direitos, mesmo que, para tal, tenham se institucionalizado.

Porto Alegre mudou, cresceu e está se tornando uma cidade de população de terceira idade,<sup>45</sup> talvez, por isso, é mais difícil de aceitar a mudança, principalmente a mudança cultural. No entanto, a população tem aderido às ações propostas pelos movimentos, haja vista o aumento das participações seja pelo viés do discurso dos direitos humanos, seja pela necessidade de discutir o tema em ambiente familiar, seja pelo viés das políticas públicas. Existe visibilidade, e, com ela, a superexposição às ações homofóbicas.

Quanto maior a visibilidade, mais presente está o movimento, e, talvez, mais significativa sejam as suas ações, pois, se há visibilidade e ampla discussão sobre o assunto, é porque existe um movimento fomentando e apresentando esta discussão.

Não há como negar que o movimento está presente no município, tampouco que tem realizado o devido enfrentamento na busca de uma mudança cultural, mesmo que não seja de reconhecimento, conforme NUANCES, mas de algo que é fato: a diferença. A questão é que todas as ações afetivo-sexuais realizadas pelo movimento LGBT de Porto Alegre buscam reconhecimento, principalmente social, pois já há algumas legislações garantidas, a diversidade afetivo-sexual é fato. O que não é garantido nem é de fato é o reconhecimento social.

Não pretendemos aqui encerrar esse debate, julgar os movimentos, se estão certos ou errados. Somente problematizamos, provocando uma reflexão sobre o tema, para que os envolvidos e os leitores possam fazê-lo sobre suas próprias ações e discursos.

Além de possíveis respostas, esta investigação trouxe outras questões. O movimento realiza as suas ações, cada grupo com a sua forma de atuação, raramente unindo esforços e recursos para uma ação mais abrangente e profunda. O movimento LGBT de Porto Alegre realiza suas ações e não mensura o seu impacto. No caso do SOMOS, o grupo avalia os projetos, mas falta uma avaliação das mudanças provocadas por todas as suas ações em conjunto, e o movimento como um todo não o faz, ou seja, o movimento busca uma mudança de atitude social quanto à homossexualidade, mas não tem conhecimento do contexto de que saiu para o contexto em que chegou.

---

45 Porto Alegre é a segunda capital do País com o maior número de pessoas acima de 65 anos como responsáveis pelo sustento dos domicílios, totalizando 18%. No Rio de Janeiro, dois de cada dez domicílios, ou 20%, são mantidos por idosos acima dos 65 anos. É a capital brasileira com o maior número de idosos nessas condições. Outra curiosidade revelada pelo censo, e que une Porto Alegre com o Rio de Janeiro, é justamente o número de idosos. Cada uma delas tem 13% da população acima de 65 anos e, as duas juntas, somam 999 mil e 263 pessoas idosas. Ver mais em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtml>>.

Os homossexuais que não estão inseridos nesta luta por diversas questões, o que pensam efetivamente das conquistas dos direitos? Eles conhecem seus direitos, participam de alguma ação dos movimentos. Seria interessante realizar um contraponto entre os envolvidos e os não envolvidos e porque não estão envolvidos, problematizando a abrangência do movimento junto aos homossexuais.

Há tantos direitos conquistados: plano nacional LGBT, plano de direitos humanos, direitos socioafetivos, mas, no miúdo do cotidiano dos sujeitos, há efetiva mudança para essas pessoas. As políticas e conquistas em Porto Alegre têm auxiliado a vida dos homossexuais no município.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 207 p.

ALMEIDA, G. E. S. **Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e AIDS**. 2005 342f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.tesesims.uerj.br/lildbi/docsonline/get.ph?id=226>>. Acesso em: 3 maio 2011.

ALMEIDA, Guilherme Silva de. Impasses contemporâneos e protagonismos lésbicos: para além da inversão da sigla. In: POCAHY, Fernando (Org.). **Rompendo o silêncio**. Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teorias e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Anistia Internacional**. Disponível em: <[www.amnesty.org](http://www.amnesty.org)>. Acesso em: 6 jun. 2010.

ARCEBISPO DE PORTO ALEGRE diz que sociedade é pedófila. Para Dom Dadeus Grings, assunto pode estar sendo usado para prejudicar a igreja. **Zero Hora**. Caderno Geral. Porto Alegre, 5 maio 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995. 225p.

BARROSO, Fernando Luiz Alves. **Jornal do Nuances**: a prática midiática de uma ONG de Porto Alegre – RS para o confronto político entre o “gay classe média” e a “bicha bafona”. 2007. 310f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <[http://btd.unisinos.br/tde\\_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=1](http://btd.unisinos.br/tde_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=1)>. Acesso em: 10 maio 2011.

BAUER, Martin; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, p. 17-88, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Brasil sem homofobia**. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/brasilsem/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/brasilsem/)> Acesso em 10 de Nov. de 2008.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Convenção americana de direitos humanos**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2011.

BRASIL. **Constituição federal**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**, Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/main.asp?View={E62A8511-7150-4615-9BFA-10FDC4F4E642}>>. Acesso em: 2 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa nacional de direitos humanos 3**. ed. rev. Brasília: SEDH/PR, 2010. 228p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei federal n.º 1.151**. Disponível em: <[http://www2.camara.gov.br/proposicoes/loadFrame.html?link%20=http://www.camara.gov.br/internet/sileg/prop\\_lista.asp?fMode=1&btnPesquisar=OK&Ano=1995&Nu%20mNum%20m=1151&sigla=PL](http://www2.camara.gov.br/proposicoes/loadFrame.html?link%20=http://www.camara.gov.br/internet/sileg/prop_lista.asp?fMode=1&btnPesquisar=OK&Ano=1995&Nu%20mNum%20m=1151&sigla=PL)> Acesso em: 12 nov. 2008.

CAMPANHA PUBLICITÁRIA DO DIA INTERNACIONAL do Orgulho Gay, do Grupo Nuances e Rádio Ipanema. **Jingle da campanha Encha o peito de orgulho**. Disponível em: <<http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/files/615/2009/06/nuancesorgulhogay.wma>>. Acesso em: 14 out. 2010.

CÓDIGO CIVIL 2002. **Livro IV**. Do Direito de Família. Título I. Do Direito Pessoal. Subtítulo I. Do Casamento. Capítulo I. Disposições Gerais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 421 p.

CORREIO DO POVO. a. 116, n. 54. Porto Alegre, terça-feira, 23 nov. 2010.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 195 p.

COSTA, Ronaldo Pamplona da. **Os 11 Sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo: Gente, 1994.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 198 p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Contextualização histórica da educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* (Orgs.). **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 511 p.

\_\_\_\_\_. **Direitos humanos, exclusão social e educação para o humanismo**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/estaduais/rs/adunisin/dallari.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

DHNET. **Declaração dos direitos dos sexuais**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/direitossexuais.html>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

DIAS, Berenice. Afeto, ética, família e o novo código civil brasileiro. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA 2003. Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte: IBDFAM, 2004. 685 p.

DIAS, Maria Berenice. **Jurisprudências**. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/pt/jurisprudencia.dept>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **União homossexual: o preconceito & a justiça**. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 2006.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 353 p.

DOVER, K. J. **A homossexualidade na Grécia Antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

ELÍDIO, Tiago. **A perseguição nazista aos homossexuais: o testemunho de um dos esquecidos da memória**. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000772855>>. Acesso em 3 maio 2011.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

FERNANDEZ, Osvaldo. Homossexuais, cidadania e direitos humanos no Brasil. In: VENTURI, GUSTAVO (Org). **Direitos humanos – percepções da opinião pública. Análises da pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. xxiii, 295p.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 262 p.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 125 p.

GIANASTACIO, Vanderlei. **O sufixo –ismo na história das gramáticas da língua portuguesa e sua produtividade a partir do dicionário de língua portuguesa Antônio Houaiss**. Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/publ/GiaA1.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2009.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 1993. 228 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003. 143 p.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003. 143 p.

GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 429 p. (Sexualidade, gênero e sociedade. Homossexualidade e cultura).

GRUPO GAY DA BAHIA. **Epidemia do ódio 260 homossexuais foram assassinados no Brasil em 2010**. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html>>. Acesso em: 15 maio 2010.

IBGE. **Pesquisa casais homoafetivos por domicílio**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 15 maio 2010.

IRIBURE, Rodrigues, Alexandre. **A parada gay na cena GLBT: entre a luta pela inclusão e a visibilidade política**. Porto Alegre 2006. (mimeo).

LAURENTI, Ruy. **Homossexualismo e a classificação internacional de doenças**. Editorial. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rsp/v18n5/02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsp/v18n5/02.pdf)>. Acesso em: 8 fev. 2009.

LIESENBERG, Susan. Shows animam parada livre no Parque da Redenção. Celebração vai até as 22h. Caderno Geral. **Zero Hora**. Porto Alegre, 16 nov. 2008.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. 195 p.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da "abertura"**. 1. ed. Campinas: UNICAMP, 1990. 321 p.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. xxv, 830 p.

MELLO, Luiz. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 223 p. (Sexualidade, gênero e sociedade. Homossexualidade e cultura).



MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001. 199 p.

MOTT, Luiz. Direitos humanos e cidadania homossexual no Brasil: por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? In: SOUZA JR. José Geraldo de *et al.* (Orgs.). **Educando para os direitos humanos**: pautas pedagógicas para a cidadania nas universidades. Porto Alegre: Síntese, 2004. 256 p.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Declaração dos direitos humanos**. Disponível em: <[www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php)>. Acesso em: 10 nov. 2008.

NAVARRO, Tânia. Os comportamentos ligados à sexualidade são históricos. Editorial Corpo e sexualidade. A contribuição de Michel Foucault. **Revista IHU**. ed. 335, a. X, 28 jun. 2010.

NOGUEIRA, Jacqueline Filgueras. **A filiação que se constrói**: o reconhecimento do afeto como valor jurídico. São Paulo: Memória Jurídica, 2001.

NUANCES. **Site oficial**. Disponível em: <[www.nuances.com.br](http://www.nuances.com.br)>. Acesso em: 12 nov. 2008.

OLIVEIRA, Ana. **Movimento**. In: TROPICALIA IDENTIFSIGNIFICADOS. Disponível em: <<http://tropicalia.com.br/identifsignificados/movimento>>. Acesso em: 15 maio 2010.

OSCHY, Curiel. **El Lesbianismo Feminista**: una propuesta política transformadora. Disponível em: <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=8717](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=8717)>. Acesso em: 3 maio 2011.

PASSAMANI, Guilherme. **O arco-íris (des)coberto**: homossexualidades masculinas e identidades regionais – Os casos de Porto Alegre e Buenos Aires. Santa Maria, 2008. Disponível em: <[www.ufsm.br](http://www.ufsm.br)>. Acesso em: 21 ago. 2009.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família**: a sexualidade vista pelos tribunais. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 255 p.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Ed. 34, 1999. 222 p.

POL – PSICOLOGIA ON LINE. **Resolução CFP n. 001/99**. 22 mar. 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: <[http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao1999\\_1.pdf](http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao1999_1.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2010.

PORTO ALEGRE. **Lei orgânica do município** Disponível em: <[http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/lei\\_org/LEI%20ORG%C3%82NICA.html](http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/lei_org/LEI%20ORG%C3%82NICA.html)>. Acesso em: 23 jan. 2011.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Esquina Democrática**. Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/cultura>>. Acesso em: 4 jun. 2011.



QUIRINO, Celia Galvao; MONTES, Maria Lucia. **Constituições brasileiras e cidadania**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1987. 102 p.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei estadual n. 11.872, de 19 de dezembro de 2002**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/m010/M0100017.asp?txtNumDocs=10>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 301 p.

RUAS, Carla. Festa, música e brilho na 13ª parada livre. Cerca de 30 mil pessoas estiveram no Parque da Redenção neste domingo. Caderno Arte&Agenda, Variedades, **Correio do Povo**. Porto Alegre, 25 out. 2009.

SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza, 1994. 177 p.

SCARF, Maggie. **Casais íntimos: Convivência, casamento, afetividade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. 409 p.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOMOS. Comunicação saúde e sexualidade. **Blog oficial**. Disponível em: <<http://somosglbt.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

STEIL, C. A.; CARVALHO, Isabel. ONGs: itinerarios politicos e identitarios. In: GRIMSON, Alejandro. (Org.). **Cultura e neoliberalismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 171-194

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão de ONGS: principais funções gerenciais**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 130 p.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder: a família no mundo: 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006. 508 p.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 387 p.

\_\_\_\_\_. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2007. 261 p.

VENTURI, Gustavo. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. Intolerância e respeito às diferenças sexuais. Fundação Perseu Abramo. 13 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.fp>

abramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/apresentação-4>. Acesso em: 15 maio 2010.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Direitos humanos e democracia no Brasil**. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. 220 p.

WAGNER, A. **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 239 p.

YOUTUBE. **Comercial SOMOS** – campanha contra a homofobia. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=OLunRUi5Vmg>>. Acesso em: 14 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Ser livre é mais que du caralho**. Campanha do grupo NUANCES. 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=D5OEYZ4kyWI>>. Acesso em: 14 out. 2010.

**ANEXO A – Matéria jornalística da fala do Arcebispo Dom Dadeus Grings, na 48<sup>a</sup>  
Assembleia Geral da CNBB**

Ontem (04) no primeiro dia da 48.<sup>a</sup> Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o arcebispo de Porto Alegre, dom Dadeus Grings, instaurou uma grande polêmica ao falar sobre as denúncias de pedofilia contra padres. Presidente da comissão responsável pelo tema principal da reunião (A missão da Igreja no mundo), dom Dadeus disse que ‘a sociedade é pedófila’. Para ele, o abuso sexual de crianças e adolescentes é mais frequente entre médicos, professores e empresários do que entre sacerdotes.

“Antigamente não se falava em homossexual. Quando começa a [dizer] que eles têm direitos, direitos de se manifestar publicamente, daqui a pouco vão achar os direitos dos pedófilos”.

“A sociedade atual é pedófila, esse é o problema. Então, facilmente as pessoas caem nisso. E o fato de denunciar isso é um bom sinal”, disse o arcebispo.

Dom Dadeus, de 73 anos, criticou a liberalização da sexualidade por “gerar desvios de comportamento”, entre os quais a pedofilia. Para ele, assim como homossexuais conquistaram mais espaço e direitos, o mesmo poderá ocorrer com pedófilos.

“Quando a sexualidade é banalizada, é claro que isso vai atingir todos os casos. O homossexualismo é um caso. Antigamente não se falava em homossexual; e era discriminado. Quando começa a (dizer) que eles têm direitos, direitos de se manifestar publicamente, daqui a pouco vão achar os direitos dos pedófilos”, disse.

O arcebispo foi escalado pela CNBB para conceder a primeira entrevista coletiva da conferência, com outros três bispos, e dom Dadeus deixou claro que o abuso sexual de crianças e adolescentes é crime e deve ser punido. Mas admitiu que a Igreja tem dificuldade de cortar a própria carne, ao lidar com denúncias contra religiosos. Segundo ele, punições internas são adotadas, mas denunciar os casos à polícia é mais complicado: A Igreja ir lá acusar seus próprios filhos seria um pouco estranho.

Dom Dadeus disse que, na Alemanha, apenas 0,2% dos abusos sexuais contra crianças foram praticados por sacerdotes. Ele crê que os casos de pedofilia viraram um calcanhar de Aquiles e estão servindo para quem quer atacar a Igreja e valores como a castidade: Há uma

anomalia na sociedade humana e que deve ser corrigida. Agora, não é justo dizer que só a Igreja que tem. Não é exclusividade da Igreja. A Igreja é 0,2%.

“Nós sabemos que o adolescente é espontaneamente homossexual. Só depois, se não houve uma boa orientação, isso se fixa”

Conhecido por suas posições conservadoras, o arcebispo afirmou que a homossexualidade é inata apenas em pequena parte dos gays. Na outra parte, segundo ele, a opção sexual é resultado da educação recebida:

— Nós sabemos que o adolescente é espontaneamente homossexual. Menino brinca com menino, menina brinca com menina. Só depois, se não houve uma boa orientação, isso se fixa. Então, a questão é: como vamos educar nossas crianças para o uso da sexualidade que seja humano e condizente?

Indagado sobre a afirmação de dom Dadeus de que a sociedade é pedófila, o arcebispo do Rio, dom Orani Tempesta, porta-voz da 48ª Assembleia, reagiu:

— É uma afirmação complicada, tem que ter dados para verificar isso.

Para dom Orani e o bispo de Araçuaí (MG), dom Severino Clasen, os abusos envolvendo padres são parte de problema que atinge diversos segmentos.

— Isso nos frustra e machuca muito, afirmou dom Severino. – O que nos envergonha é também o que nos leva a ter esperança de novos tempos.

## ANEXO B – Materiais das ações dos movimentos LGBT de Porto Alegre

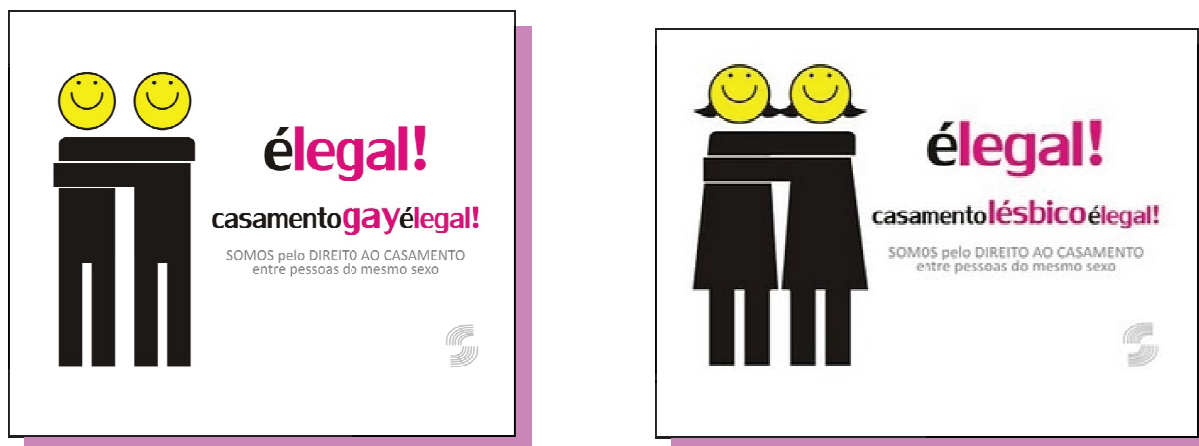
### 1. CAMPANHA NUANCES 2009 — “Encha o Peito também de Orgulho”: imagens usadas em *outdoors* e por meio virtual.



### 2. FOLDER DO ATO DO NUANCES contra as declarações do Arcebispo Dom Dadeus Grings, no ano de 2010.



### 3. CAMPANHA DO GRUPO SOMOS em prol do casamento Gay no ano de 2008 — folder virtual.



### 4. CARTAZ do XIII Encontro Brasileiro LGBT — organizado pelo SOMOS em 2008.



5. SEMINÁRIO DO GRUPO DE FAMÍLIAS DE LGBT — organizado pelo SOMOS intitulado “Lar doce lar” no ano de 2009. Foram utilizados cartazes e *folders*.

**LAR, DOCE LAR**  
QUANDO FAMÍLIAS DIALOGAM SOBRE A HOMO, BI E TRANSEXUALIDADE  
Palestrante: Elizabeth Zambrano

Um bate-papo sobre relações familiares e diversidades sexuais

Elizabeth Zambrano possui graduação em Medicina pela UCPel, mestre e doutora em Antropologia Social pela UFRGS. Atualmente é colaboradora do Centro de Estudos Atendimento e Pesquisa da Infância e Adolescência (CEAPIA) e profissional liberal. Tem experiência na área de Saúde Mental, Psicanálise e Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidade, transexualidade, homossexualidade, homoparentalidade, direitos humanos e bioética. Autora do livro *O direito à homoparentalidade: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais* e de diversos artigos e capítulos de livros sobre o tema.

Dia 21 | 10 (quarta-feira), às 19h  
Local: Sala C2 – 2º andar  
CCMQ - Casa de Cultura Mário Quintana - Porto Alegre/RS

INFORMAÇÕES: (51) 3233 8423  
somos@somos.org.br

**SOMOS**  
comunicação,  
saúde e sexualidade

Grupo de Familiares  
e Amigos de LGBT  
www.somos.org.br

6. IV E V MARCHAS LÉSBICAS DE PORTO ALEGRE — organizadas pela Liga Brasileira de Lésbicas/RS. Material produzido para divulgação em formato de *folder* e adesivo.

**DOMINGO**  
WWW.4MARCHALESBICADEPOA.BLOGSPOT.COM

**4ª MARCHA LÉSBICA de Porto Alegre**

**29/08**  
**15h**

NO ESPELHO D'ÁGUA DA REDENÇÃO

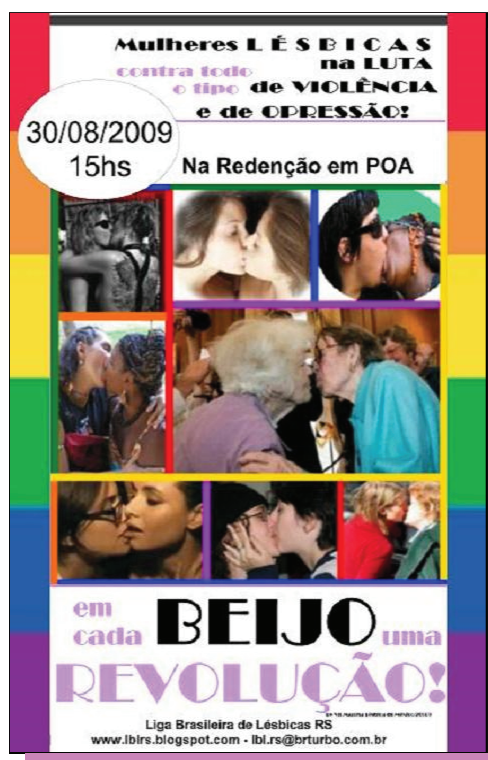
10h - Início da Montagem do Palco  
12h - Concentração e passagem do som  
13h30 - Show com ILSE LAMPERT e banda  
15h - Ato Político  
15h30 - Marcha

ANTES DE SAIR DE CASA COLOQUE  
PANOS COLORIDOS  
em Respeito à DIVERSIDADE!

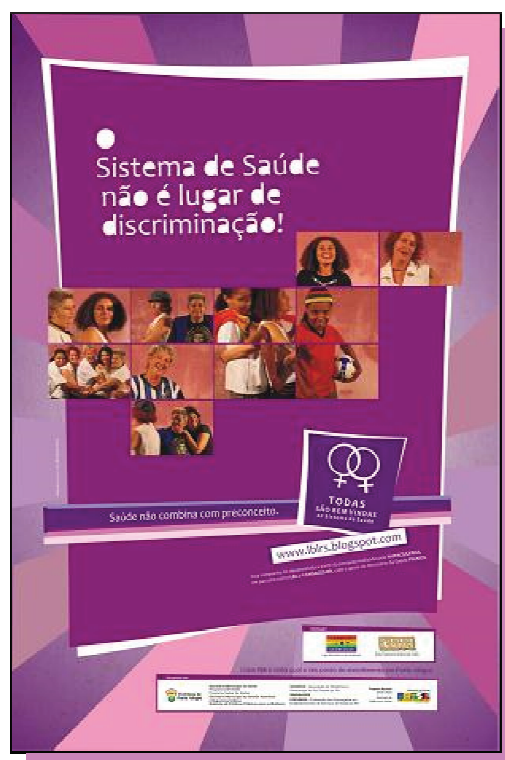
NAS JANELAS!

Liga Brasileira de Lésbicas/RS





**7. MATERIAL DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA O SISTEMA DE SAÚDE NÃO É LUGAR DE DISCRIMINAÇÃO** — realizada pela LBL/RS e pela Secretaria de Saúde de Porto Alegre. Essa campanha estava sendo elaborada desde 2009, mas teve seu ápice de implementação no ano de 2010.

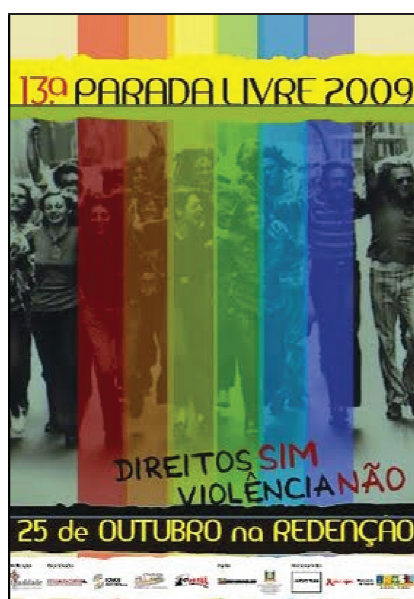




**8. CARTAZ E FOLDERS PRODUZIDOS PARA A DIVULGAÇÃO DA XII PARADA LIVRE DE PORTO ALEGRE** — organizada pelo NUANCES, SOMOS e LBL/RS, com o tema *Cultive seus Direitos*.



**9. CARTAZ E FOLDERS PRODUZIDOS PARA A DIVULGAÇÃO DA XIII PARADA LIVRE DE PORTO ALEGRE** — organizada pelo NUANCES, SOMOS e LBL/RS, com o tema *Direitos Sim, Violência Não*.



**10. CARTAZ E FOLDER PRODUZIDOS PARA A DIVULGAÇÃO DO SEMINÁRIO E DA XIV PARADA LIVRE DE PORTO ALEGRE** — organizada pelo NUANCES, SOMOS e LBL/RS, ambos sob o mesmo tema: A Sexualidade Tem Todas as Cores.



**A Sexualidade Tem Todas as Cores**

**14ª PARADA LIVRE**  
**28 de Novembro**  
 parque da redenção a partir das 14h

**Programação**

**Seminário**

Dia 23 de Novembro (terça-feira) - SEMINÁRIO: A SEXUALIDADE TEM TODAS AS CORES  
 Local: Salão Nobre da Faculdade de Direito | UFRGS

10h às 12h | PAINEL I - HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 Mediação: Fernando Seiffner UFRGS  
 Palestristas: Célio Galin Nuances | Claudete Costa Liga Brasileira de Líbrias  
 Gustavo Bernardes SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade | Marcelly Malta Igualdade RS

14h às 16h | PAINEL II - O RECONHECIMENTO DO ESTADO AS MÚLTIPLAS SEXUALIDADES  
 Mediação: Gabriela Souza Antunes SAU/UFRGS  
 Palestristas: Rui Portanova Dir. TJRS | Márcia Medeiros de Farias Promotora MP/RS  
 Roger Raupp Rios J.uz. Federal | Célio Galin Nuances

16h30 às 18h30 | PAINEL III - IDENTIDADE DE GÊNERO: FRONTEIRAS E TRANSGRESSÕES  
 Mediação: Claudia Penativo | SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade  
 Palestristas: Elisabeth Zambrano UFRGS | Guacira Lopes Louze UFRGS  
 Henrique Caetano Harli UFRGS | Marcelly Malta Igualdade RS

Inscrições e informações através do e-mail: [direitoshumanos@dsu.ufrgs.br](mailto:direitoshumanos@dsu.ufrgs.br),  
 informando o nome completo para a confecção de certificados.

**Parada Livre**

Dia 28 de Novembro (domingo) - 14ª PARADA LIVRE  
 Local: Parque da Redenção | a partir das 14h

14h Abertura dos shows com as apresentadoras Dandara Ringel, Glória Cristal e Laurita Lello,  
 ao som dos Djs Udo Warner e Samuel Thomas | 15h Fala dos representantes do  
 Movimento Social e autoridades | 17h Parada Livre volta em torno da Redenção e  
 retorna ao palco onde continuará a função

Parceiros: 

Apoio: 